

Jane Gorete Seminotti Giaretta

**O *Grande e Velho* Erechim: ocupação e colonização
do povoado de Formigas
(1908-1960)**

Passo Fundo

2008

Jane Gorete Seminotti Giaretta

**O *Grande e Velho* Erechim: ocupação e colonização
do povoado de Formigas
(1908-1960)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do Título de Mestre em História, sob orientação do Professor Dr. João Carlos Tedesco.

Passo Fundo

2008

Muitos são aqueles que colaboraram no resgate da história. A reconstituição do passado depende da colaboração daqueles que guardam na memória os fatos e acontecimentos e das informações a que temos acesso, do incentivo e da orientação segura e desafiadora. Com certeza, muitos foram os que contribuíram nesta caminhada e a muitos tenho de agradecer, mas em especial:

Aos mestres, pela contribuição na construção do conhecimento.

Ao meu esposo Dino, pelo incentivo, ponto de apoio e segurança.

Aos meus filhos Samuel e Álisson, pela contribuição, ajuda mútua e motivação pela história regional.

Aos meus queridos pais Nestor e Nelsa, por vivenciarem comigo a busca da história de Formigas e entenderem o pouco tempo dispensado a eles.

Aos meus irmãos, Gelson, Jônia, Jonas e Jaquieli, pelo carinho e incentivo.

A todos os que me concederam entrevistas.

Aos meus colegas da Prefeitura Municipal de Getúlio Vargas e da Escola Estadual de Ensino Fundamental Souza Ramos, pela compreensão e ajuda nos momentos em que precisei me ausentar do trabalho.

Ao professor orientador João Carlos Tedesco, a quem sou eternamente grata pela orientação, incentivo e provocação à produção científica.

RESUMO

Em 1908, com base na política econômica positivista, instituiu-se a ordem como fator de progresso, e o Estado, através das comissões de terras e colonização, baseadas nos princípios da Lei de Terras, passou a administrar as terras públicas, denominadas “devolutas”, demarcando-as e disponibilizando os lotes apenas para a venda. Então, a terra que se encontrava ocupada por índios e caboclos pelo princípio de intrusão sofreu redefinições, sobretudo com a introdução do imigrante europeu. Esta dissertação consiste numa análise sobre a ocupação/desocupação da terra na região Alto Uruguai, que compreende a colônia Erechim e o povoado de secção Formigas, no período de 1908 a 1960. Para tanto vale-se da análise de documentos governamentais (requerimentos de posseiros, descendentes europeus, ofícios de governo, relatórios da comissão de Terras Públicas, confrontados com depoimentos orais e demais bibliografias que embasam o tema. O fio condutor do estudo são as redefinições dadas à terra no decorrer do período, as formas de exclusão que afetaram, primeiro o índio e o caboclo e, posteriormente, o pequeno agricultor e as indústrias coloniais. Assim, conclui que a região do Alto Uruguai iniciou o processo de privatização da terra em 1908 com base no plano do governo positivista, mas em 1950 e 1960 uma nova política econômica afetou o Brasil e negou o acesso à terra de parcela da população do campo. A pesquisa permitiu conhecer e compreender, além dos fatores que dinamizaram a colônia Erechim e secção Formigas, a história silenciada das primeiras etnias que ocuparam a região Alto Uruguai.

Palavras-chave: Colonização. Colônia Erechim. Secção Formigas. Intrusão. Terra. Ocupação. Região Alto Uruguai.

RESUMEN

En 1908, basándose en la política/económica positivista, se instituyó el orden como factor de progreso y el Estado, a través de las Comisiones de Tierras y Colonización, basadas, en los principios de la Ley de Tierras, pasó a administrar las tierras públicas llamadas "vacantes", demarcándolas y disponiendo los lotes sólo para la venta. Entonces la tierra que se encontraba ocupada por los indios y mestizos por el principio de intrusión, sufren redefinición, sobretodo con la introducción del inmigrante europeo. Esta disertación consiste en un análisis sobre la ocupación/desocupación de la tierra en la región alto Uruguai, que comprende la colonia Erechim y el pueblo de sección Formigas, en el periodo de 1908 a 1960. Para eso se vale del análisis de documentos gubernamentales (petición de invasor, descendientes europeos, oficios del gobierno, informes de la Comisión de Tierras Públicas), confrontados con los testimonios orales y demás bibliografías que se embasa el tema: El hilo conductor del estudio son las redefiniciones dadas a la tierra en el transcurso del periodo, las formas de exclusión que afectaron, primero, el indio y el mestizo y, posteriormente, el pequeño agricultor y las industrias coloniales. Así, concluye que la región del alto Uruguai inició el proceso de privatización de la tierra en 1908 basada en el plan del gobierno positivista, pero en 1950 y 1960 una nueva política económica afectó al Brasil y negó el acceso a la tierra de la parcela de la población del campo. La pesquisa permitió conocer y comprender, además de los factores que dinamizaron la colonia Erechim y sección Formigas la historia silenciada de las primeras etnias que ocuparon la región Alto Uruguai.

Palabras clave: Colonización. Colonia Erechim. Sección Hormigas. Intrusión. Tierra. Ocupación. Región Alto Uruguay.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Região Alto Uruguai com destaque para o estado do Rio Grande do Sul, no sul do Brasil.....	10
Figura 2 – Escritório da Empresa Colonizadora Luce Rosa Cia Ltda em Rio Novo, Aratiba - 1931.	21
Figura 3 – Locomotiva - 1940.....	28
Figura 4 – Colônia Erechim, fundada em julho de 1909.....	37
Figura 5 – Colônia Erechim - 04/04/1912.....	37
Figura 6 - Colônia Erechim - 1912.	38
Figura 7 - Trajeto da ferrovia, na região Alto Uruguai, em torno de 1915.	40
Figura 8 – Primeiro escritório da Comissão de Terras da Colônia Erechim - 1911.	41
Figura 9 - Estação Erechim - 1910.....	42
Figura 10 – Demarcação das terras na década de 1920.....	44
Figura 11 – Indicador de terras efetuando o assentamento de imigrantes italianos interessados em comprar novas terras - 1920.	44
Figura 12 – Casa comercial situada na seda da colônia Erechim, de propriedade de Enrique Bischof - Casa Verde - 1913.....	54
Figura 13 – Escritório da ICA em Quatro Irmãos, em torno de 1930.....	55
Figura 14 – Território que pertencia a Erechim em 1918.	58
Figura 15 – Distrito do Rio Toldo, colônia Erechim - 1922.	60
Figura 16 – Mapa de Getúlio Vargas - 1934.	72
Figura 17 – Mapa de Formigas - 1910.....	75
Figura 18 – João e Agda Roider com seus filhos José, João, George, Maria, Ana e Elizabete, em torno de 1921.....	87
Figura 19 - Igreja de Formigas – 1947.....	90
Figura 20 – Período de missões em Formigas, em torno de 1952.....	91
Figura 21 – Entre os missionários alguns dos antigos moradores de Formigas por ocasião das Missões – 1958.....	95
Figura 22 – Escola Reunida de Formigas – década de 1950.....	95
Figura 23 – Augusta Beirão, professora de Formigas – 1943.	97
Figura 24 - Caderneta da venda de João Bottin – 1927.	100
Figura 25 – Caderneta de anotação do comércio de Lorenzon e Bottin – 1934.....	100
Figura 26 – Carreta usada para fazer o transporte de mercadorias – década de 1930.	101
Figura 27 – Carteira de condutor de veículos de propriedade de João Bottin – 1940.	102
Figura 28 – Carteira de condutor de carreta de propriedade de Luís Soccol – 1940.....	102
Figura 29 – Balsa sendo construída no rio Uruguai entre o período de 1922 a 1938.....	110
Figura 30 – Casa de pasto na colônia Erechim na década de 1930.	113
Figura 31 - Selaria de Dante Seminotti em Formigas, em torno de 1933.	114
Figura 32 – Caminho provável dos tropeiros saindo da colônia Sananduva – pertencente à grande Lagoa Vermelha – para a colônia Erechim, passando por Formigas.....	116
Figura 33 – Honorino Zamban , proprietário de um dos moinhos em Formigas, na década de 1960.....	118
Figura 34 – Derrubada da mata e queimada para posterior plantio na década de 1920.....	119
Figura 35 – Objetos antigos, entre eles os utilizados na fabricação de artesanato.	121
Figura 36 – Moinho de propriedade Santo Pinotti e João Bottin – 1942.....	129
Figura 37 – Moinho de propriedade da Santo Pinotti e João Bottin em Formigas – 1942. ...	129
Figura 38 – Serraria de Casemiro Chies, atual propriedade de Sérgio Bortolotto em Formigas 1942.....	130

Figura 39 – Serraria de Casemiro Chies, atual propriedade de Sérgio Bortolotto em Formigas 1942.....	131
Figura 40 – Serraria em Formigas – 1942.....	132
Figura 41 – Trilhadeira de Hermes Honan na propriedade de Casemiro Chies, em torno de 1937.....	134
Figura 42 – Cooperativa Mista de Floriano Peixoto Ltda. – década de 1950.....	137
Figura 43 – Cooperativa de Banha Sant’Anna – 1935.....	140
Figura 44 – Serrarias onde João Bottin desempenhou ofícios – década de 1940.....	142
Figura 45 – Certificado de garantia do trator de propriedade de Antônio Misturini – 1958..	144
Figura 46 – Lei 273, de 1957. Dá nova denominação ao povoado Formigas.....	153

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DO ALTO URUGUAI	17
1.1 A introdução do descendente europeu na região Norte.....	17
1.2 A ocupação da região do Alto Uruguai e as disputas territoriais nesse espaço	20
1.3 Alto Uruguai: correlação entre o projeto ferroviário e a colonização	25
1.4 A territorialização da região do Alto Uruguai	28
2 ASPECTOS DA DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DA COLÔNIA ERECHIM	31
2.1 A importância da Comissão de Terras na colônia	31
2.2 Impactos com relação à ocupação territorial.....	42
2.4 Os intrusos nas florestas da colônia Erechim.....	45
2.5 O desenvolvimento econômico da colônia Erechim	49
2.6 A imigração judaica na colônia Erechim	54
2.7 Núcleos multiétnicos.....	56
2.8 A questão indígena na colonização de Erechim	62
3 A ORIGEM DE SECÇÃO FORMIGAS E O SEU PROCESSO ECONÔMICO E SOCIAL	74
3.1 Os caboclos e a questão da terra.....	74
3.2 A vida sociocultural do povoado.....	88
3.3 Casas comerciais: núcleo de poder e de relações socioeconômicas.	98
3.4 A intermediação da colônia Erechim com a colônia Sananduva.....	106
3.5 As múltiplas dimensões do tropeirismo regional	111
3.6 A difusão de saberes.....	117
3.6.1 A queijaria	122
3.6.2 A atafona	123
3.6.3 Primeiras iniciativas industriais.....	125
3.7 A indústria da madeira correlacionada com a produção do trigo	127
3.8 Razões conjunturais que permearam a questão da terra pós-1950.....	135
3.8.1 A modernização no campo e a redefinição das relações de produção	140
3.8.2 Do povoado de Formigas a Souza Ramos.....	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS	158

REFERÊNCIAS.....	163
FONTES DE PESQUISA.....	168
ENTREVISTAS	170

Figura 1 – Região Alto Uruguai com destaque para o estado do Rio Grande do Sul, no sul do Brasil.

A opção temática deste estudo decorreu do nosso interesse pela história da região Alto Uruguai, com o objetivo de recompor a trajetória socioeconômica vivenciada pelo povoado de Formigas. Ao pesquisar sobre a bibliografia existente acerca da colônia Erechim, observamos que há fatos e sujeitos pouco visíveis, mas que tiveram papel significativo na ocupação do espaço regional; foram histórias vividas, mas negligenciadas pelo tempo e pela história, que se encarregaram de silenciá-las. Além disso, grande parte da memória de secção Formigas está se perdendo; por isso, é necessário registrar quando o povoado surgiu e que grupos se faziam presentes antes da sua colonização. Nosso interesse volta-se ao estudo do início da colônia Erechim e do povoado a partir do descendente europeu, procurando reconstruir a caminhada do colonizador em Formigas e reconhecer o trabalho desempenhado por ele. Para isso, fez-se necessário juntar documentos, depoimentos e objetos que nos permitiram reconstruir a história da colônia e da secção, valorizando todos as etnias que ocuparam aquele espaço.

As grandes questões da nossa pesquisa são: Como foi conduzida a colonização da região Alto Uruguai, visto que o território se encontrava ocupado por índios e caboclos? Que ruptura ocorreu no cenário agrário na região em 1908 e quem entrou em cena para promover o desenvolvimento planejado? Que relação existiu entre o processo de luta pela terra vivido pelos caboclos a partir de 1908 e pelos colonos a partir de 1950 e 1960? Como ocorreu o processo de reestruturação do espaço do Alto Uruguai em 1908 e, posteriormente, em 1950 e 1960?

Tratando da imigração, que valorizou as terras devolutas, focamos a categoria de posseiros, que viviam da extração da erva-mate. Aqui consideramos a aplicação da Lei de Terras, que só permitiu a aquisição da terra por compra, e tentamos responder aos seguintes questionamentos: Como procedeu a Comissão de Terras em Formigas a partir de 1910 em relação à organização do povoado e, especialmente, aos caboclos que ocupavam as terras devolutas do Estado? O que proporcionou o desenvolvimento de Formigas, já que a introdução do descendente europeu no povoado ocorreu praticamente no mesmo período da colônia Erechim? As indústrias coloniais que dinamizaram o povoado por vários anos sofreram alterações a partir de 1950 e 1960? Que redefinições ocorreram neste período em torno da terra e que afetaram também o povoado?

Com base nessas reflexões iniciais, será possível visualizar a história da terra e todo o processo desenvolvido quando da colonização do norte do estado. Atraídos pela ferrovia, que

representava o progresso e a possibilidade de obter terra, vieram os imigrantes, colocando em prática o processo predeterminado por agentes políticos e econômicos do Estado, que previa tirar de cena o índio e o caboclo. A ferrovia deu sustentação ao projeto de colonização transportando os imigrantes expulsos dos seus locais de origem até as matas do rio Uruguai, além de servir de fronteira e de via para escoar a produção; portanto, teve o papel de animar a vida econômica e de proteger a fronteira.

O corte cronológico de estudo é de 1908 a 1960 por terem ocorrido nesse período várias alterações no uso da terra. Em 1908 iniciou a aplicação do Estatuto da Terra (criado em 1850) na região Alto Uruguai, quando a terra passou a ser concebida do ponto de vista do capital financeiro e, por conseqüência, o índio e o caboclo foram excluídos do projeto de colonização. O descendente europeu instalou-se nas colônias e empregou sua mão-de-obra nos estabelecimentos agrícolas, por várias décadas desenvolvendo o comércio rural e criando várias indústrias coloniais, que dinamizaram o espaço agrário. Em torno de 1950 e 1960, com o processo de modernização no campo novamente se alterou a forma de produção. É dentro desse espaço temporal de cerca de cinquenta anos que aprofundaremos a problemática da terra.

Para compreender a ocupação territorial da região é imprescindível rever alguns conceitos, como colonização, pioneiro, fronteira, posseiros, intrusos, caboclos, entre outros. O conceito de colonização do período da imigração difere da colonização do antigo sistema colonial, pois este atendia aos anseios do mercantilismo. Segundo Jean Roche, “colonizar poderia significar introduzir, com novos habitantes, mão-de-obra e empregá-la nos estabelecimentos agrícolas”¹. O imigrante no Rio Grande do Sul tornou-se colono porque se instalou em pequenos lotes de terra, desbravou-os, explorou-os e cultivou-os sem auxílio de qualquer mão-de-obra estranha. Introduzido longe de centros urbanos, em terras de mato, ele empregou o sistema de rotação de terras primitivas em lotes de 20 a 30 ha, considerados pequenos demais; por isso, fez-se necessária a diversificação produtiva.

Definindo “pioneiro”, Gregory afirma que “é aquele que desloca a fronteira sertão adentro. Fronteira significa o limite da zona povoada. É uma zona mais ou menos larga que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada. Esta região é a zona pioneira”². Só são considerados pioneiros os agricultores que transformam a mata virgem numa paisagem

¹ Apud GREGORY, Valdir. *Capitalismo, latifúndio: a colonização do período republicano no Rio Grande do Sul – Zona norte e região do grande Santa Rosa: A formação da sociedade brasileira e a emigração européia no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - PUCRS, Porto Alegre, 1988, p. 30.

² GREGORY, op. cit., 1988, p. 44.

cultural apta para produzir alimentos, além de expandir o povoamento, intensificar e criar novos e elevados padrões de vida. O pioneiro introduzido nas florestas, em virtude da falta de conhecimento das condições reais do país e por não possuir instrumentos mais qualificados, valeu-se do mais primitivo sistema agrícola do mundo, que consistia em queimar a mata, cultivar a terra por alguns anos e depois deixá-la em descanso, procurando outra área de mata para derrubar. Era essa prática própria do caboclo, ou seja, uma forma rudimentar de detalhar a agricultura.

Com a Lei de Terras, uma nova política foi adotada para adquirir ou permanecer no espaço territorial. Com a medição e demarcação das colônias, ocorreram disputas territoriais, pois as terras devolutas, que eram espaços coabitados pelos caboclos e índios, passaram a ser colonizadas. As colônias surgidas com a imigração valorizaram as terras devolutas, nas quais se encontrava a categoria dos posseiros, que viviam da extração da erva-mate, entre outras. O posseiro, de acordo com Ortiz, não possuía essa denominação apenas por produzir para a subsistência em pequenas porções de terra, mas por ocupar a terra da qual não possuía título legal³.

Em algumas partes deste texto o posseiro recebe a denominação de “intruso”, também chamado “nacional,” que não é descendente dos imigrantes do século XIX, mas dos primeiros ocupantes do estado, dos nativos e até dos mestiços (espanhóis, portugueses com índios, negros). O nome “intruso” designa aqueles que viviam nas florestas do Estado explorando a erva-mate, ou como foragidos dos movimentos revolucionários no estado.

Grande número de intrusos eram “caboclos”, termo que, de acordo com Zarth, designa o lavrador nacional pobre e até mesmo imigrantes alemães pobres; entretanto, em sua maioria, os caboclos eram descendentes de índios, portugueses e africanos. Para atribuir essa designação, observavam-se, sobretudo, os aspectos étnicos, socioeconômicos e culturais. Na região, a renda do caboclo provinha da extração da erva-mate, para cuja colheita alguns trabalhavam em parceria, outros como peões assalariados para alguns engenhos, ou, ainda, para alguma espécie de empreiteiro que adquiria licença junto à administração municipal para explorar o produto⁴.

Os caboclos também são indicados como mestiços resultantes de branco com índio. Em muitos documentos que tratam da questão da terra, a designação refere-se ao lavrador nacional, que pode ter como sinônimo “mameluco,” “sertanejo,” “caipira”, identificado pelo

³ ORTIZ, Helen Scorsatto. *O banquete dos ausentes: a Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade 1850-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) - UPF, Passo Fundo, 2006.

⁴ ZARTH, Paulo. *História agrária do Planalto Gaúcho 1850 – 1920*. Ijuí: Unijuí, 1997, p. 48.

modo de vida diferenciado do colono europeu e mais próximo daquele do indígena. Segundo Marcon, deve-se ter a preocupação de pensar o caboclo para além dos critérios étnicos, em que comumente o componente definidor é a ascendência indígena. A denominação de “caboclo,” na verdade, tem caráter depreciativo, pois, conforme ele ascendia social, econômica e politicamente, perdia essa designação⁵.

Bloemer, por sua vez, remete a denominação “caboclo” a um determinado modo de vida ou cultura específica, que poderia ser entendida como “cultura cabocla”, designando, portanto, uma condição social. Como se pode estabelecer diferenciação entre os camponeses europeus, designando-os de italianos, etc., o autor opta por utilizar a expressão “brasileiros”, argumentando que o termo “caboclo” tem significativa carga pejorativa⁶.

O pano de fundo do processo em estudo é a privatização da terra, que excluiu o caboclo, o índio, o intruso, o posseiro, e se constituiu nas várias formas de ocupação do espaço agrário. A consolidação da propriedade privada da terra na região Norte iniciou-se basicamente na década de 1908, sofrendo intensa redefinição nas décadas de 1950 e 1960. De início, foi o posseiro que perdeu as terras para dar lugar ao colonizador, que implantou a pequena unidade familiar, objetivando tornar a região mais dinâmica e diversificada. Contudo, esse mesmo colonizador, anos depois, também seria empurrado para outras regiões em virtude da tecnificação.

A colônia Erechim, a partir de 1908, atraiu imigrantes e descendentes de europeus das Colônias Velhas. Assim, faz-se necessário, para melhor entender a ocupação do Alto Uruguai, aprofundar aspectos sobre a imigração no estado do Rio Grande do Sul, seja espontânea, seja dirigida; o sistema ferroviário do Brasil e da região Norte; os conflitos entre posseiros e colonos; a vida nas novas colônias na dimensão da cultura local de entrepostos de tropeiros (casas de pasto, celarias, ferrarias, sapatarias) e práticas oriundas das Colônias Velhas. Abordamos também o comércio local, os rituais religiosos, as escolas, os cemitérios, o artesanato rural, os moinhos, queijarias, descascador de arroz, serrarias e atafonas; a difusão de saberes entre as etnias, a forma como lidavam com a terra, os trabalhos desenvolvidos nas agroindústrias coloniais e a difusão destas na era da modernização a partir das décadas 1950 e 1960, bem como o que foi se inovando no decorrer dos tempos. Os contatos étnicos entre o caboclo, índio e o colono permitiram a difusão de saberes, embora alguns aspectos sejam de

⁵ MARCON, Telmo. *Memória e cultura: modos de vida dos caboclos do Goio – Em (SC)*. Tese (Doutorado em História) - PUC/SP, São Paulo, 1998.

⁶ Apud ARDENGHI, Neusa Maria Sens. *Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos Campos de Lages*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

uma ou outra etnia sejam mais salientes como é o caso dos moinhos (italianos), atafonas (caboclos), etc.

A reflexão histórica permitiu-nos estabelecer a relação com o meio e aprofundar a temática trabalhada, num processo em que as entrevistas foram um grande suporte para o trabalho de pesquisa. Em alguns momentos nas visitas, ao buscar informações e agendar entrevistas, conseguimos documentações que complementaram a oralidade, e em cada entrevista íamos visualizando outras pessoas que poderiam enriquecer nosso estudo com suas memórias.

Da narração dos idosos com relação às experiências vividas nos diferentes tempos e espaços em Formigas foi possível compreender e reconstruir os fatos e imprimir-lhe significados. Os idosos, sendo os encarregados de guardar as lembranças, os símbolos, de conservar objetos, materiais, contribuíram para refazer os percursos vividos e, ainda, proporcionaram-nos a reinterpretação da relação do homem com a natureza e da trama criada ao ser introduzido o descendente europeu na colônia Erechim e em Formigas.

O ato de lembrar traz consigo significação e os quadros sociais da memória servem de pontos de referência. A volta no tempo e no espaço que a oralidade proporciona é o fundamento para se entender o passado. A memória está ligada à lembrança das vivências e a participação no grupo social, contribuindo para reconstruir a história; são os laços afetivos criados no lugar que mantêm viva a memória dos grupos. A dimensão social da memória está muito ligada com a identidade, ou seja, enquanto a pessoa estiver entrelaçada afetivamente ao grupo social, há sentimento de continuidade e a memória está em permanente evolução⁷.

A memória é uma reconstrução do psíquico e do intelecto, que vem carregada de uma representação do passado cheia de significados, a qual se condensa num indivíduo inserido num contexto. É com a memória coletiva que pode ser feito um trabalho de refazer, de reconstruir, com idéias de hoje as experiências do passado. A memória que vem carregada das vivências não representa somente lembranças do passado, mas um conjunto de idéias atuais que se constituem e recebem seus significados⁸.

Os idosos, sentindo-se na obrigação de comemorar as lembranças, dão importância a fotos, vozes, momentos, enfim, símbolos que ilustram a memória; eles têm o desejo de habitar no mundo, de deixar algo de sua experiência para os outros, de se fazerem sentir, de serem entendidos, aceitos e de darem significado à vida. Contar aos outros as lembranças é o seu

⁷ FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Edupf, 1998.

⁸ BOTH, Agostinho. *Educação gerontológica: posições e proposições*. Erechim: São Cristóvão, 2001.

modo de oferecer conhecimento, é o prolongamento da vida dos idosos, do que foram, pensam, etc. Com o intuito de buscar essas vivências carregadas de significados por estarem inseridas no contexto é que trabalhamos com a oralidade e os idosos, que estabeleceram laços afetivos em Formigas.

Pesquisamos também em órgãos institucionalizados, em baús e arquivos particulares; arrecadamos fontes que, a princípio, pareciam não trazer nada da história pretendida, como documentos pessoais, escrituras, livros de famílias, lembrança de morte, etc. Assim, o trabalho foi se constituindo por meio de leituras bibliográficas correlacionadas com documentos, depoimentos, requerimentos, etc.

Vários órgãos de significativa importância foram procurados em busca de informações que contribuíssem para a presente pesquisa. Um dos acervos iniciais foram os livros de tombos da Paróquia Imaculada Conceição de Getúlio Vargas, os quais descrevem a passagem dos párocos na colônia Erechim. Esta busca objetivava encontrar dados que caracterizassem Formigas. Constatamos, por meio dos registros de batismos e casamentos, que foi das Colônias Velhas que vieram os descendentes europeus de Formigas, além da data de criação da igreja, etc. Ainda ampliamos a pesquisa no sentido de compreender todo o processo desenvolvido a partir de 1908 na região Alto Uruguai, na colônia Erechim e em Formigas por meio dos relatórios do governo. Nesses obtivemos dados sobre o trabalho das Comissões de Terras na discriminação das terras públicas, na instalação dos povoados, na criação das estradas gerais e vicinais, nos procedimentos adotados em relação aos índios e aos nacionais, na preservação das florestas, etc. A respeito de Formigas, especialmente, na Divisão de Terras Públicas localizamos grande número de dados para datar, comparar e confirmar afirmações mencionadas nas entrevistas orais.

A oralidade, embora com suas limitações, pela omissão ou seleção de informações, teve suma importância no nosso trabalho, por levantar a problemática e instigar à busca de documentos (ofícios, relatórios de governo, atas, etc.). Serviu, também, para confirmar e ampliar o caminho da pesquisa, especialmente sobre o povoado de Formigas. A opção em manter a linguagem da época em parte de citações, especialmente dos relatórios de governo, deveu-se ao objetivo de transmiti-los na originalidade lingüística das fontes.

O texto que relata a pesquisa está dividido em três capítulos. O primeiro descreve a reestruturação ocorrida na lei que regularizava a terra para introduzir o descendente e os vários problemas causados aos posseiros ao ser aplicada a Lei de Terras; trata também de aspectos gerais e históricos sobre o sistema ferroviário no Rio Grande do Sul e na região Norte do estado e do desenvolvimento que veio embricado com o trem e a colonização. Todo

este estudo se faz necessário para compreendermos a dinâmica socioeconômica que será exposta nos próximos capítulos, vinculada ao processo de desenvolvimento da região do Alto Uruguai.

O segundo capítulo apresenta aspectos considerados fundamentais na ocupação, dinamização e organização da colônia Erechim; descreve o trabalho desenvolvido pelas Comissões de Terras e Colonização na organização dos povoados, na gestão das terras devolutas e dos territórios indígenas, entre outros assuntos. Aqui o objetivo é mostrar o desenvolvimento ocorrido na colônia e refletir sobre os conflitos e tensões surgidos em torno da terra, especialmente a situação dos posseiros que se encontravam no espaço.

O terceiro capítulo busca descrever a origem da formação do povoado da secção Formigas, tendo como foco central a demarcação e a medição dos lotes coloniais, a introdução do descendente europeu e a trajetória dos caboclos que se encontravam presentes nas terras. Nele estudamos também o artesanato rural, o comércio, as agroindústrias, enfim, toda a dinâmica que se desenvolveu em torno do tropeirismo, bem como a indústria da madeira, com suas inúmeras contradições. No decorrer dos tempos, o povoado da secção Formigas sofreu modificações, como em outras regiões coloniais, ao se expandir a extração da madeira segundo a lógica mercantilista. Portanto, o capítulo tem o objetivo de fornecer instrumentos analíticos que possibilitem o entendimento do processo socioeconômico ocorrido em Formigas, em alguns momentos de forma harmônica e, em outros, de forma contraditória.

1 A OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DO ALTO URUGUAI

O presente capítulo faz uma análise da ocupação e colonização da região do Alto Uruguai e da introdução do descendente europeu nesse espaço, onde já habitavam índios e caboclos. Por isso, fez-se necessário uma reestruturação na lei que regularizou a terra para introduzir o descendente, a qual originou vários problemas, como será enfatizado no decorrer do texto. Tratamos também do sistema ferroviário no Rio Grande do Sul e na região Norte do estado, por estar vinculado ao desenvolvimento da região do Alto Uruguai, fazendo uma leitura de aspectos gerais e de elementos históricos que contribuíram para a concretização da ferrovia e sobre a influência desta para a dinamização da região Alto Uruguai.

1.1 A introdução do descendente europeu na região Norte

Nas colônias surgidas com a imigração encontrava-se a categoria dos posseiros, que viviam da extração da erva-mate, entre outros produtos. O posseiro não era só a classe social subalternizada que detinha pequena porção de terra e produzia para a subsistência. Segundo Ortiz, era todo aquele que ocupava a terra sem possuir um título legal referente à sua possessão. Também estavam incluídos neste grupo grandes proprietários com produção voltada para o comércio internacional, possuidores de grande número de escravos¹.

A lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, é um documento fundamental para compreendermos a organização agrária no Brasil, na medida em que seu objetivo era organizar a situação dos registros de terras, que vinha desde a doação das sesmarias, e legalizar as terras que se encontravam ocupadas sem autorização para, posteriormente, reconhecê-las como terras devolutas. Atendia, assim, ao desejo do Império, que pretendia vendê-las para financiar a imigração. A aprovação da lei ocorreu no período em que se cogitava a abolição da escravatura.

Com a Lei das Terras foi possível obter terras públicas nas províncias para promover a colonização. Em 1850, a abolição do tráfico transatlântico passou a preocupar o governo e os grandes proprietários e em 1854 determinou-se a concessão de terras públicas apenas para a

¹ ORTIZ, *O banquete dos ausentes...*, 2006.

venda. Era a brecha para a penetração dos latifúndios, porque eram os latifundiários que compravam posses reais ou fictícias. Portanto, a Lei de Terras foi uma concessão aos escravistas, na medida em que pôs fim à possibilidade de distribuição de terra aos despossuídos e diminuiu as vantagens dos imigrantes.

Publicada em 1850 e regulando as ocupações das terras devolutas, a Lei de Terras legitimava as terras que haviam sido simplesmente ocupadas e proibia aquisições por outro título que não fosse o da compra. Dessa forma, o governo, à custa do Tesouro, todo o ano conseguiria trazer ao país colonos livres para povoar regiões convenientes ao governo. A proposta inicial era introduzir o imigrante, o qual poderia adquirir posteriormente as terras devolutas, mas, ao chegar ao Brasil, deveria, primeiro, trabalhar na grande lavoura para obter ganhos e transformar-se em proprietário.

Paralelamente à imigração andava a questão da terra, motivo de debate por sua supervalorização. A propriedade fundiária era uma forma de afastar muitos posseiros das terras, e o Estado tratou de proibir a aquisição de terras devolutas que não fosse pela compra, penalizando com despejo quem se apossasse e derrubasse matas e estabelecendo reservas florestais específicas. Eram consideradas terras devolutas as que nunca haviam tido donos, que estivessem vagas ou que não tivessem pago o imposto territorial que o projeto instituía.

A Lei de Terras foi a primeira lei agrária nacional que tornou a terra uma mercadoria, estipulando valores com preços num certo patamar, nem muito altos nem muito baixos, pois, no primeiro caso, poucos poderiam comprá-la e, no segundo, todos teriam acesso à compra. De fato, o objetivo era que os trabalhadores não se tornassem proprietários de terras de imediato. Então, o Estado poderia garantir preço razoável para o trabalhador adquirir a terra, não supervalorizando nem desvalorizando o mercado. A Lei de Terras era, pois, necessária para o Estado proceder à substituição dos trabalhadores escravos pelos livres e para retomar o controle sobre as terras devolutas. Conforme Zarth,

[...] o acesso à terra, do ponto de vista legal, difícil para as camadas pobres da população camponesa, mas nem tanto para as elites locais, que além de regularizar suas propriedades procuraram avançar ou incorporar novas áreas onde viviam muitos posseiros pobres sem poderes para reagir².

² ZARTH, *História agrária do Planalto...*, 1997, p. 60.

No processo de regularização das terras, a forma de regularizar por meio de declaração ao vigário consistia em declarar o nome do possuidor da terra sem delimitar com precisão a área. Contudo, muitos posseiros não o fizeram temendo ter de limitar a extensão das suas terras, ou porque julgavam que, sendo conhecidos por todos, não precisariam da declaração de que as terras eram suas. Na verdade, as informações sobre as terras eram extremamente imprecisas, porque não registravam limites e extensões. Além disso, os valores cobrados e a forma como foi realizada essa regularização, foram obstáculos aos pequenos e médios posseiros, de modo que a tramitação burocrática favoreceu apenas os poderosos.

Em parte, a prática de valorizar as terras devolutas e particulares e de privilegiar o imigrante com o acesso legal à terra após a exclusão dos nativos, caboclos e posseiros dos campos pastoris e, posteriormente, das zonas de matas florestais deu-se com o intuito de obrigar os excluídos do processo de ocupação da terra a se oferecerem aos fazendeiros e plantadores como peões ou agregados³. Então, aos poucos, foram sendo privatizadas as áreas florestais devolutas, o que acabou por acirrar a luta de classes entre pequenos agricultores, ervateiros, grandes proprietários, etc.

A redução das comunidades caingangues no Alto Uruguai iniciou quando o governo republicano necessitou de terras para a colonização, seguindo a doutrina indigenista positivista, que defendia a evolução cultural das populações nativas e a introdução dos índios no bojo da civilização. Relata Ortiz: “Em 1922, contávamos já com as reservas de Cacique Doble, Carreteiro, Guarani, Inhacorá, Ligeiro, Nonoai, Serrinha, Ventarra, Votouro que, nas décadas seguintes, perderiam boa parte de seus territórios”⁴.

Os índios, segundo Zarth, foram as primeiras vítimas do processo de privatização das terras⁵. Na região do Planalto e em outras áreas do sul do Brasil os remanescentes das antigas reduções jesuíticas e os caingangues viram seus territórios destruídos. Segundo Rückert, “[...] a apropriação inicial, entendida como ocupação, corresponde à destruição do território indígena e caboclo e à construção de novas e diferentes formas fundiárias”⁶. E a forma utilizada pelo governo para abrir espaço ao imigrante foi a Lei das Terras, com a qual se demarcaram como terras devolutas aquelas que os posseiros habitavam e, pela via da desapropriação dos negros e índios, deu-se grande parte da colonização da região Alto Uruguai.

³ ORTIZ, *O banquete dos ausentes...*, 2006.

⁴ *Ibidem*, p. 72.

⁵ ZARTH, *História agrária ...*, 1997.

⁶ ORTIZ, *op. cit.*, p. 87, apud RÜCKET Aldomar A. *A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul – 1827 – 1931*. Passo Fundo: Ediuopf, 1997.

A discriminação das terras devolutas foi determinada para vendê-las a empresas colonizadoras ou diretamente aos descendentes europeus no caso da região Alto Uruguai; por um justo preço, dependendo do interesse da colonização. A receita proveniente da venda e das cobranças de tributos das terras deveria ser aplicada na importação de colonos livres, quer dizer, para financiar a vinda dos imigrantes⁷. Era uma forma de arrecadar fundos para subsidiar a imigração ao Brasil. Três situações bem relevantes estão presentes no processo da imigração e colonização durante o período da República Velha, que se estendeu de 1889 a 1930: a ocupação dos espaços vazios, a produção de gêneros alimentícios e a valorização das terras devolutas.

O Estado passou a ser responsável pela colonização a partir de 1895, mas as questões referentes à imigração ainda eram de responsabilidade da União. Precavendo-se diante das dificuldades que observava na esfera federal, o Estado do Rio Grande do Sul organizou uma repartição pública específica para atender à colonização, a Diretoria de terras e Colonização, e a partir de 1914 rompeu o acordo sobre a imigração com a União. Nesse período ocorreram um rápido desenvolvimento dos núcleos coloniais e o avanço de colônias estatais e particulares para a região do Planalto e norte do Alto Uruguai⁸.

1.2 A ocupação da região do Alto Uruguai e as disputas territoriais nesse espaço

A ocupação da região do Alto Uruguai se deu de diversas formas ocorrendo assentamentos de descendentes europeus ou imigrantes em territórios organizados pelas empresas colonizadoras e pelos programas executados pelo serviço de povoamento do solo.

A empresa Colonizadora Luce Rosa & Cia Ltda., que colonizou áreas da região do Alto Uruguai, foi criada em 1883, quando vários sócios adquiriram 3.641 colônias de terra. A sede central da empresa era em Porto Alegre, mas havia uma em Barro (Gaurama) e escritórios de representação em Passo Fundo e em Santa Maria⁹.

⁷ TAGLIETTI, Dáblio Batista. *Lei de Terras e colonização como pressupostos da normatização agrária do Médio Alto Uruguai*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.

⁸ Ibidem.

⁹ GRITTI, Isabel. *A imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul: a emergência do preconceito*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Illa Font - Erechim

Figura 2 – Escritório da Empresa Colonizadora Luce Rosa Cia Ltda em Rio Novo, Aratiba - 1931.

Até o século XIX a política do Rio Grande do Sul com referência ao povoamento e colonização era basicamente militar, com o objetivo principal de defesa do território contra invasões estrangeiras. Era a imigração de iniciativa particular, mas estimulada pelo governo.

A imigração brasileira sofreu freqüentes alterações em relação à política de proteção e amparo, havendo momentos em que o governo central a tomava para si e, em outros, atribuía-a aos governos provinciais. Foi assegurada pelo governo federal até 1895 e, posteriormente, repassada ao Estado. No Rio Grande do Sul, funcionavam seis comissões¹⁰. Segundo Gritti, “a partir desta data, isto é de 1895, o Estado assume inteira responsabilidade pelo programa de colonização através da Diretoria de Terras e Colonização subordinada à secretaria de Obras Públicas”¹¹. Quando extinto o serviço por parte do governo federal, a corrente migratória tornou-se espontânea, o que durou até 1908; após esta data, o acordo feito com a União previu a entrada do imigrante por meio do serviço de Povoamento do Solo. Assim, até 1914

¹⁰ Em cada colônia geral havia uma comissão. As colônias eram Guarani, Ijuí, Barão do Triunfo, Alfredo Chaves, Jaguarí e Marques do Herval.

¹¹ GRITTI, *A imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul...*, 2004, p. 123.

conviveram as duas formas de imigração no estado, a espontânea e a orientada pelo Serviço de Povoamento do Solo¹².

O Partido Republicano Riograndense (PRR) defendia a imigração espontânea, que as lideranças estaduais entendiam ser a que possibilitaria o ingresso de colonos mais dispostos a enfrentar e superar as dificuldades nas terras que haviam escolhido por sua livre vontade. Além de espontânea, aquela que trouxesse recursos seria mais conveniente, pois a que vinha sendo dirigida, a subsidiada, não contemplava as necessidades do estado, visto que as despesas tendiam sempre a aumentar e acabava-se jogando o imigrante num estado de completa miséria.

Na república positivista a defesa da imigração espontânea é constante, da mesma forma que a defesa dos nacionais. Para Carlos Torres Gonçalves, diretor da Secretaria de Terras e Colonização, a política de povoar e governar preconizada pelo governo federal através do Serviço de Povoamento do Solo é um equívoco. Argumentava que a Europa estava superpovoada, e por isso expelia seu proletariado. [...] é preciso realizar inteligentemente seu parcelamento, subordinando-os às condições topográficas e escolher a situação dos povoados destinados à servirem de centro de convergência da atividade local¹³.

O Estado positivista rio-grandense queria fazer da imigração espontânea uma forma exclusiva de colonização do espaço que lhe pertencia. Baseados nos princípios de Augusto Comte, os integrantes do PRR, que foram responsáveis pelo destino político do estado de 1889 a 1930, durante toda a República Velha, pretendiam avançar significativamente rumo à sociedade científica. Um integrante de grande influência na formulação do estatuto do partido e na Constituição estadual de 1891, com marcante caráter positivista, foi Júlio de Castilhos, o qual defendia a participação cada vez maior do Estado no mundo capitalista. Na Europa, o positivismo era considerado por alguns autores como sinônimo de conservadorismo, mas no Brasil, no final do século XIX, teve um cunho progressista, em razão das idéias sobre a abolição da escravatura, a industrialização e implantação do federalismo. O caráter progressista brasileiro também penetrou na política rio-grandense, que, após a proclamação da República, regia-se por uma nova mentalidade, inspirada no positivismo. Júlio de Castilhos e o PRR queriam tirar o Rio Grande do Sul do atraso, ou seja, inverter a forma de ocupação do espaço que por décadas predominara, a serviço da pecuária extensiva e da indústria saladeiril.

¹² GRITTI, *A imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul...*, 2004.

¹³ *Ibidem*, p. 123.

Entendia-se, então, que para incentivar o crescimento do comércio e o surgimento da indústria era necessária a produção de alimentos através da policultura¹⁴.

A colônia Erechim (Getúlio Vargas) de 1808 até 1856 pertenceu a Rio Pardo; de 1857 até 1917, ao município de Passo Fundo e, em 1918, fazia parte do Grande Erechim. Esse espaço foi a primeira sede da colônia e distrito de Erechim até 1934 quando ocorre a sua emancipação.

A região do Alto Uruguai beneficiou-se de terras públicas que o Império cedeu às províncias, das quais, posteriormente, parte seria vendida a empresas particulares sob o compromisso de colonizá-las. Nessas se instalaram imigrantes vindos diretamente da Europa ou já instalados em colônias anteriormente ocupadas no Rio Grande do Sul, como foi o caso dos provenientes de Bento Gonçalves, Veranópolis, Caxias do Sul, São Marcos. Contudo, na região havia grande contingente de caboclos e índios coabitantes nos espaços florestais e que tinham necessidade das terras para seu sustento.

No final do século XIX, o Estado, sob a orientação positivista de Comte, difundia uma proposta modernizante que impulsionasse as forças produtivas, políticas e econômicas no Rio Grande do Sul. Então, no contexto ideológico em que o Estado se encontrava, o governo incentivou setores importantes, como as ferrovias e a imigração¹⁵ e implantou o processo de colonização. Sobre essa orientação ocorreram a exclusão, discriminação e marginalização dos grupos ditos “não civilizados”, os quais deveriam ser introduzidos no bojo da civilização, como foi o caso dos índios e caboclos.

Com a vinda dos colonos (imigrantes), a região do Alto Uruguai deixou de ser concebida como um território de sobrevivência autônoma e com liberdade aos índios e caboclos, passando a ser organizada conforme os interesses mercantilistas. Assim, construíram-se ferrovias ligando a região com os principais centros do país e, mais tarde, dando acesso aos agricultores à sede da colônia ou à ferrovia. O Alto Uruguai integrou os municípios de Rio Pardo, São Borja, Cruz Alta e Passo Fundo. A colonização foi pensada com objetivos claros e critérios bem definidos, que eram a diversificação das atividades, tendo como base econômica a produção de alimentos para os núcleos urbanos, e a formação de “viveiros” da força de trabalho para outros setores da economia, ocupando espaços vazios que não eram de grande interesse do latifúndio.

¹⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

¹⁵ TEDESCO, João, C.; SANDER, Roberto. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. Passo Fundo: Ediupf, 2002, p. 25.

Quando a terra passou a ser transformada em mercadoria, tornou-se facilmente colônia de particulares, havendo locais em que foi vendida a empresas privadas. Portanto, a região desenvolveu-se seguindo esta concepção:

A colonização privada tornou-se a forma essencial de colonização quando a constituição republicana, de 1891, transferiu aos Estados as terras públicas e desinteressou-se da imigração colonial. Grandes regiões do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná foram, então, colonizadas por companhias privadas¹⁶.

A povoação da região do Alto Uruguai fez-se por meio da colonização oficial planejada e, também, pela colonização privada, caso em que o Estado repassava as terras devolutas às empresas colonizadoras, as quais as revendiam aos colonos. O Estado foi executor da colonização nas terras públicas e fiscalizador nas colonizadas por empresas particulares.

No final do século XIX e início do século XX, a região trazia resquícios da Revolução Federalista, ocorrida entre 1893 a 1895 e desencadeada com a situação política da crise gerada pela recém-implantada República e em razão de o Rio Grande do Sul liderar a luta contra as forças legalistas de Floriano Peixoto. A revolução atingiu também o norte do estado, onde muitos procuraram refúgio nas matas. Em relatório dirigido a Carlos Torres Gonçalves, assinado por Lindolpho Siha, descreve-se que na região do Alto Uruguai em 1907 havia oitenta e tantas posses de posseiros e caboclos que viviam no local de forma precária. Por isso, é apontado pelo historiador Francisco Antonio Xavier de Oliveira como local de refúgio a região do Alto Uruguai. Fabris relata ser um dos motivos que explicam a existência de posseiros no espaço regional antes da iniciativa da colonização a ocupação de fugitivos da Revolução Federalista, que se refugiavam no local para se proteger¹⁷.

Relatórios enviados a Carlos Torres Gonçalves sobre a ocupação desordenada do terreno registraram as dificuldades existentes quando do início da colonização do norte do município de Passo Fundo com as posses e a devastação das florestas. Os agrimensores, ao declararem tal situação, diziam ser necessário delimitar o terreno a fim de que o Estado

¹⁶ MAESTRI, Mário. *Os senhores da serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul 1875-1914*. 2. ed. Passo Fundo: Editora UPF, 2001, p. 25.

¹⁷ FABRIS, Neivo. A. A Revolução Federalista e o sertão do Alto Uruguai. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas /RS*, Getúlio Vargas, v. 1, p. 15-18, dez. 1996.

resolvesse a questão com os posseiros, para que não houvesse constantes conflitos com estes¹⁸.

Vários motivos levaram os caboclos que coabitavam com os índios a se retirar da região quando foi criado o projeto oficial do governo do Estado do Rio Grande do Sul para a instalação da colônia Erechim no km 4,5, a leste do km 56 da ferrovia. Mesmo ali, e arranchados no outro lado do rio Uruguai, no estado de Santa Catarina, os caboclos enfrentariam outro revés, a Guerra do Contestado, que ocorreu entre 1912 e 1916.

A concepção de que somente determinados povos seriam ideais para que o progresso chegasse à região é claramente percebida no norte do Rio Grande do Sul. Segundo Piran, foi com outro viés que se introduziram os agricultores familiares no Alto Uruguai:

Assim, o território que era concebido por índios e caboclos na perspectiva de sua sobrevivência autônoma, com liberdade, é então disputado pelos agricultores familiares na perspectiva de reconstruí-lo como um território de reprodução destes, mas já sobre o controle do capital (produzir para a subsistência e para o mercado urbano nacional emergente)¹⁹.

Nesse período a caça e a pesca foram secundarizadas e a paisagem sofreu modificação, enfim, tudo passou por alterações.

1.3 Alto Uruguai: correlação entre o projeto ferroviário e a colonização

Em 1825 inventou-se na Inglaterra a locomotiva, que cresceu de forma tão acelerada que, em 1855, as redes ferroviárias estavam espalhadas pelos cinco continentes; apenas a América do Sul ainda não era provida desse meio.

Em 1852 deu-se o ponto de partida para viação férrea brasileira, por incentivo de um grande empresário:

¹⁸ FABRIS, A Revolução Federalista..., 1996.

¹⁹ PIRAN, Nédio. *Agricultura familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai*. Erechim/ RS: Fapes, 2001, p.63.

Nesse ano, Irineu Evangelista de Souza, o barão de Mauá, recebeu a concessão para a ligação do Rio de Janeiro ao Vale do Paraíba e a Minas por um trajeto misto: por mar, do Rio até o porto Mauá, na baía de Guanabara; por estrada de ferro, de Mauá até a raiz da serra da Estrela; por estrada de rodagem, até Petrópolis em diante²⁰.

Irineu Evangelista de Souza, o visconde de Mauá, era um homem ousado para a época, acionista de grandes empresas ferroviárias e de navegação, cujo objetivo era diversificar a economia e orientar o processo econômico para a esfera da industrialização; logo, foi o porta-voz da presença do capital estrangeiro.

Em 1854 foi inaugurado o primeiro trecho ferroviário do país e, o advento da República, iniciou-se um plano de construção de ferrovias que abrangeria todo o país. Contudo, com o país passando por um momento de crise na economia, interromperam-se as obras das ferrovias de 1897 a 1905. No governo de Campos Sales, de 1906 a 1910, adotou-se uma nova modalidade, reiniciando-se as obras, dentre as quais a Madeira-Mamomé, a estrada de Santa Catarina, de Itaqui-São Borja, Santiago-São Borja e Basílio-Jaguarão²¹.

A implantação da rede ferroviária gaúcha teve sua origem na segunda metade do século XIX, com projeto apresentado em outubro de 1872 pelo engenheiro J. Ewbank da Câmara ao governo imperial, o qual seria o embrião das futuras ferrovias que cortariam o Rio Grande do Sul em todas as direções. Na época, o complexo ferroviário gaúcho estava nas mãos do Estado e de arrendatários; a partir de 1905, passou para a empresa belga Compagnie des Chemins de Fer Sud – Ouest Brésilien, sob o amparo jurídico do governo federal²².

A construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, concedida por ingleses e belgas, proporcionou a chegada do primeiro trem, em 1898, a Passo Fundo, fato importante no processo de ocupação do espaço porque impulsionou várias mudanças no Brasil, no estado do Rio Grande do Sul e na região Norte. A ferrovia, além de escoar rapidamente a produção, encorajou práticas de produção econômica, atraiu a imigração e a ocupação do solo, protegeu os interesses nacionais nos campos econômicos, bélicos e fronteiriços, além de, direta ou indiretamente, atrair e articular a presença do capital estrangeiro²³.

A ferrovia não foi somente estratégia de exibição de poder na região do Alto Uruguai e de defesa nacional para o caso de haver conflito armado com a Argentina, por esta reivindicar

²⁰ WOLFF, Gladis. H. *Trilhos de ferro, trilhas de Barro – A ferrovia no norte do Rio Grande do Sul – Gaurama (1910-1954)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005, p. 67.

²¹ A modalidade do governo Campos Sales foi de encampamento das estradas por garantias de juros em ouro para, posteriormente, repassá-las pelo regime de arrendamento sob sistema de contratos com pagamentos em títulos.

²² TEDESCO, João. C.; SANDER, Roberto. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. Passo Fundo: Editora UPF, 2002.

²³ *Ibidem*.

territórios brasileiros²⁴. Embora atendendo a esses objetivos, ela não deixou de contribuir com o crescimento econômico da região, pois a economia globalizada surgida com as novas condições socioeconômicas incluía os transportes. O trem, que chegou no século XIX, valorizou campos, matas e introduziu dinâmicas agrícolas como o trigo, o milho e, posteriormente, a indústria moageira, de banha, permitindo que o capitalismo se expandisse transnacionalmente, ligando setores industriais e financeiros. Portanto, as idéias de industrialização do final do século XIX estavam presentes no cenário sociopolítico e econômico do Brasil, e o sistema ferroviário foi introduzido no país motivado por grandes grupos estrangeiros europeus e americanos, que viam no setor de transporte um maximizador de acumulação de capital²⁵.

Com esse meio de transporte foi possível recuperar a economia agrícola, abalada com a baixa do café em razão da abolição da escravatura no país. Abriram-se, então, novos espaços na esfera da diversificação econômica, com a manufatura, a participação do capital exterior no fornecimento de crédito, a prestação de serviços, etc. Relata Tedesco que o Brasil, nesse período, não estava preparado para tanto, pois não havia no país uma estrutura capitalista madura na esfera mercantil.

Nesse cenário, a ferrovia, chegou. Porém, não foi como se esperava, ou seja, grande promotora de processos industriais como havia ocorrido em outros países centrais. A ferrovia dinamizou, sim, o comércio, a mobilidade espacial da população, mas induziu incipientes espaços de industrialização²⁶.

A ferrovia teve grande importância no desenvolvimento da região do Alto Uruguai, tornando-se o principal meio de transporte a partir do século XIX; serviu para transnacionalizar setores do capital, industrial e financeiro; ligar mercados distantes, transportar passageiros; desbravar matas, montanhas; incorporar, excluir e expropriar trabalhadores, além de criar profissões e ocupações em regiões pouco habitadas que se serviam dela. A ferrovia dinamizou o comércio, a mobilidade espacial da população e permitiu que, com o apoio de forças econômicas, do capital estrangeiro, espaços de industrialização obtivessem maiores avanços. Todavia, como não havia um desenvolvimento

²⁴ HEINSFELD, Adelar. *A questão de Palmas entre Brasil e Argentina: e o início da colonização alemão no baixo vale do Rio do Peixe - SC*. Joaçaba: Unoesc, 1996.

²⁵ Aspectos com grande relevância internacional com o objetivo de modernizar a nação brasileira, com interligação de fronteira (estrutura belicosa), domínio territorial e político.

²⁶ TEDESCO; SANDER, *Madeireiros, comerciantes e granjeiros...*, 2002, p. 30.

capitalista maduro, tanto na esfera do mercado quanto na do trabalho, o cenário ferroviário não teve o efeito esperado²⁷. A foto da Figura 3 mostra a locomotiva que percorria a região do Alto Uruguai.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Illa Font – Erechim.
Figura 3 – Locomotiva - 1940

1.4 A territorialização da região do Alto Uruguai

Em 1875 a ocupação da mata pelos imigrantes e seus descendentes ocorreu primeiro na região Centro-Nordeste do estado, com a formação de núcleos de imigrantes de uma única nacionalidade. São as chamadas “Colônias Velhas”, a região que abrange hoje Bento Gonçalves, Garibaldi, etc. A segunda etapa teve início em 1890, com a ocupação de terras cobertas de matas no norte do Rio Grande do Sul, no vale do rio Ijuí e na região Alto Uruguai da colônia Ijuhy, avançando para Guarani das Missões-(1890), Panambi-(1890), Erechim-(1908), etc. Eram as chamadas “Colônias Novas”. Nestas últimas, para combater uma suposta formação de guetos, os governantes deram à imigração um caráter múltiplo, mesclando diversas nacionalidades para acelerar a integração²⁸.

²⁷ TEDESCO; SANDER, *Madeireiros, comerciantes e granjeiros...*, 2002.

²⁸ ZARTH, *História agrária...*, p. 26.

No Quadro 1 observa-se a evolução da criação dos municípios que fizeram parte das Colônias Novas²⁹.

Ano	Município
1834	Cruz Alta
1857	Passo Fundo
1873	Santo Ângelo
1874	Palmeira das Missões
1875	Soledade
1891	Vila Rica (Júlio de Castilhos)
1912	Ijuí
1918	Erechim

Fonte: FELIZARDO, Júlia Neto. *Evolução administrativa do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, [s. d] . p. 13.

Quadro1– Criação de municípios na região das Colônias Novas do Rio Grande do Sul de 1834 a 1918.

É possível identificar algumas diferenças da colônia Erechim em relação às Colônias Velhas, como o tamanho dos lotes, menor de 25 ha e que mais tarde passariam a 12,5 ha; os lotes foram vendidos, não doados, como ocorrera em parte das Colônias Velhas; a colonização foi realizada por descendentes destas e também por imigrantes vindos diretamente dos países de origem.

A abundante produção da erva-mate na região atraiu muitas famílias, que, em razão da distância das autoridades, usufruíam da terra não se importando em buscar sua legalização para possuir o título de propriedade. Na verdade, geralmente quem adquiria a posse das terras eram os que freqüentavam as igrejas ou os mais bem situados economicamente, conseqüentemente, os mais informados. Com o surgimento da Lei das Terras em 1850, esses posseiros ficaram sem a posse, porque a alienação onerosa das terras públicas foi um processo profundamente elitista e mantenedor do *status quo* vigente. No relato de Paulo Zarth,

[...] camponeses pobres não tinham recursos para medir as terras a que teriam direito legalmente por serem posseiros. [...] Aproveitando-se destas condições, os usurpadores requeriam as terras às instâncias superiores e tornavam-se proprietários delas em detrimento dos posseiros que ali viviam³⁰.

²⁹ ZARTH, *História agrária...*, 1997, p. 26.

³⁰ *Ibidem*, p. 63.

Passo Fundo, sendo o município a que pertenciam as terras do 3º distrito com a denominação de “Alto Uruguai,” possuía um território muito extenso, que se estendia até as barrancas do Uruguai, divisa do estado do Rio Grande do Sul com Santa Catarina. A fim de atender às necessidades do fisco e para facilitar a segurança pública, a municipalidade criou o sétimo distrito municipal, com sede no povoado de Capoerê. Desde a criação do município de Passo Fundo, no ano de 1857, a região Norte foi identificada na cartografia oficial como “Sertão do Alto Uruguai,” da qual a colônia Erechim fazia parte.

A ocupação da terra com a Lei de Terras, conjugada à imigração espontânea, teve um cunho excludente com relação aos indígenas e caboclos, que não puderam permanecer no espaço por não serem considerados propulsores do progresso pela política expansionista planejada para a província cisplatina.

Vimos que a colonização no Alto Uruguai se deu a partir da ocupação das terras devolutas. Ao ser cumprida a primeira lei agrária nacional, a Lei de Terras de 1850, determinou-se a concessão de terras públicas apenas para a venda, passando o Estado a fiscalizar a legalização, requerer as terras devolutas e vendê-las às empresas colonizadoras ou particulares. Ainda fixava o preço de forma a que nem todos pudessem adquiri-la em primeira instância, porque se previa direcionar a mão-de-obra dos excluídos do processo aos fazendeiros e plantadores, como peões ou agregados. Desse modo, foram excluídas do espaço agrário as camadas mais pobres da população.

Portanto, ocorreram redefinições a partir de 1908 na forma de conceber a terra e as grandes vítimas a sofrerem com a privatização desta na região do Alto Uruguai foram as populações indígenas e caboclas. Além de não possuírem recursos para adquiri-las, estas, aos poucos veriam seus territórios reduzidos e destruídos. Portanto, a imigração e a questão da terra estavam interligadas. O projeto ferroviário chegou também nesse período e contribuiu para a territorialização da região, bem como as empresas colonizadoras, ambos fortificando o processo de privatização da terra.

A criação da colônia Erechim, a política de povoamento ao longo das estações férreas e a importância da ferrovia para o rápido progresso econômico da colônia, juntamente com a função das comissões de terras, é do que trataremos no próximo capítulo.

2 ASPECTOS DA DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DA COLÔNIA ERECHIM

Neste capítulo temos a preocupação de analisar alguns aspectos que consideramos fundamentais na ocupação, dinamização e organização da colônia Erechim. A análise centra-se na política de povoamento, no trabalho desenvolvido pelas Comissões de Terra e Colonização na organização dos povoados, na gestão das terras devolutas, das reservas florestais e dos territórios indígenas e outros assuntos. O objetivo desta análise é mostrar o desenvolvimento ocorrido na colônia, que foi mediado pela imigração e pela ferrovia, bem como analisar os conflitos e tensões na região em estudo, sobretudo a questão dos posseiros, que viviam de forma aleatória no espaço. Entendemos ser necessário perceber as diferentes concepções que norteiam a modernidade, mas que, por outro lado, geram a exclusão.

2.1 A importância da Comissão de Terras na colônia

A criação da colônia Erechim deu-se a partir da argumentação do diretor de terras, Carlos Torres Gonçalves de que as terras disponíveis nas colônias Ijuí e Guarani eram insuficientes para a colonização¹.

Ao serem transferidos aos Estados o domínio das terras devolutas pela Constituição Federal de 1891, artigo 4º, passaram a funcionar nos Estados as Delegacias de Terras e Colonização, Agências de Imigração e Comissão de Terras. Competia à Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas dirigir e inspecionar o serviço de colonização, que seria executado pela Diretoria de Obras Públicas, Terras e Colonização e pelas comissões na sede dos núcleos completamente povoados. A lógica da colonização era eliminar as desigualdades econômicas, promover uma articulação entre os setores de produção, comércio, serviços, transportes, infra-estrutura e formar uma nacionalidade voltada à ordem e ao progresso.

Carlos Torres Gonçalves, formado no curso de Engenharia Civil da Politécnica, trabalhou durante um ano como empregado da Comissão da Carta Cadastral do Rio de Janeiro. No Rio Grande do Sul, de 1899 a 1909 trabalhou como funcionário da Secretaria de Obras Públicas; após como diretor de Terras e Colonização, até 1928 e, posteriormente, como

¹ GRITTI, *A imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul...*, 2004.

diretor da Viação Fluvial até 1934.² Quando convidado para assumir o cargo de diretor da Diretoria de Terras e Colonização da Secretaria de Obras Públicas por Borges de Medeiros, Torres Gonçalves, preocupado com a incompatibilidade dos princípios positivistas, que não aconselhavam o exercício de cargos políticos no período de transição em que se encontrava a sociedade, consultou o apóstolo positivista Teixeira Mendes, o qual lhe respondeu que o cargo era apenas administrativo³.

O primeiro projeto de Torres Gonçalves como diretor de Terras e Colonização foi a criação da colônia Erechim. Num dos relatórios enviados ao Borges de Medeiros, em 1913, ele exaltou esta colônia⁴.

Quando Torres Gonçalves assumiu como diretor de Terras e Colonização, elaborou um projeto buscando proteger os nacionais, entregue ao Estado do Rio Grande do Sul em 1915. Contudo, só em agosto de 1922 as disposições constantes deste projeto foram introduzidas no novo Regulamento de Terras. Com Vargas como presidente do estado em 1929, houve nova orientação com relação aos serviços de terras, colonização e aos nacionais, adotando-se medidas menos protecionistas aos índios e nacionais. Torres Gonçalves buscava com seu projeto assegurar direitos e vantagens na aquisição dos lotes de terras para a permanência dos nacionais, porque esses vinham enfrentando situações de abandono. A respeito, no Regimento de Terras e Colonização de 1940 constava:

Art 42 – Aos nacionais já estabelecidos nas terras, que não sejam intrusos recentes e notoriamente não dispunham de recursos para os pagamentos á vista ou a prazos, previsto no art. 39, poderão ser feitas concessões de proteção, com redução de 20 % nos preços que vigorarem na ocasião e a facilidade de pagamento mediante a prestação de serviços em trabalhos que o estado esteja realizando⁵.

Era grande a preocupação com os nacionais, pois, em torno de 1915, na colônia Santa Rosa, somente na margem esquerda do rio Santa Rosa havia cerca de três mil pessoas e

² Adepto da doutrina positivista, a qual questiona os dogmas pregados pelo catolicismo sobre a natureza da existência humana e busca entendê-la através dos fatos, acreditava encontrar no positivismo satisfação para as aspirações de felicidade CASSOL, Ernesto. *Carlos Torres Gonçalves – Vida, obra e significado - Erechim (RS)*: Editora São Cristóvão, 2003.

³ CASSOL, op. cit.

⁴ Ibidem.

⁵ Regimento de Terras e Colonização 1940. Inspetoria de Terras e Colonização. Frederico Westphalen , p. 73. Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

calculava-se que, no outro lado, existiria outro tanto⁶. Contudo, mesmo enquanto vigorou a legislação específica para proteger os nacionais, relacionando-a com a imigração e colonização, podemos verificar que isso não significou o fim do processo de exclusão. Desse modo, ocorreram ainda na República Velha muitos conflitos entre grupos interessados em se apropriar da mata do Alto Uruguai, como os colonos, os nacionais, os índios e o próprio Estado.

Segundo relatórios do Estado, a imigração seria uma boa estratégia para os países de origem europeia aliviarem a tensão populacional neles existente e proporcionar bem-estar aos emigrantes. Por sua vez, no Brasil seriam muito úteis por poderem incrementar a agricultura e, ainda, trazerem uma base formativa industrial⁷.

O Serviço de Povoamento do Solo, de acordo com relatórios do Estado, funcionava da seguinte forma:

A União fornece ao Estado para a hospedagem n'esta capital 1\$ 500 por dia e por imigrante de qualquer idade; transporta-os a suas custas até onde houver linhas férreas; entra para os cofres do estado com 400\$000 por família de imigrante estabelecida, dos quase 60\$000 para a distribuição gratuita de ferramentas e sementes, 90\$000 para a construção de estradas, e os restantes 250\$00 (este auxílio só aos casados) para a construção da casa. Este último auxílio o imigrante restituirá posteriormente⁸.

O Planalto gaúcho caracterizava-se no século XIX como área atrasada, isolada e estagnada; assim, tentou-se suprir esse aspecto partindo mais para o norte do estado, segundo a concepção de fronteira expansionista.

O decreto que autorizou a criação de comissões cujo objetivo era verificar posses legítimas ou por legitimar e também discriminar terras públicas foi o de nº 95, de 5 de março de 1897⁹. Por este, as comissões tinham a incumbência de acompanhar, fiscalizar, reunir

⁶ Os “nacionais” segundo Gregory, eram os intrusos. Era o termo para designar o lavrador pobre, que podia ter como sinônimo “mameluco”, “sertanejo”, “caipira”.

⁷ Comentários retirados da 2ª seção – Colonização, da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas. Apresentado ao Ex. Sr. Dr. Antônio A. Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de Estado João J. Pereira Parobé, em 20 de Agosto de 1913. Biblioteca Pública do Estado do Rio grande do Sul. Porto Alegre.

⁸ Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, 1913, p. 71. Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

⁹ IOTTI, Luiza Horn (Org.) *Imigrantes e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado Rio Grande do Sul. Caxias do Sul: Educs, 2001.

documentos para ter a comprovação das posses legais, separar as sobras que fossem encontradas, se fosse possível, e juntá-las para formar um novo lote de terra.

Carlos Torres Gonçalves foi nomeado por Borges de Medeiros em 1906 como chefe interino da Diretoria de Terras e Colonização no Estado e, em 1909, chefe efetivo da diretoria. Ele desempenhou um papel muito importante na história da colonização do Rio Grande do Sul, sobretudo no ponto de vista social, pois nos trabalhos de organização era cuidadoso na escolha do lugar para criar os povoados, entendendo que no futuro seria preciso fazer desses povoados municípios autônomos.

Aos chefes de comissões cabia agir no sentido de conterem as intrusões em terras públicas; de evitar que os agricultores das Colônias Velhas, ao serem introduzidos nas novas, desobedecessem aos funcionários das comissões quanto aos lotes que lhes eram concedidos e se instalassem em outros; desenvolver o processo de ocupação-desocupação assentando e aldeando os índios, com a demarcação de territórios, entendendo, assim, estar protegendo e propiciando melhores condições para o progresso da região através da colonização. Ainda, entre outras, a comissão deveria cuidar da assistência às populações indígenas¹⁰.

A partir de 1902, o Estado do Rio Grande do Sul passou a arcar com as obrigações da colonização e, por meio da Secretaria de Terras e Colonização, fundou a colônia Erechim, em 1908, a primeira criada dentro da nova modalidade de divisão de lotes, disposição do povoado e traçado das estradas de rodagens. A União interveio novamente em 1907, em razão do fracasso da atuação dos Estados; desta vez, ajudou a gerar um novo surto colonizador, embora ocorressem alguns atropelos nessa primeira fase da instalação de imigrantes na colônia Erechim.

O decreto de nº 247, de 19 de agosto de 1899, aprovou o regulamento que organizava colônias no estado, em cujo capítulo I tratava da colonização e formação de núcleos, prevendo medidas e divisão em lotes das terras públicas apropriadas para o estabelecimento de agricultores por linhas ou seções. A partir desse edital os lotes rurais passaram a possuir cerca de 25 ha e seu destino era servir à exploração da indústria agrícola. Também consta no documento a abertura das linhas ou seções coloniais, além da projeção de caminhos internos para o trânsito dos cargueiros, de estradas de rodagem que iriam se ligar às estradas gerais ou as ferrovias. Assim, já deveria haver a reserva de uma certa margem de terrenos de 15 m para estradas vicinais e de 25 m para as estradas gerais.

¹⁰ JACOMELLI, Jussara. *A atuação da Comissão de Terras e colonização no projeto de ocupação da região da Grande Palmeira/RS: 1917-1930*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2004.

O decreto também previa onde seriam organizados os povoados, considerando que ficassem próximos de rios navegáveis ou ferrovias, com abundância de água e que o terreno apresentasse pouca declividade. Para criar o povoado ou seção reservava-se uma área em torno de 300 ha, em cujo centro se previam quadras para praças públicas, e o restante era subdividido em lotes urbanos de 1.250 m². Outras zonas eram reservadas para logradouros públicos e para o desenvolvimento futuro da povoação; havia espaços reservados para escolas, edifícios públicos, etc.

Próximo aos núcleos de povoação demarcava-se um terreno de 40 ha mais ou menos fértil, com bom acesso à água, para estabelecer uma estação experimental de agronomia; em outro ponto traçado a uma certa distância do povoado demarcava-se um terreno para o cemitério¹¹. A lei de nº 28, de 5 de outubro de 1899, sobre as terras devolutas, previa que as áreas que não tivessem algum uso público pela União, Estado e Município e fossem do domínio destes seriam terras devolutas; as que tivessem sido dadas por sesmarias ou outras concessões, mas não revalidadas em 1850; as que não se achassem ocupadas e legitimadas; as que estivessem ocupadas, mas legalmente seus ocupantes não possuíssem o título legítimo, mesmo estando em processo judicial, e todas as que não estivessem sob domínio particular, mas sem título, também eram consideradas terras devolutas.

Antes da criação da colônia Erechim, a municipalidade de Passo Fundo, em 21 de outubro de 1902, criou o sétimo distrito, com sede em Capoerê. No mesmo ano foi nomeado Domingos Alves Duarte Telhada para administrar o distrito criado por possuir uma área muito extensa e para facilitar a ação da polícia e do fisco. Por ser espaço distante da sede e local onde a população se concentrava para extrair a erva-mate e possuir também aldeamentos de indígenas nas proximidades, criou-se essa colônia, com sede, primeiramente, em Capoerê¹².

A Comissão de Terras em Passo Fundo foi criada em 1903, período em que era defendida pelo Estado a imigração espontânea, que se deu de 1897 a 1907¹³. A demarcação das terras que faziam parte da colônia Erechim iniciou em 1904, com a exploração do traçado por onde a ferrovia deveria passar¹⁴, ou seja, acompanhava o traçado da ferrovia Itaré (São Paulo) a Santa Maria (Rio Grande do Sul). Relata Ducatti Neto:

¹¹ IOTTI, *Imigrantes e colonização...*, 2001.

¹² CASSOL, Ernesto. *Histórico de Erechim*. Passo Fundo: Instituto Social Padre Berthier, 1979.

¹³ CASSOL, *Carlos Torres Gonçalves...*, 2003.

¹⁴ CASSOL, *Histórico de Erechim...*, 1979.

[...] O trecho Passo Fundo a Marcelino Ramos seria explorado pela Companhia belga [...] seguiu o traçado seguinte: Estação Araújo (atual Desvio Englert), Sertão, Erebango, Erechim (atual Getúlio Vargas), Treze de Maio (atual Áurea), Barro (atual Gaurama), Viaduto, Pinhalzinho, Marcelino Ramos (ex-Barra, onde já em 1912 uma ponte de madeira atravessava o Uruguai)¹⁵.

A estrada de ferro da colônia Erechim foi inaugurada em 3 de agosto de 1910. Havia, então, necessidade de abrir espaços para instalar descendentes das Colônias Velhas que já não possuíam mais lotes, por se encontrarem inteiramente ocupadas as áreas em que seus familiares residiam; por outro lado, a região do Alto Uruguai possuía terras virgens e muitos ervais, que podiam facilmente ser explorados permitindo a fixação de moradores. O presidente do estado, Carlos Barbosa, em 1908, por sugestão da Diretoria de Terras e Colonização e em razão da fecundidade das terras e da facilidade de comunicação e transporte, implantou a colônia Erechim¹⁶.

Inicialmente, a sede da colônia ficava na localidade de Capoerê. *Erechim* quer dizer “campo pequeno” e *Capoerê* “campo do meio”. Posteriormente, foi transferida para o km 66 da ferrovia, a 5000 m dela, junto ao rio dos Índios, dando origem ao povoado da colônia Erechim¹⁷.

A colônia Erechim, segundo relatório de 1910, passou a fazer parte do oitavo distrito de Passo Fundo. Sua área, de 90.000 ha, tinha tendência a se desenvolver naturalmente, visto que o território era extenso e a estrada de ferro seguia até o rio Uruguai. Já em outubro de 1909 chegou a primeira leva de imigrantes a Erechim, cujo crescimento foi rápido, tanto que em três anos já havia no local uma população de 14 mil habitantes. A colônia foi ocupada pelos imigrantes das Colônias Velhas ou vindos da Itália, Alemanha, Rússia, Polônia, Ucrânia, Espanha e outros¹⁸.

¹⁵ Apud CASSOL, Ernesto; PIRAN, Nédio, p. 29-30.

¹⁶ DUCATTI NETO, Antônio. *A vida nas colônias italianas*. Porto Alegre: Universidade de Caxias, 1979.

¹⁷ STUMPF, Léo; RANZOLIN, Conrado. *Monografia do Município de Getúlio Vargas*, 1952, p. 10.

¹⁸ CIMA, Sônia. M. *Padre Busato um protagonista na história de Erechim de 1926 a 1950: o personagem Busato instala-se em Erechim*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2002.



Fonte: Divisão de Terras Públicas. Porto Alegre.
 Figura 4 – Colônia Erechim, fundada em julho de 1909.

Encontramos nos livros de registros de entrada de imigrantes de 1911 a 1914 as nacionalidades alemã, austríaca, polonesa, russa, italiana, portuguesa, sueca, holandesa e até dois japoneses¹⁹.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Illa Font - Erechim.
 Figura 5 – Colônia Erechim - 04/04/1912.

¹⁹ Descrito no livro de registros de entrada de imigrantes da Colônia Erechim. Arquivo particular de Antônio Pereira de Souza. Erechim-RS. Apud GRITTI, *A imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul...*, 2004.

Os imigrantes foram transportados até a colônia de trem, que seguia o trajeto feito pela estrada de ferro em construção, São Paulo–Rio Grande, a qual cortava a colônia de sul a norte, passando por nove estações: Erechim (Getúlio Vargas), Erebangó, Capoeirê, Boa Vista (hoje Erechim), Baliza, Barro (Gaurama), Viadutos, Canavial e Marcelino Ramos²⁰.

Já em 1910, na colônia Erechim, eram habitadas em torno de cinquenta casas e estavam em construção 22, todas de madeira. Havia algumas casas comerciais, barbeiro, alfaiate, sapateiros e açougue. Uma das primeiras providências no setor do meio rural foi a construção da estrada de rodagem ligando a sede com a estação Erechim da estrada de ferro.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Illa Font - Erechim.
Figura 6 - Colônia Erechim - 1912.

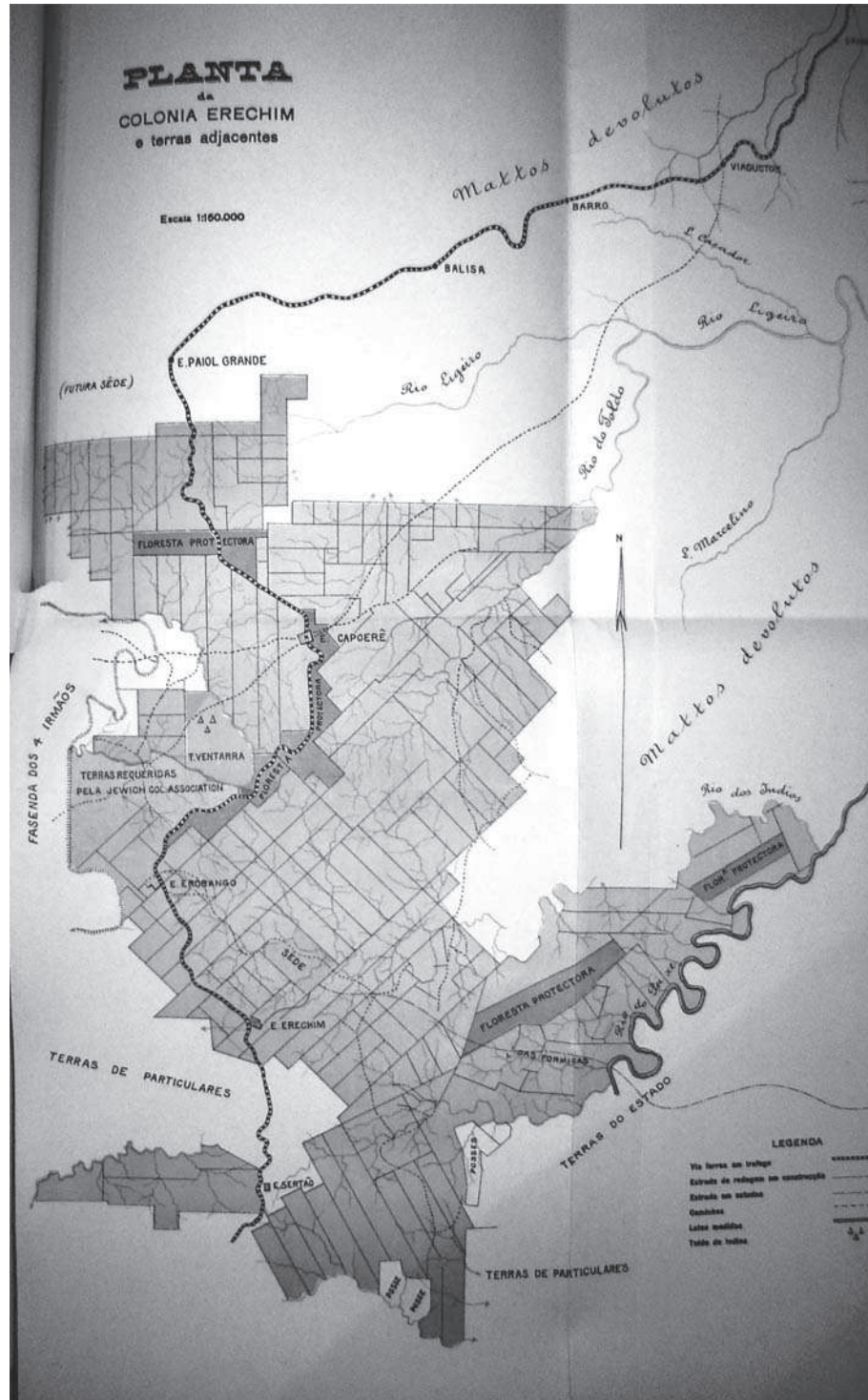
Várias nacionalidades fizeram-se presentes nos espaços abrangidos pela colônia Erechim, formando pequenos núcleos ao longo da estação férrea. Um desses foi Erebangó, palavra tupi-guarani significando “campo grande”, por possuir uma densa mata de araucária. Antes da chegada dos descendentes europeus, a região era habitada principalmente pelos índios caingangues e pelos bandeirantes paulistas, de cuja miscigenação resultou o caboclo. Em 1910 iniciou-se o povoamento. Como Erebangó dispunha de abundante água e de lenha para abastecer as locomotivas e por ser uma via da ferrovia, ali foram introduzidos imigrantes

²⁰ OLIVEIRA, Adão Russi de; FORLIN, Cleonice; CRENDENE, Maria Ângela. *Monografia do Município de Getúlio Vargas 1934-1984*. Erechim - RS: Gráfica Estrela, 1984, p. 32.

européus, tais como alemães, poloneses e italianos. A colônia Erechim ficava situada “[...] no município de Passo Fundo, à margem da estrada de ferro em construção para o Uruguai, na vizinhança do km 66. Tomou ela o nome de Erechim”²¹.

Observa-se no mapa da Figura 7 o trajeto percorrido pela ferrovia, que traz representados os povoados de Sertão, Estação Erechim, Capoeirê, Paiol Grande, Balisa, Barro, Viadutos, e seguindo para Marcelino Ramos. Também a sede da colônia Erechim é destaque. O mapa contém as estações de trem, as matas em terrenos devolutos, rios, terras de particulares e do Estado. É grande parte do terreno estudado da região Alto Uruguai. Sobre o território de Formigas vêem-se florestas e o traçado do rio do Peixe.

²¹ CASSOL, *Carlos Torres Gonçalves...*, 2003, p. 60.



Fonte: Divisão de Terras Públicas do Estado. Porto Alegre.
Figura 7 - Trajeto da ferrovia, na região Alto Uruguai, em torno de 1915.

Erechim foi designado como sétimo distrito de Passo Fundo, este com sede no povoado de Capoerê; após, passou a fazer parte do oitavo distrito, com sede na colônia Erechim²², distante cerca de 5 km da Estação Erechim. Nesta localidade instalou-se, primeiramente, a Comissão de Terras Públicas.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Illa Font - Erechim.

Figura 8 – Primeiro escritório da Comissão de Terras da Colônia Erechim - 1911.

Os municípios de Erechim e Ijuí foram fundados a partir da colonização oficial, pela qual os colonos obtiveram pequenas propriedades em áreas de mata virgem. Os dados populacionais da colonização da colônia Erechim registram que “a instalação do núcleo se dá em 1910, com 36 colonos (4 famílias com 28 pessoas e 8 solteiros). Neste mesmo ano a colônia atinge 226 pessoas [...]”²³.

Além dos imigrantes ou descendentes europeus, mercadorias, como a madeira, a banha, o couro, ferro, enfim, tudo o que era produzido na colônia ou que a colônia importava, vinham pelo trem.

²² DUCATTI NETO, *A vida nas colônias italianas...*, 1979.

²³ CASSOL, *Histórico de Erechim...*, 1979, p. 28.



Fonte: Foto BX
Figura 9 - Estação Erechim - 1910.

Quando os imigrantes foram introduzidos nas colônias, tiveram oportunidade de progredir, porém os governos não levaram em conta os que já estavam presentes no espaço. Assim, as conseqüências que determinados povos ditos “não civilizados” enfrentariam deveram-se à visão positivista de Comte e a uma concepção de progresso baseada no ideário europeu, que não foi capaz de pensar uma política da distribuição de terras que visasse ao bem-estar de todos os grupos. Essa visão impôs aos nacionais problemas como a desintegração da terra e a marginalização social.

2.2 Impactos com relação à ocupação territorial

Parte da região da colônia Erechim era habitada pelos índios caingangues, instalados nas cabeceiras do rio Toldo com seus aldeamentos, local de refúgio de presidiários, fugitivos da lei, desertores da Revolução de 1893. Esta foi a última porção do território a ser incorporada ao processo de produção capitalista por ser considerada terra desocupada. Por isso, tornou-se o reduto dos indígenas, encurralados pelo avanço da colonização em outras regiões e resistindo às mais variadas formas de desterritorialização e dizimação. Além de situar-se distante da capital, Porto Alegre, pelo relevo ser bastante acidentado, especialmente

na porção norte do rio Uruguai, e também por ser pouco atrativo para o latifúndio, esse foi o espaço que sobrou aos povos excluídos para se abrigarem no estado, nas barrancas do rio Uruguai²⁴.

A criação de novas Comissões de Terra e Colonização no Estado significou um trabalho mais intenso para abranger as áreas do norte através da colonização, que deveria absorver o excedente populacional das Colônias Velhas a fim de minimizar a pressão demográfica destas e não colocar em risco as áreas sob domínio do latifúndio. Sabendo-se que os intrusos iam sendo jogados ou empurrados para áreas de terras devolutas e que o norte do estado era a última porção de terras que restava para a colonização, determinados problemas careciam de solução, principalmente a situação dos nacionais e euro-brasileiros ocupantes de terras particulares ou por colonizar. As Comissões de Terras, segundo Gregory, tinham a função de

[...] estudar e resolver simultaneamente os problemas relacionados com a discriminação da propriedade pública da privada, com a legitimação de posses, com a ocupação de terras por intrusos, com as reservas florestais, além de promover a construção de estradas e caminhos, a demarcação de lotes rurais e a organização urbana²⁵.

Havia muitas reclamações, dúvidas, posses pendentes, aquisições de terras públicas como se fossem particulares, exigências de soluções. Competia, pois, ao Estado dar um tratamento a tais questões para inserir as regiões devolutas no processo de colonização. A colonização representava lucro imediato aos cofres públicos, bem como, indiretamente, na produção, pela arrecadação tributária²⁶.

O serviço de colonização não se restringia a um simples povoamento; havia todo um complexo de medidas que visavam à organização social das novas regiões do Estado, como a necessidade da postura nacionalista, a boa convivência dos descendentes europeus com os nacionais e o cultivo de idéias capitalistas dentro das fronteiras nacionais. Fazia-se necessário também o serviço de colonização para discriminar a propriedade pública da privada e, assim, identificar os recursos naturais do solo e do subsolo, que seriam estímulo à atividade industrial, ao estabelecimento de vias de comunicação, etc.

²⁴ PIRAN, *Agricultura familiar...*, 2001.

²⁵ *Ibidem*, p. 70.

²⁶ GREGORY, *Capitalismo, latifúndio, migração...*, 1988.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Illa Font – Erechim
Figura 10 – Demarcação das terras na década de 1920.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Illa Font - Erechim
Figura 11 – Indicador de terras efetuando o assentamento de imigrantes italianos interessados em comprar novas terras - 1920.

As autoridades estaduais previam que em trinta anos os 30.000 km² de terras devolutas estariam divididos em lotes coloniais de domínio de pequenos proprietários. Por isso, deveria haver prudência com relação à conservação das reservas florestais do Estado. Essa previsão se

confirmou com a rapidez da ocupação dos espaços vazios disponíveis na Zona Norte do Rio Grande do Sul, tanto que o Estado, em 1945, possuía somente 8.000 km² de terras públicas devolutas²⁷.

2.4 Os intrusos nas florestas da colônia Erechim

Segundo relatório da Diretoria de Terras e Colonização sobre o serviço de fiscalização das florestas do Estado nos municípios, incluindo o de Passo Fundo, no período de julho de 1914 iniciaram-se os trabalhos de exploração das florestas pelo Estado, atendendo, primeiramente, o município de Passo Fundo, onde havia mais urgência de fiscalização. Neste relatório é mencionado que o início da fiscalização foi muito penoso, porque a população não estava habituada a se ver contrariada e, também, pela visão que possuía de que o que pertence ao Estado é de todos. Encontravam-se nelas os que entravam como intrusos, os clandestinos, que aos poucos iam explorando a madeira, vendendo-a por preços insignificantes, e os que exploravam a erva-mate encontrada em meio a floresta; havia, ainda, matas devastadas para servir a negócios ilegais.

O inspetor florestal embargou e marcou todas as madeiras encontradas que não possuíam justificativa convincente, como 56 cedros nas matas de Paiol Grande, junto à estação Capoeerê; 127 tirantes de pinho, empregadas na construção do galpão para a serraria na floresta de Sertão; 101 tábuas de cedro e 58 torradas falquejadas e brutas e também cerca de 1800 dormentes²⁸ de 1m; 80 embargados a João Dorl, que, segundo o diretor da colônia Erechim, desde muito cedo cortava e vendia a madeira de Capoeerê²⁹. O mesmo inspetor embargou pequenas quantidades de ervais explorados indevidamente; após os coletores prometerem não fazer cortes indevidos tiveram licença para carregar a erva-mate. Então, recebeu autorização para cortar e fiscalizar os ervais em Passo Fundo a empresa Márquez & Veja, a qual deveria pagar 200 réis por arroba de erva.

Os intrusos estabelecidos em terras do Estado eram indivíduos nacionais provenientes, em sua maioria, das Colônias Velhas; agricultores de origem estrangeira que estavam à

²⁷ GREGORY, *Capitalismo, latifúndio, migração...*, 1988.

²⁸ Dormente era a viga colocada em posição oblíqua sobre a qual se assentavam os trilhos de uma ferrovia.

²⁹ Rio Grande do Sul. Relatório enviado a Presidência do Estado pelo Secretário do Governo dos negócios das Obras Públicas (partes). De 1914, 1915 e 1916. Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

procura de terras baratas ou que tinham a esperança de conseguir direito de posse. Nas florestas do Estado estimava-se que eram, no mínimo, cerca de cinquenta mil pessoas. A solução para acabar com os intrusos e normalizar as situações irregulares foi subdividir os lotes rústicos das terras por eles ocupadas e proibir que se estabelecessem em áreas irregulares, sob pena de despejo imediato³⁰.

Em relatório da Diretoria de Terras enviado ao governo do estado em 1914 registrou-se a respeito:

Se, em vez da instalação que realizamos nestes últimos 6 anos dos 41.938 imigrantes introduzidos pelo Povoamento do Solo, tivéssemos consagrado os nossos esforços em normalizar a situação dos intrusos existentes em terras do Estado, conforme não temos cessados de lembrar, enormes benefícios teríamos já colhido, que podem ser assim resumidos: 1.º) grande redução nas despesas públicas; 2.º) aumento considerável na receita proveniente da venda de terras; 3.º) redução da devastação das florestas; 4.º) a vantagem inapreciável do desenvolvimento da ordem na propriedade territorial, com todos os benefícios decorrentes³¹.

Para estabelecer em torno de dez mil famílias de intrusos em cinco anos seria necessário uma demarcação anual de dois mil lotes rústicos.³² Portanto, eram dois gastos: um para acomodar os que nela estavam e outro com os que chegavam.

No estado do Rio Grande do Sul eram freqüentes os pedidos de grandes áreas para fins de colonização. Para o Estado, do ponto de vista do aspecto financeiro, era lucrativo tanto vender para empresas colonizadoras como vender diretamente pequenos lotes aos colonos. Porém, no aspecto social, a venda direta ao pequeno agricultor, a preço reduzido, representava proteção a este, que, além do valor da terra, recebia outros benefícios indiretos pela sua instalação na terra. Ao contrário, o colonizador particular precisava assegurar o juro do capital que empregara com isso, revendendo as terras por um custo maior aos colonos.

A colonização da Colônia Erechim demandava um serviço complexo, pois a construção das vias e das estradas vicinais implicava a exploração e conservação das florestas. Nesse sentido, no município de Passo Fundo o pessoal responsável pela conservação das

³⁰ Rio Grande do Sul. Relatório enviado a Presidência do Estado pelo Secretário do Governo dos negócios das Obras Públicas (partes). De 1914, 1915 e 1916. Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

³¹ Ibidem, p. 111.

³² Ibidem.

florestas compunha-se apenas de um inspetor, quatro guardas de primeira classe e três da segunda³³.

Para conhecer a área pertencente ao Estado com o fim de melhor utilizá-la e também de normalizar a situação dos intrusos que se achavam em grande número no território pertencente ao município de Passo Fundo, criou-se a Comissão de Terras na colônia Erechim em 1908, pois existia apenas a comissão em Passo Fundo, a qual estava anexada à de Lagoa Vermelha. Primeiramente, foi nomeado para chefiar os trabalhos de discriminação na Comissão de Terras de Erechim o agrimensor Severiano de Souza e Almeida, que atenderia também a várias outras atividades que exigiam constante assistência. Porém, logo ele foi dispensado dos serviços de organização florestal e, em seu lugar, foi nomeado chefe interinamente o engenheiro Lindolpho A. Rodrigues da Silva; que o substituiu no trabalho de organização do serviço florestal e na discriminação das terras do município de Passo Fundo.

A partir de 30 de abril de 1913 passaram a ser atendidas as necessidades dos serviços de terras das colônias, conforme os administradores relatavam em correspondências anuais enviadas ao governo do estado. A Diretoria de Terras e Colonização, antes constituída de uma só secção, nesse período passou a ter três - uma para atender o serviço de terras, uma para colonização e outra para os serviços florestais e agropecuários³⁴ -, conforme o decreto nº 1962, de 30 de abril de 1913. Em despacho de 20 de julho de 1912, o Estado cedeu uma área à União, com 749.840 m², para a construção de duas fontes públicas em Marcelino Ramos, a fim de abastecer as locomotivas da viação férrea. Nesse período também foram resolvidas pelo Estado as indenizações das terras públicas não discriminadas, em torno de 145 atos de posses³⁵.

A Comissão de Terras passou a atuar mais de perto na discriminação dos espaços, no assentamento dos colonos e na proteção às florestas, esta última realizada seguindo critérios que não excluía o povoamento, mas incluía a sua conservação e defesa, como os cumes elevados, alguma originalidade por motivo estético e econômico, e, até mesmo, a mata como forma de valorizar o terreno. Assim é que no período em que se iniciou a criação de estradas de rodagem, os responsáveis pelos serviços de colonização perceberam a necessidade de engenheiros de estradas de rodagem para orientar a derrubada das matas.

³³ Rio Grande do Sul. Relatório enviado a Presidência do Estado pelo Secretário do Governo dos negócios das Obras Públicas (partes). De 1914, 1915 e 1916. Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

³⁴ Dados encontrados num relatório do secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas na data de 17 de julho de 1913. Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

³⁵ CASSOL, *Carlos Torres Gonçalves...*, 2003.

A proteção das florestas, além de potencial hidráulico que demandava especial atenção, era uma preocupação constante para as Comissões de Terras. No Alto Uruguai, a mata virgem “[...] começava as margens do rio Ijuí, abrangendo boa parte da região do Grande Santa Rosa, estendendo-se até o rio Pelotas”³⁶. Era uma mata muito rica em cedros, louros, cabriúvas, grápias e canafístula de troncos altíssimos. A exploração na região ribeirinha expoliou a madeira, transportando-a pelo rio Uruguai, principalmente os cedros³⁷.

A causa principal da devastação das matas eram a derrubada excessiva e cortes clandestinos nas margens do rio Uruguai e seus afluentes, realizadas pelos intrusos. Além disso, delas se faziam roças ou campos nos períodos de seca e, ainda, caçadores provocavam incêndios nas matas. Passou, então, a haver uma preocupação por parte do governo de melhor organizar a região do Alto Uruguai. Desse modo, instruções do serviço florestal eram necessárias para discriminar as florestas que seriam utilizadas para a colonização e as destinadas à exploração da madeira, mediante contratos que regulavam tais condições³⁸.

As florestas por longo tempo não tiveram muita importância para o Estado, o que só ocorreria com o crescimento da população colonial. Conforme a intrusão foi se constituindo e necessitando de aproveitamento das reservas florestais com o fim de defesa dos mananciais e cursos de água para garantir o potencial hidráulico. Em especial, por se achar a região Norte bastante devastada, era preciso encontrar uma forma de racionalizar a exploração, conservando as matas, mas, ao mesmo tempo, retirando a madeira necessária para o consumo e para exportar, especialmente para a Argentina. Os intrusos são fruto de exclusão das antigas colônias, que se tornaram um viveiro de agricultores, e também foragidos dos movimentos revolucionários no estado. Severas penalidades aos intrusos foram estabelecidas quando da instalação das comissões pelo Regulamento de Terras e Colonização de 4 de julho de 1900, cujo conteúdo previa àqueles que tivessem ocupado terras anteriormente à criação do edital que poderiam permanecer na terra e aguardar a demarcação dos lotes, ao passo que para os ocupantes estabelecidos após o edital previa-se despejo com perda completa das benfeitorias.

Com a criação do Regulamento de Terras, os intrusos eram intimados a se retirar e eram-lhes oferecidos lotes demarcados, com prazos para a retirada. Os nacionais não foram tratados com a mesma política de distribuição de terras que os colonos, pois, de acordo com os relatórios da Diretoria de Terras e Colonização, a estes foram garantidas por parte do

³⁶ GREGORY, *Capitalismo, latifúndio, migração...*, 1988, p. 82.

³⁷ *Ibidem*.

³⁸ *Ibidem*.

Estado terras e condições para as pagarem com prestação de serviços na construção de estradas e caminhos.

A intrusão foi um grave problema social e também se fazia presente nas terras particulares, de modo que, mesmo com leis e editais, não foi possível acabar efetivamente com os casos de intrusão. Novas medidas, então, foram adotadas pela Diretoria de Terras e Colonização em 30 de maio de 1919, quando foi afixado um edital complementar que determinou o despejo dos intrusos recentes em terras do Estado; quanto ao domínio privado, o Estado só ampararia os ocupantes estabelecidos anteriormente ao edital; também os intrusos recentes em terras de domínio privado estariam sujeitos a ser despejados.

A intrusão dava-se em razão do crescimento vegetativo da população colonial, aliado ao novo processo de organização das colônias, que visava a um sistema de produção voltado ao mercado local e global. Nesse contexto, tentava-se normalizar a situação de intrusão para que sobrassem terras, as quais se tornavam devolutas, a fim de se poder introduzir nelas os imigrantes. Os intrusos e posseiros, em razão dos conflitos com estancieiros e coronéis, forçaram a expansão da pequena propriedade; eles investiram contra o sistema de direito e de força exercido pela classe latifundiária, procurando impor-se pela violência e criar um novo processo histórico para gerar a propriedade camponesa.

2.5 O desenvolvimento econômico da colônia Erechim

O Estado, por meio das administrações das Comissões de Terra, interveio durante toda a fase de exploração na gestão e no equipamento, no conjunto de edifícios, escolas e na resolução das questões referentes aos intrusos que haviam buscado abrigo nas terras públicas que ficavam às margens das zonas colonizadoras.

A colônia Erechim bateu recordes de rapidez em desenvolvimento, recebendo autonomia municipal em 1918. A Inspetoria de Terras e Colonização contribuiu muito para esse progresso, pois em 1918, cadastrou 10.082 lotes rurais, 3.800 lotes urbanos, 868 km de rodovias, 2550 km de caminhos vicinais e construiu 39 pontes³⁹.

As regiões das colônias que não possuíam boas vias de transportes não suportavam o alto custo de levar o milho e o trigo até os centros maiores. Como o custo de transporte era

³⁹ ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

muito alto, utilizava-se o milho para alimentar o suíno; quanto ao plantio do trigo, reduzia-se ao consumo próprio. Por sua vez, onde a viação férrea servia as colônias, como era o caso de toda a região do município de Passo Fundo, onde o Estado estabeleceu a nova colônia Erechim, o custo de transporte da produção era quatro vezes menor se comparado a Guaporé, em virtude da menor dificuldade, mesmo mais distante da capital. Portanto, a colônia Erechim, quase quatro vezes mais afastada de Porto Alegre, lucrava bem mais do que a colônia Guaporé com a venda dos produtos, por possuir boas vias de transporte⁴⁰.

Segundo relatório do Estado de 1914, é possível verificar o progresso da colônia Erechim, também citado por Roche, pelo grande passo que vinha dando ao aparelhar-se para evoluir industrialmente. Isso se justificava pela fertilidade das terras, diversidade dos climas, por prestar-se a várias culturas e, também, pelo grande fator, que era a ferrovia, pondo a região e o Rio Grande do Sul em contato com a capital da República, os estados do Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro, bem como as Repúblicas vizinhas do Prata⁴¹.

Quando da fundação da colônia Erechim, em outubro de 1908, diferentemente das antigas colônias, esta já apresentava um programa para sua organização, o que contribuiu para o progresso econômico da região, além de outros aspectos, como a boa viação interna de rodagem. Para a instalação da colônia realizou-se levantamento prévio dos cursos de água e os lotes seguiram orientação uniforme, embora os traçados das estradas não pudessem ser planejados antes da subdivisão dos lotes. Fazendo-se indispensável o transporte interno na colônia Erechim desde cedo, logo estradas seriam criadas. A colônia foi se aparelhando com uma boa rede de estradas de rodagem, cerca de 120 km de estradas, distribuídos da seguinte forma:

56 kms., da Estação Erechim à colônia Sananduva, passando pela sede Erechim; 25 kms., desta última sede ao lageado Marcellino, faltando 11 kms., para chegar ao povoado do mesmo nome; 8 kms., da sede Erechim ao povoado Erebangó, faltando 2 kms.; 14 kms., da estação Paiol-Grande (sede geral em construção) ao povoado Floresta, a oeste da linha-férrea; 15 kms., de Paiol-Grande ao lageado Dourado; 3 kms., na estrada da estação Barro ao lageado Suzana⁴².

⁴⁰ ROCHE, *A colonização alemã...*, 1969.

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² Relatório enviado à Presidência do Estado pelo Secretário do Governo dos negócios das Obras Públicas (partes). De 1914, p. 167. Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

Quando completadas as estradas citadas, restava construir cerca de 80 km para a colônia ficar com cerca de 200 km de estradas de rodagem, conseguindo, assim, trafegar com boas condições até a linha férrea. A estrada de Erechim a Sananduva ficava, nesse período, 40 km mais próxima de Passo Fundo e, sendo de qualidade superior, representou um melhoramento de grande valia para a colônia e para o município de Passo Fundo, bem como para Lagoa Vermelha e toda a região, porque antes as relações comerciais se faziam pela estação Carlos Barbosa da estrada de ferro Porto Alegre–Caxias. O toldo dos índios das margens do rio Ligeiro, no qual habitavam cerca de quatrocentos índios, era atravessado por esta estrada⁴³.

Foram muito presentes no trabalho do traçado da rede de rodagem da colônia Erechim dois funcionários do Estado, Victorio Deboni e Valentim Zambonato. O primeiro destacou-se pela escolha do traçado da estrada da sede à colônia Sananduva; o segundo por realizar a escolha dos traçados das demais estradas da colônia⁴⁴.

Linhas telefônicas foram solicitadas ao Estado com uma certa urgência, por ser considerado um fator de progresso, bem como forma de contribuição nos trabalhos da colônia Erechim. Segundo relatórios do Estado do Rio Grande do Sul, foi autorizada a construção de uma rede de extensão de 138 km, assim distribuída:

Erechim – Sananduva	51 kms.
Erechim – Marcelino	36 >>
Erechim – Paiol-Grande	41 >>
Erechim – Erebango	10 >> ⁴⁵

Essa rede telefônica foi orçada em 16.560 \$ 000, o que significava 120 \$ 000 por quilômetro, mas, como o comércio de Sananduva ofereceu postes para 12 km, que iam até o rio Ligeiro, e a empresa colonizadora Rio-Grandense repassou para 23 km um montante de quinhentos postes, o orçamento baixou para 13.500 \$ 000.

Paiol Grande foi outro povoado da colônia Erechim, assim caracterizado:

⁴³ Relatório do Governo de 1914.

⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 168.

Séde geral – Paiol-Grande – Está situada na Estação do mesmo nome, da linha-ferrea Santa Maria-Uruguay, km. 462. Fica a pouca mais de meia-distancia de Passo Fundo ao Uruguay, a 49 kms., da estação Erechim, pela linha-ferrea, e a 29 kms., a rumo, da actual séde Erechim. A altitude é a maior de toda a viação-férrea do Estado, 768 metros⁴⁶.

Em 1913 Paiol Grande vinha sendo analisado pelo Serviço de Colonização porque Torres Gonçalves planejava tornar este local a sede da colônia. Os lotes urbanos de Paiol Grande foram planejados em 2.500, para uma população de cerca de 15.000 habitantes. Já se previam áreas em 1913 para um futuro desenvolvimento urbano, com espaços para as chácaras que contornassem o povoado. Havia o problema da deficiência de água, mas era um povoado central na região, que estava sendo colonizado, com posição privilegiada e sede geral, prevendo-se, por isso, um rápido desenvolvimento.

O Serviço de Colonização, como visto anteriormente, não se destinava só a retalhar as terras e povoá-las, mas também à promoção e ao aparelhamento das novas regiões para que posteriormente se tornassem territórios autônomos. Para isso, era preciso realizar o aproveitamento do bem público de maneira eficaz, conservando, modificando, adaptando, conhecendo os elementos colonizadores e os que já estavam no espaço a fim de realizar a comunhão entre eles. O Rio Grande do Sul tinha uma população colonial superior a 600 mil habitantes, que crescia em torno de 15 mil por ano, dedicada principalmente à atividade agrícola. Nesse contexto, eram necessárias outras terras e resolver a situação dos elementos nacionais, que também necessitavam de amparo⁴⁷.

Com a remodelação dos serviços de colonização foram tomadas algumas medidas quanto à organização dos núcleos coloniais. Uma delas era que só poderiam ser organizados em terras que já dispunham, ou que em curto prazo iriam dispor, de vias de exportação fluviais ou férreas. Também das terras de colonização ficariam excluídas as matas de pinhal, e as de árvores de altura elevada e das encostas de 30% ou mais de inclinação. Ao serem escolhidas as terras destinadas ao novo núcleo, organizava-se a planta, com o levantamento das principais estradas de rodagem, fazendo a bifurcação com a ferrovia; delimitava-se uma faixa de 8 km para cada lado destinado à exploração florestal, isso ao redor de cursos de água

⁴⁶ Relatório enviado à Presidência do Estado pela Secretaria do Governo dos Negócios das Obras Públicas (partes). Anos de 1914, 1915 e 1916, p. 168. Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

⁴⁷ Relatório enviado à Presidência do Estado pela Secretaria do Governo dos Negócios das Obras Públicas (partes). Anos de 1914, 1915 e 1916. Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

navegáveis ou das ferrovias. Quanto aos locais destinados aos povoados, deveriam ter distâncias entre si de 5 a 20 km; ter reservadas áreas de cerca de 400 ha; ter aguadas boas e abundantes; não serem muito acidentados e com panoramas agradáveis. Só fugiriam dessas regras se se localizassem perto das rodovias. Também dentro dos limites do povoado exigia-se a reserva de 1 a 3 ha, ou mais, para espaços de diversão ou utilidade pública.

Ao serem abertas as estradas de rodagem, procurava-se levar em conta a sua qualidade, em razão do custo dos fretes. O aspecto principal que diferenciava as estradas era a declividade, e foi a colônia Erechim a primeira que contou com uma rede de estradas de rodagem de pequenas declividades, a qual ia de 6 a 8% para menos.

Na zona norte do estado do Rio Grande do Sul, que serviu para normalizar a situação dos intrusos e gradualmente ir instalando o excesso de população dos antigos centros coloniais, fundaram-se núcleos em terras de mato do domínio público.

[...] a antiga colônia Guarany (fundada em 1891), a Colônia Erechim (fundada em 1908) e a colônia Santa Rosa (fundada em 1915). Existem também na mesma zona duas pequenas colônias das municipalidades de Santo Angelo (completa) e de S. Luiz de Gonzaga (em início), estabelecidas em terras cedidas pelo estado, e as colônias particulares, também pequenas, Serro Azul (completa) e Boa Vista (em meio), além de outros núcleos menores⁴⁸.

Como já citado, a colônia Erechim foi a que teve o desenvolvimento mais rápido do estado graças a vários pontos. Um foi que o Estado e a União aplicaram em Erechim, de agosto de 1908 a junho de 1916, a quantia de 3.870:041\$061, em média, por ano, um pouco menos de 500:000\$000. Segundo relatório do governo de estado de 1914 a 1916, na verdade, a colônia poderia ter um desenvolvimento agrícola ainda maior, sem ônus para o Estado e União, se, ao invés de instalar 14.659 imigrantes, tivesse estabelecido os nacionais, como posteriormente, de certa forma, ocorreria⁴⁹.

O relatório de 1915 citava o povoado de Marcelino Ramos, construído no término do ramal férreo, sobre um terreno de acentuado relevo. Acrescentava que o povoado possuía, três pequenas praças, duas pequenas avenidas, ambas com nomes de estados e capitais do Brasil, e poucas ruas, cujos nomes são das antigas colônias do estado⁵⁰. Outros povoados que já

⁴⁸ Relatório do Governo de 1914, p. 159. Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

⁴⁹ Relatório do Governo de 1914. Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

⁵⁰ Relatório enviado à Presidência do Estado pela Secretaria do Governo dos Negócios das Obras Públicas (partes). Anos de 1914, 1915 e 1916. Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

possuíam os terrenos previamente planejados em 1915 eram Treze de Maio (Áurea) e Barro (Gaurama). De todos os povoados citados, até 1915 Erechim é o que possui maior destaque. A foto abaixo documenta uma das casas comerciais existentes na colônia no início do desenvolvimento de Erechim.



Fonte: Divisão de Terras Públicas. Porto Alegre.

Figura 12 – Casa comercial situada na seda da colônia Erechim, de propriedade de Enrique Bischof - Casa Verde - 1913.

2.6 A imigração judaica na colônia Erechim

Em Erebangó também havia uma estação ferroviária, inaugurada em 1910. Ali havia hospedaria e armazenagem de produtos destinados aos trabalhadores que construíram a ferrovia. O povoado de Quatro Irmãos, próximo a Erebangó, foi palco da colonização judaica, iniciada em 1909, quando a Jewish Colonization Association (ICA) adquiriu uma área de terras, que, por pertencerem a quatro irmãos, recebeu o nome de Quatro Irmãos. Ali foi

construído um ramal particular de via férrea ligando a fazenda à ferrovia da estação Erebango⁵¹. Os judeus foram sendo introduzidos no espaço até 1912, fundando a segunda colônia de imigrantes, mas aqueles que prosperaram dedicaram-se mais à indústria madeireira, à marcenaria, moinhos e comércio⁵².



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Illa Font - Erechim.
 Figura 13 – Escritório da ICA em Quatro Irmãos, em torno de 1930.

Em 1909 a Jewish Colonization Association comprou a fazenda Quatro Irmãos a fim de ali instalar um núcleo israelita. A primeira fazenda israelita criada no Rio Grande do Sul fora a Filipson, no ano de 1902, em Pinhal, no município de Santa Maria. Contudo, não obteve êxito pelo fato de muitos dos imigrantes israelitas estabelecidos nela não terem prática com o trabalho agrícola, além de a área ser de campo e de pouca fertilidade, e, ainda, pela pouca atenção dispensada pela companhia colonizadora. Então, numa nova tentativa para fixar os israelitas no Rio Grande do Sul era a compra da fazenda Quatro Irmãos. Quem intermediaria as conversações junto ao Estado era Gustavo Vauthier, diretor da Compagnie, empresa belga na época arrendatária da viação férrea.

Havia, portanto, uma certa ligação ou uma correlação de interesses entre capital estrangeiro, os belgas e a elite dominante do Rio Grande do Sul, enfim, uma afinidade entre a

⁵¹ OLIVEIRA; FORLIN; CRENDENE, *Monografia do município de Getúlio Vargas 1934-1984*, 1984, p. 67.

⁵² ZANCANARO, Loreci; HOPEN PETRY, Maria Tereza. *Erebango, novos tempos... novos rumos*. Erechim: Editores do Sul, 2005.

ICA e a empresa responsável por construir a ferrovia. Assim, concretizou-se a compra da área e também se proporcionou a ligação férrea da fazenda Quatro Irmãos com São Paulo e Rio Grande.

Como havia ali grande quantidade de pinhais, vislumbrou-se a possibilidade de compra de uma gleba de terras em Erebangó para instalar uma serraria a vapor, a qual atenderia à própria ferrovia e à crescente procura de madeira trabalhada⁵³.

Os judeus tornaram-se uma das primeiras etnias a se instalar na colônia. Para que desse certo tal empreendimento, foram trazidos colonos adaptados à agricultura, já estabelecidos em suas colônias na Argentina. Entretanto, novamente a colônia que absorveu os israelitas não prosperou, tanto que em 1915 Quatro Irmãos encontra-se despovoada, não restando mais do que 72 imigrantes. O movimento migratório intenso ocorreu nos primeiros cinco anos, mas, da mesma forma que atraía, repelia, porque a direção da ICA revelou-se extremamente limitada. Na verdade, os imigrantes foram vítimas de agentes, cuja intenção era tê-los como empregados nos trabalhos de construção da ferrovia.

Por conseqüência, o êxodo dos colonos israelitas era constante, muitos por iniciativa própria, e a ICA justificava o insucesso como decorrência da falta de dedicação e empenho do colono. Contudo, sabe-se que o grande objetivo da empresa colonizadora não era colonizar, mas realizar um simples negócio comercial, razão por que a área posteriormente foi vendida a não-judeus.

2.7 Núcleos multiétnicos

Outra nacionalidade que se fixou na colônia Erechim e, em grande parte, em locais acidentados e distantes da sede do núcleo colonial foram os poloneses, que se concentraram em locais como Barro (Gaurama), Floresta (Barão de Cotegipe), Nova Polônia (Carlos Gomes), Treze de Maio (Áurea) e Centenário. Estes, migrados de São Marcos, Caxias e outros, em busca de melhores condições de vida, não receberam locais com melhores condições, o que dificultou o seu progresso.

⁵³ GRITTI, Isabel. R. *A imigração judaica para o Rio Grande do Sul: a Jewish Colonization e a colonização de Quatro Irmãos*. Porto Alegre: PUCRS, 1992.

Em todos os principais núcleos de colonização polonesa os imigrantes enfrentaram dificuldades de acesso e comunicação, além de serem discriminados pelos administradores das colônias por serem vistos como pouco dados ao trabalho. Nas correspondências dos diretores coloniais ao secretário de Estado das Obras Públicas Terras e Colonização chama atenção o comportamento unânime de afirmação da inferioridade do imigrante polonês. Como visto, na nova pátria o estigma da terra natal acompanhava os poloneses, atingindo-os das mais variadas formas⁵⁴. Aqui, é importante destacar a concentração dos imigrantes desta etnia em determinados locais, como é o caso de Carlos Gomes, que tem mais de 90% de sua população descendente de imigrantes poloneses.

O chefe da colônia Erechim, Severiano de Souza e Almeida, em relatório enviado a Torres Gonçalves, destacou a prosperidade, a presença de bons elementos na colônia, dizendo-se satisfeito e entusiasmado com os imigrantes em geral, tanto do povoamento como da imigração espontânea, por estarem atraindo parentes para estabelecer na colônia. Portanto, a intenção dos que estavam era permanecer definitivamente nos lotes⁵⁵.

Das várias etnias que se fizeram presentes também nas Colônias Novas encontramos os colonos alemães, certamente em menor número que os italianos. Ocorre nessa região uma mistura de culturas, com distritos ou aglomerados de pessoas da mesma etnia, processo contrário aos propósitos da administração brasileira, de não colocar colonos da mesma etnia nas mesmas áreas. Enquanto os italianos se multiplicavam com rapidez nos pontos mais elevados, os alemães ficaram dispersos, formando alguns centros nas aglomerações, como foi o caso na colônia Erechim da Igreja Luterana do Brasil (ISLB), criada em 1911. Também as lojas, salões de danças, igrejas e escolas espalhavam-se pelas colônias.

As Colônias Novas fundadas no Planalto tiveram fases diferentes da história agrícola das Colônias Velhas. A colônia Erechim ocupou o primeiro lugar quanto à produção dos principais gêneros e foi um dos municípios mais dinâmicos em todos os setores. É bem verdade que a ferrovia Santa Maria-São Paulo permitiu-lhe escoar imediatamente os produtos agrícolas, o que foi uma facilidade extraordinária em comparação à história das antigas colônias rio-grandenses. Logo, Erechim recebeu um impulso inicial em curto espaço de tempo. A segunda fase iniciou-se quando a produção agrícola teve um aumento mais que proporcional às áreas apropriadas, ou seja, o número de lotes ocupados de 1910 a 1914

⁵⁴ GRITTI, *A imigração judaica para o Rio Grande do Sul...*, 1992.

⁵⁵ Consta no registro de correspondência oficial da Comissão de Terras e Colonização da colônia Erechim do dia 13 de julho de 1911 até o dia 24 de março de 1914, p. 56-57. Arquivo particular de Antonio Pereira de Souza. Erechim-RS. Retirado da obra: GRITTI, op. cit.

triplicou, passando de 3397 para 6135, e a produção aumentou ainda em maior escala, quadruplicando em volume e em valor. O produto mais importante foi o milho: “[...] Se tomarmos por base 100 a produção de milho em 1914, a de 1916 corresponderá a 200, e a de 1918, a 302 [...]”⁵⁶.

Em 1916 a Diretoria de Terras transferiu o escritório da Comissão de Terras de Erechim para Paiol Grande. Então, seu diretor, Carlos Torres Gonçalves, provocou o desvio do percurso da ferrovia para Paiol Grande, o que favoreceu o estabelecimento da cidade, mesmo que o local fosse considerado inadequado para a implantação de uma grande cidade, em virtude da deficiência de água corrente. Contudo, culminou por ser a sede do município, emancipando-se em 1918.

ERECHIM(BOA VISTA) - 1918



Fonte: Arquivo Histórico Juarez Illa Font. Erechim
Figura 14 – Território que pertencia a Erechim em 1918.

⁵⁶ ROCHE, *A colonização alemã...*, 1969, p. 282.

Já em 1950, o território estava repartido entre seis municípios: Passo Fundo, emancipado em 1857; Erechim, em 1918; Carazinho, em 1930; Getúlio Vargas, em 1934; Sarandi, em 1939, e Marcelino Ramos, em 1944. A população do extenso município de Passo Fundo, em 1900, passava de 21.383 habitantes; em 1920 era de 117.996; em 1940, 317.424; em 1950, 388.521⁵⁷.

O rápido desenvolvimento econômico e populacional das colônias do Alto Uruguai e, conseqüentemente, de Erechim é atribuído, em grande parte, à regularidade das migrações internas, provindas das Colônias Velhas buscando terras virgens em áreas mais longínquas, pois as florestas do Alto Jacuí e da região de Ijuí encontravam-se inteiramente ocupadas. Os descendentes de imigrantes encontraram dificuldades para residir junto com seus pais e passaram a desbravar o último espaço de floresta pioneira do Rio Grande do Sul, localizado nas colônias do Alto Uruguai.

Outro fato que favoreceu o rápido crescimento da colônia Erechim, além da ferrovia, foram as estações ferroviárias, pois cada uma delas tornar-se-ia posteriormente sede de município ou de distritos. Foi na colônia Erechim que houve pela primeira vez um planejamento para a ocupação da terra, prevendo-se anteriormente a instalação da sede e a abertura das estradas e dos caminhos que seriam disseminados para os futuros núcleos do povoamento.

Como podemos constatar, hoje vários povoados existentes tiveram seu início com o advento da ferrovia, como é o caso da Estação Getúlio Vargas, que era o segundo centro urbano do município, cujo desenvolvimento se deu em grande parte porque a estrada de ferro trouxe para ali os primeiros imigrantes colonizadores. Também se destacou pelo cooperativismo nacional e pela indústria, pois neste local surgiu em 1957 a Cotrigo, uma grande cooperativa, que agregou produtos locais e fez a intermediação local/global, bem como por estar ali instalada a sede da estação ferroviária, que representava a principal via de acesso e escoadouro da riqueza de madeira, banha e grãos.

Outro núcleo originário que fez parte da colônia Erechim foi Ipiranga, que, embora não fosse parada da ferrovia, teve grande importância para a colônia mais tarde. Iniciou sua ocupação em 1938 com uma extensa gleba de terra, de aproximadamente quatrocentas colônias, pertencentes a um só proprietário, de origem uruguaia; posteriormente, este nomeou

⁵⁷ ROCHE, *A colonização alemã...*, 1969.

um supervisor e um procurador para fazerem a venda das terras, as quais passaram a formar o povoado de Ipiranga. Era uma região rica de pinhais, o que levou ao surgimento das primeiras serrarias, tanto que o local ocupou o primeiro lugar no município na produção e industrialização da madeira de pinho⁵⁸.

Floriano Peixoto também foi um núcleo integrado nos limites da então colônia Erechim, onde as primeiras famílias se instalaram por volta de 1908 a 1910. A agricultura era sua principal fonte econômica, com o cultivo do trigo, milho, mandioca e, principalmente, de videira.

Em torno de 1910, após a criação da colônia Erechim, iniciou-se o povoado do Rio Toldo, tendo como primeiro imigrante Pedro Uriante. A primeira casa de comércio surgiu com um imigrante russo. Em razão de abundância de madeira foi instalada uma serraria na linha Sete, comunidade pertencente ao distrito. Em 1932, surgiu o primeiro moinho e descascador de arroz no distrito. Com o traçado da nova estrada que ligaria Getúlio Vargas a Erechim (RS 135), diminuiu um pouco o entusiasmo de lutar para que Rio Toldo se tornasse distrito, pois a estrada passava a 12 km do povoado, porém posteriormente, o local tornou-se distrito⁵⁹.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Illa Font - Erechim.
Figura 15 – Distrito do Rio Toldo, colônia Erechim - 1922.

⁵⁸ OLIVEIRA; FORLIN; CRENDENE, *Monografia do Município de Getúlio Vargas 1934-1984*, 1984, p. 72.

⁵⁹ RONCAGLIO, Vilson, J. Getúlio Vargas – 65 anos de história – Evolução histórica do distrito de Rio Toldo. *Tribuna Getuliense*, Getúlio Vargas, ago. 1999.

O Distrito do Rio Toldo teve sua origem em razão do toldo indígena existente na área e leva o nome também do rio que banha o distrito. Em 1964 o toldo indígena foi extinto por ordem do Estado⁶⁰, sendo as famílias removidas para outra área; porém, não se adaptando nesta, elas retornaram, encontrando as terras já vendidas e ocupadas por colonos. O povoado cresceu por ser caminho dos que se dirigiam as barrancas do rio Uruguai e ao restante do estado e norte do país. Era por ali que passavam diariamente carroças de terno de mulas com madeira para a estação da estrada de ferro de Capoeirê, a qual, depositada nos trens, era transportada para os municípios do estado e até para a Argentina. Pelo povoado também passavam os produtos coloniais que eram levados para Getúlio Vargas e Erechim.

Foi um dos grandes méritos dos administradores rio-grandenses o êxito da colonização em Erechim, visto que o Estado beneficiou-se com dois grandes grupos de colônia: as Colônias Velhas eram mais povoadas e nelas era mais desenvolvido o setor industrial, ao passo que as Colônias Novas caracterizavam-se como mais rurais e com atividade mais agrícola.

As povoações nascidas em zonas de desbravamento florestal, com raras exceções, tiveram um processo de desenvolvimento comum. Em geral, possuíam uma ou duas igrejas, algumas casas de comércio, um grupo de casas, em torno de cinqüenta, num espaço mais ou menos restrito e que se separavam da roça por uma estrada. Os comerciantes eram os colonos mais ricos, que se estabeleceram nas linhas a fim de abastecer o comércio no interior da colônia. Diante do quadro descrito, é possível avaliar o processo de povoamento como algo puramente rural, como foi o desenvolvimento da colônia Erechim, entre outras do Planalto e do Rio Grande do Sul⁶¹.

Um dos aspectos que contribuíram para dobrar o preço das colônias foi a ferrovia, a qual compensou a distância da colônia Erechim em relação a Porto Alegre. Mesmo com a falta de vagões e com o aumento das tarifas, a colônia exportava mais que outras da Encosta da Serra. Em 1913 a colônia Erechim, após cinco anos de fundação, contava com cinco estações, que formaram pequenos centros de 80 a 300 habitantes, com casas de madeira e

⁶⁰ Atualmente, essas terras se encontram na Justiça, disputadas por índios e agricultores.

⁶¹ ROCHE, *A colonização alemã...*, 1969.

várias lojas. Na estação de Erechim, que ficava a 5 km da sede, havia seis lojas; em Erebango, 22; em Capo-erê, 12; em Paiol Grande, 20 e, em Barro, sete⁶².

Vemos, pois, como Erechim se destacou com relação a outras colônias, como, por exemplo, a Guarani, que permaneceu estagnada economicamente até a abertura da via férrea Ijuí-Santo Ângelo-Santa Rosa, mesmo assim não sendo servida diretamente pela estrada de ferro. Quanto mais afastadas fossem as colônias das ferrovias, mais baixa era a produção em volume e valor. Em 1917 em toda a colônia Erechim havia quase trinta mil pessoas, “[...] das quais: 7 mil brasileiros, 6mil poloneses e russos, 4 mil alemães, 2 mil italianos, mil austríacos, além de suecos, espanhóis, franceses, portugueses e de outras nacionalidades diversas”⁶³.

Cabe também destacar que o povoamento nas colônias do Planalto, bem como da colônia Erechim, ocorreu de forma um pouco diferente das Colônias Velhas, por iniciarem já com um determinado planejamento, ou seja, onde havia maior aglomeração ficava o escritório do diretor da colônia. O escritório da Comissão de Terras situou-se, inicialmente, na Colônia Erechim e, em 1916, transferiu-se para Paiol Grande.

Sendo o ponto central o escritório da Comissão de Terras, era em torno dele que se juntavam vendas, oficinas, hotel, etc. Quando o escritório da colônia Erechim mudou-se para Paiol Grande, provocou um maior crescimento econômico e populacional no novo espaço, tendo em vista a importância da função administrativa para o progresso da colônia.

Nos municípios da zona norte do estado do Rio Grande do Sul, especialmente na região de Passo Fundo, em torno de 1911 o processo de utilização de terras que se reconheciam como de domínio público, estava adiantado se comparado com o dos municípios da zona pastoril do centro e sul do estado, justamente em virtude da intervenção da comissão discriminadora do município.

2.8 A questão indígena na colonização de Erechim

Pela Lei de Terras de 1850, como já referimos, todos os ocupantes de terras que as cultivavam ou moravam nelas, mas não possuíam escrituras, deveriam se dirigir às paróquias

⁶² ROCHE, *A colonização alemã...*, 1969.

⁶³ CASSOL, *Histórico de Erechim...*, 1979, p. 128.

para registrá-las⁶⁴; se não o fizessem, não teriam habilitação e perderiam a terra. Contudo, os posseiros pobres, em virtude do descaso ou por irem pouco à igreja, não compareceram ao registro paroquial. No período de 1910 o governo do estado reconheceu com plena convicção o direito incontestável de posse das terras aos “bugres”, habitantes primitivos, passando a protegê-los quando demarcou as terras silvícolas com divisas claras e retirou delas os brasileiros que lá tinham se instalado.

Muitas reclamações eram feitas junto ao presidente do Estado, Carlos Barbosa, sobre os conflitos ocorridos em razão da ocupação de terras, de invasões de intrusos, entre outros, como nos aldeamentos indígenas⁶⁵. Para resolver a questão das posses ilegais, havia uma comissão, que agia diante de reclamações pendentes sobre terras, fazendo a separação entre o domínio privado e o público; também normalizava a situação dos intrusos, nacionais e estrangeiros que estavam irregularmente estabelecidos.

A historiografia não se refere à presença do índio e do negro no norte; portanto, escamoteou esses elementos e negou os conflitos de classe.

Dessa forma o indígena, o negro e o caboclo para o senso comum, não foram vistos como partícula da construção da ocupação do norte do estado; as etnias européias ganharam supremacia histórica, ficando a noção da terra vazia e que os (i)migrantes vieram desbravar e ocupar⁶⁶.

É incomum nos depararmos com registros anteriores à existência da ferrovia sobre a existência de indígenas no alto Uruguai. Augusto César, um dos exploradores do Alto Uruguai, em seu relatório de 1888, localizado na Câmara Municipal de Passo Fundo, ao descrever as aventuras pelo rio do Peixe, Ligeiro, Pelotas e Uruguai, destacou a existência de indígenas nas matas⁶⁷.

A região Norte era, como já descrito, último espaço a ser colonizado e possuía terras devolutas habitadas por um grande número de nacionais, que haviam sido empurrados de outras regiões colonizadas anteriormente. Também era o último reduto das populações indígenas, que usavam as estratégias de afastamento, refugiando-se nas fronteiras de ocupação

⁶⁴ Ficariam proibidos de adquirir terras devolutas que não fossem através da compra. Essa medida se destinava a legalizar a ocupação sem carta de doação e para identificar terras devolutas a fim de financiar a imigração.

⁶⁵ Em 26 de julho de 1908, o jornal *Correio do Povo* publicou também nota sobre o assunto.

⁶⁶ WOLFF, *Trilhos de ferro, trilhas de Barro...*, 2005, p. 152.

⁶⁷ OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier. *Anaes do Município de Passo Fundo*. Aspecto geográfico. Passo Fundo: Gráfica e Ed. Universidade de Passo Fundo, v. 1, p. 311- 317, 1990.

do branco e da introdução na civilização. Enquanto encontravam espaços para reagir, os indígenas avançavam floresta adentro⁶⁸. Para melhor discriminar as terras devolutas, o Estado executou projetos que limitavam os territórios indígenas, como a criação de espaços específicos para eles, e organização de um centro agrícola de atração de índios. Um relatório do governo do estado do Rio Grande do Sul relatava que na colônia Erechim

o centro agrícola indígena será estabelecido dentro da area do Toldo do rio Ligeiro. Esse Toldo acha-se demarcado desde o anno 1911 e tem uma area de 4.552 hectares e população aproximada de 400 índios. É atravessado pela estrada de rodagem Erechim-Sananduva, que é uma das melhores do Rio-Grande, em cuja construção o Estado deu-lhes serviço, como actualmente continua a dar-lhes na conservação da mesma⁶⁹.

O local foi escolhido como centro indígena porque as terras do toldo eram cobertos de mato, próprias para as culturas indígenas, situando-se distante 29 km da sede da colônia e, desta, apenas 5 km da Estação Erechim via estrada de ferro Passo Fundo–Uruguai. É de se notar que grande extensão em torno do Toldo encontrava-se inteiramente povoada por agricultores da colônia Erechim.

Em 1910 o Estado registrou em mapas os locais e o número de população dos toldos indígenas; posteriormente foram demarcados toldos nos municípios de Lagoa Vermelha, Faxinal, Caseiros, Palmeira, Nonhay e Serrinha. Contudo, faltavam ainda quatro: Votouro, no município de Passo Fundo; Inhacorá e Guarita, em Palmeira, e Lagoão, em Soledade. A população indígena do estado totalizava 2.800 índios.

Em relatório da Secretaria do Estado em 1910, com relação à questão indígena, registram-se visitas realizadas a alguns toldos, como o de Ligeiro, nos quais foram conhecidos atos de violência cometidos por particulares contra os índios⁷⁰. Foi, então, criado pelo governo o Serviço de Proteção aos Índios, cujos funcionários orientavam sobre demarcação de terras, auxílio em vestuário, ferramentas, sementes, etc. Os índios reagiram contra o homem branco, segundo Gregory de várias maneiras uns lutavam para defender dos invasores o seu espaço vital com violência; outros se submetiam ao trabalho escravo e, sem grandes possibilidades de reação, prestavam serviços; havia também os que, para evitar o domínio

⁶⁸ GREGORY, *Capitalismo, latifúndio, migração...*, 1988.

⁶⁹ Relatório do Governo de 1914, p. 183.

⁷⁰ Relatório do Governo de 1914.

econômico e cultural, procuravam distanciar-se de europeus, embrenhando-se floresta adentro em áreas devolutas ou inocupadas⁷¹.

O Estado reduziu o espaço das terras indígenas pela demarcação e cercamento, pela assistência, orientação e disponibilização de um funcionário do Estado nos toldos para guiar e auxiliar os índios em várias práticas. Todo o serviço de proteção aos índios fazia-se necessário para que o projeto de colonização se efetivasse sem a presença e perturbação dos nativos. A redução do espaço indígena atendeu aos interesses do poder constituído, e a presença do funcionário do Estado que prestava assistência e orientação nos toldos era um condicionante para que os índios aceitassem a entrada dos colonos em áreas que lhe pertenciam. Essa foi a forma que o Estado adotou para poder controlar a situação dos índios, instalar os colonos para desafogar as regiões com grande densidade demográfica e não permitir que ocorresse o surgimento de lideranças políticas nas colônias que concorressem com o poder do latifúndio.

Torres Gonçalves, da Diretoria de Terras e Colonização do Rio Grande do Sul, ao visitar em 1910 as colônias de Erechim e Passo Fundo, encontrou uma população indígena bem numerosa⁷². Relata Zanela:

Ao implantar o processo de colonização, o Estado, de orientação positivista, acabou promovendo um processo de exclusão dos índios e caboclos aqui estabelecidos. No caso específico dos índios apesar de o governo criar reservas indígenas com o intuito de proteger e preservar os nativos, o resultado foi uma discriminação desses povos. Assim, muitos foram expulsos dos territórios que habitavam, tendo como destino a marginalização social, seja no campo, seja na cidade. Apesar disso, a partir de 1990 a luta pela demarcação de suas terras mobilizou os povos indígenas sobreviventes na região, provocando conflitos inclusive com os pequenos agricultores (descendentes dos primeiros colonos)⁷³.

Em 1920, o Estado havia demarcado todos os aldeamentos, mas pouca atenção dava às populações que possuíam características nômades, uma vez que cada vez mais eram valorizadas as terras ricas em madeira e erva-mate, as quais, além do uso agrícola, eram atrativas para empresas colonizadores e particulares. Nesse contexto, eram comuns situações conflituosas e disputas pela posse no entorno dos toldos indígenas.

⁷¹ GREGORY, *Capitalismo, latifúndio, migração...*, 1988.

⁷² Dizia ser uma raça abatida, decadente, que nada lucrara com o contato dos ocidentais, antes perdera. Fonte: Relatório de governo. Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

⁷³ ZANELLA, Anacleto. *A trajetória do sindicalismo no Alto Uruguai gaúcho 1937-2003*. Passo Fundo: Editora UPF, 2004, p. 26.

Os pioneiros, os nacionais, do território do Alto Uruguai, quase em sua totalidade caboclos foram considerados intrusos, não tiveram acesso à legitimação de suas posses, conformando-se com a situação em que se encontravam. Basta ver que, se um caboclo solicitasse a legitimação de uma área de terra, era contestado por um fazendeiro e, na disputa, o perdedor era quase sempre o mestiço. Para cumprir o artigo 7º do Regulamento de Terras que estava em vigor na época e restabelecer a ordem nos serviços, os intrusos eram forçados a uma situação de penúria, sendo, conseqüentemente, expulsos do espaço.

A Comissão de Terras encontrou muitos problemas para ocupar o território da Grande Erechim da forma como a política positivista via o progresso na região. Tendo a preocupação de incluir a todos no espaço territorial, necessitava instalar os intrusos, o que fazia dando-lhes meio lote. A forma encaminhada pelo diretor de terras ao Estado para solucionar a questão da intrusão em florestas da colônia Erechim é evidente em ofício de 1925:

Porto Alegre 7 Julho 5.

Propõe demarcação de lotas a intrusos

Cid. Engº Director de Terras e Colonisação

Em conseqüência do movimento revolucionario que, em 1923, convulsionou o Estado, localisarem-se nas florestas de Erechim, na zona da Commissão de Terras e Colonisação nos lugares denominados Matto Preto, Viaductos & Boi Preto, approximadamente 70 famílias de intrusos, uns, descendentes da velha colonisação, e outros, em maioria, nacionais: todos em condições precárias de vida, sem recursos. Assim se localisar em, illudidos com promessas de poderem lá permanecer, devastando as mattas, reservadas do Estado, sem maiores obrigações para com este. Com o fim de evitar esse prejuiso ao Estado, e como solução pacifica, de benéfico effeito moral, venho vos solicitar autorisação para serem demarcados pela Commissão de Terras de Erechim, em outro local, próximo a trabalhos de viação já em andamento, meios lotes coloniaes, que lhes sejam concedidos, com a condição de pagamento em serviços, incluindo-se no valor das terras as despesas com transportes pagas pelo Estado, aos que d'isso necessitarem⁷⁴.

Além dos intrusos, dos nacionais, havia os toldos indígenas, que também vivenciavam conflitos entre si e com os colonos imigrantes.

Em 1928, na floresta do Mato Preto (colônia Erechim), a Comissão de Terras realizou discriminação de terras visando estabelecer as áreas ocupadas pelos índios guaranis e coroados e desembaraçá-las das constantes perturbações causadas pelos intrusos⁷⁵. Também

⁷⁴ Ofícios expedidos 1925. I. T. N. José Bonifácio.

⁷⁵ Mato Preto situava-se na colônia Erechim. Os índios que se encontravam em 1928 na floresta do Mato Preto não eram originários dali, haviam chegado em 1926 a fim de se juntarem aos índios do Ventarra, não dando certo se espalharam pelas florestas próximas.

demarcou os restantes lotes rurais para controlar a intrusão dos nacionais, que eram em grande número e danificavam as matas com derrubadas criminosas⁷⁶.

As colônias oficiais, essencialmente agrícolas, foram abertas em nova zona pioneira. A administração interveio durante toda a fase de exploração com equipamento, rede de comunicação interna e até resolvendo o problema da instalação legal dos intrusos. Na visão positivista que comandava a ideologia da época, só o colono europeu seria o legítimo portador do espírito do progresso capitalista, ao passo que o caboclo brasileiro representaria o tradicionalismo, o atraso. Essa concepção de fronteira supõe que existem homens eleitos para ocupar determinado lugar e promover-lhe o progresso, expressando uma postura discriminatória em relação a uma camada da população que geralmente é excluída. Também essa visão seria posteriormente reforçada pelos imigrantes, que viam com certo desprezo o modo de vida dos negros e caboclos, por não se fixarem por muito tempo num local, pela pouca importância que davam à apropriação da propriedade privada da terra e pela prioridade dada ao autoconsumo.

O processo da ocupação da terra desenvolvido na colônia Erechim caracterizou-se, como nas demais regiões do estado, primeiro, pelas atividades ligadas ao extrativismo, como a extração da erva-mate desenvolvida pelos posseiros; no segundo estágio, houve o aumento da migração e das culturas de subsistência e, no terceiro, a imigração foi intensificada e repercutiu efetivamente na economia nacional com o surgimento da industrialização⁷⁷. Portanto, evidencia-se o desenvolvimento da fronteira em direção ao estágio em que se deu maior impulso ao capitalismo. Segundo Pesavento:

A concepção do capitalismo enquanto modo de produção plenamente configurado tende a identificar-se com o surgimento da fábrica. A indústria, assim concebida, assinalaria o estágio final de um longo processo que marcaria a real submissão do trabalho ao capital⁷⁸.

A colônia Erechim inicialmente foi implantada com o objetivo voltado à cultura de subsistência, foi espaço planejado para posteriormente servir ao capital industrial, evoluindo do artesanato rural para a industrialização.

⁷⁶ Ofício nº 133, expedido em 20 de agosto de 1928 por José Bonifácio ao Cidadão Engenheiro Diretor de Terras e Colonização de Porto Alegre. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

⁷⁷ PESAVENTO, Sandra. *J. RS: agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 7.

Com o trabalho das comissões discriminadoras, o governo do estado ia tomando conhecimento sobre as terras constituídas de muitas matas e que estavam sob o domínio do Estado. Essas regiões eram destinadas à corrente espontânea de descendentes de antigos colonos; era, assim, uma forma de proibir a intromissão de particulares em terras do domínio do Estado, mediante a demarcação de lotes nas regiões mais procuradas, bem como demarcando pequenas áreas onde os intrusos já se encontravam irregularmente estabelecidos. Desse modo, surgiu o chamado “logradouro”, uma espécie de reserva que encurralava os expulsos da terra para que não criassem problemas às autoridades.

O patrimônio territorial do Estado que era área devoluta, em sua maior parte no norte, em torno de 1918, estimava-se em 30.000 km², quase exclusivamente coberto de florestas⁷⁹. Embora o excessivo desmatamento pudesse provocar problemas ambientais, a necessidade de dar lugar à ação do homem levou o governo a preocupar-se mais em realizar o processo de ocupação do que em regulamentá-lo. Seguindo esse intuito, em Passo Fundo deu-se início imediato aos trabalhos, com o Estado coordenando ele próprio a extração da madeira e, posteriormente, transferindo essa incumbência às empresas.

Já no final da década de 1920, o Estado modificou drasticamente a política que protegia os índios, pois ele próprio passou a transferir ou simplesmente despejar os índios. Os novos governos estadual e federal “esvaziaram” os Serviços de Proteção aos Índios, passando a nomear funcionários tanto para os toldos como para as diretorias das comissões de terras, cuja incumbência era trabalhar contra o interesse dos índios. Assim, muitos toldos foram invadidos por colonos e índios foram expulsos, como relata este documento:

A população índia no estado estava em grande declínio. De 2.800 habitantes, segundo relatório de 1918, chegou a 2.200 em 1930. Também estava em franca diminuição a área ocupada pelos toldos. Em 1920, Gonçalves contabilizou 99.315 hectares. No ano de 1930, eram só 91.753 hectares. Tanto eram roubados as terras como morriam ou eram mortos os índios [...] ⁸⁰.

Outro fator que interferiu na mudança de garantia das terras e vida dos índios foi o entendimento equivocado pelos governos do que seriam as terras consideradas devolutas.

⁷⁹ Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao presidente Borges de Medeiros, 1913, p. 68. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

⁸⁰ Dados dos Conflitos Indígenas no Estado do Rio Grande do Sul. Dossiê: Terras Indígenas no Estado do Rio Grande do Sul – Histórico e Situação Atual - p. 6. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

Tendo o Estado necessidade de terras para repassar aos colonizadores, passou a apropriar-se das terras indígenas, cuja competência era exclusiva da União.

Em relatório da diretoria sobre o toldo de Caseiros, na parte elaborada pela Comissão de Terras de Erechim, no ano de 1936, encontram-se dados sobre a desabilitação de uma área de 1.003,74 ha por estar o local, segundo o governo, em situação de abandono. É possível, portanto, concluir que os relatórios tentam justificar como abandono espontâneo a desocupação da área pelos governantes, prejudicando as áreas indígenas e, em contrapartida, beneficiando os imigrantes. A expulsão dos índios caingangues através do terrorismo exercido pelos fazendeiros e políticos locais teve como cúmplices os funcionários estaduais do toldo, da Comissão de Terras de Erechim e do Comissariado de Alfredo Chaves.

Ao serem ocupadas as terras públicas da região do Alto Uruguai, beneficiavam-se algumas etnias e excluíaam-se outras, os índios e negros. “[...] No termo expansão, de uso comum entre os geógrafos, os índios são uma espécie de entulho no território, seres aistóricos, como se estivessem na natureza à espera da civilização que acabaria com eles. [...]”⁸¹.

Num memorial encaminhado em 19 de agosto de 1938 ao secretário do Interior Miguel Tostes, com vistas ao governo federal, pelo então prefeito do município de Getúlio Vargas João Martins Gervin, é possível observar a política adotada nos âmbitos municipal, estadual e federal, bem como a concepção de progresso, desenvolvimento e, propriamente, de ser humano dos administradores. Dizia o documento que no município de Getúlio Vargas existiam dois toldos indígenas, um mantido pelo Estado, o toldo Ventarra, com uma área de cerca de trinta colônias e uma população de trinta famílias aproximadamente, situadas no 2º distrito do município, Erebangó; outro, o toldo dos índios Coroados, mantido pela União, com cerca de trezentas colônias e cerca de cem famílias aproximadamente, situado no terceiro distrito do município, Sete de Setembro. Esses toldos possuíam ótimas terras, que, segundo o governo municipal, eram mal aproveitadas por não serem utilizadas para a agricultura. Ainda acrescentava que esses silvícolas, além de serem em número reduzido, eram pouco apegados ao trabalho e constituíam um entrave ao progresso. Desse modo, não se justificava que tivessem ao seu dispor uma área tão extensa, se uma área reduzida de terra ser-lhes-ia suficiente. Justificava ainda o prefeito que o município possuía pequena área e as extensões inaproveitadas pelos índios representariam grandes prejuízos ao município; além disso,

⁸¹ GOLIN, Tau. *A fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2002, p. 31.

considerava que seria mais humano trazer os índios para os centros civilizados para, aos poucos, integrá-los no seio da civilização⁸².

No mesmo memorial o poder local destacava a cultura indígena como entrave ao progresso por não usufruir a terra da mesma maneira que o imigrante. Portanto, foi com base na concepção positivista que os governos foram reduzindo os territórios indígenas, que causavam conflitos entre descendentes europeus e indígenas no espaço da colônia Erechim. No período de 1938, quando o memorial foi encaminhado ao governo federal destacando a preocupação de introduzir os índios no bojo da civilização, a colônia Erechim já havia se emancipado e chamava-se Getúlio Vargas. Iniciavam-se, então, as lutas para emancipar a colônia Erechim. Entretanto, o movimento culminou com a emancipação do 8º distrito de Passo Fundo, cujo nome era Paiol Grande. Já em abril de 1915 a colônia Erechim começou a perder a liderança quando foi transferida a sede do escritório da Comissão de Terras para Paiol Grande.

Em 1918 emancipou-se Boa Vista do Erechim que passou a ter os seguintes distritos: 1º Boa Vista do Erechim, 2º povoado Erechim, 3º Marcelino Ramos, 4º Erebangó, 5º Barro, 6º Três de Maio e 7º Rio Novo⁸³.

Em 1927, iniciaram-se novas tentativas para obter a emancipação do povoado Erechim (Getúlio Vargas). Até 1932 foi realizado um trabalho de articulação nos distritos de Sananduva, Sete de Setembro e Erebangó, que pertenciam aos municípios de Lagoa Vermelha, Passo Fundo e Boa Vista do Erechim. Nesses foram travadas verdadeiras batalhas para obter dados e construir o memorial que deveria ser entregue ao governo do estado do Rio Grande do Sul a fim de encaminhar o processo emancipatório. Vencidas várias dificuldades para obter acordos quanto à perda de territórios por parte dos municípios vizinhos, como foi o caso de Boa Vista do Erechim ao ceder dois distritos, o povoado Erechim e Erebangó, ou em outras regiões, como o distrito de Sete de Setembro, hoje chamado Charrua, se desmembrar de Passo Fundo. Foi entregue o memorial ao governo solicitando a emancipação do 2º distrito, o povoado Erechim, com indicação de anexação dos distritos de Sananduva e Sete de Setembro, que pertenciam, respectivamente, a Lagoa Vermelha e Passo Fundo, além da parte do território de Boa Vista Erechim.

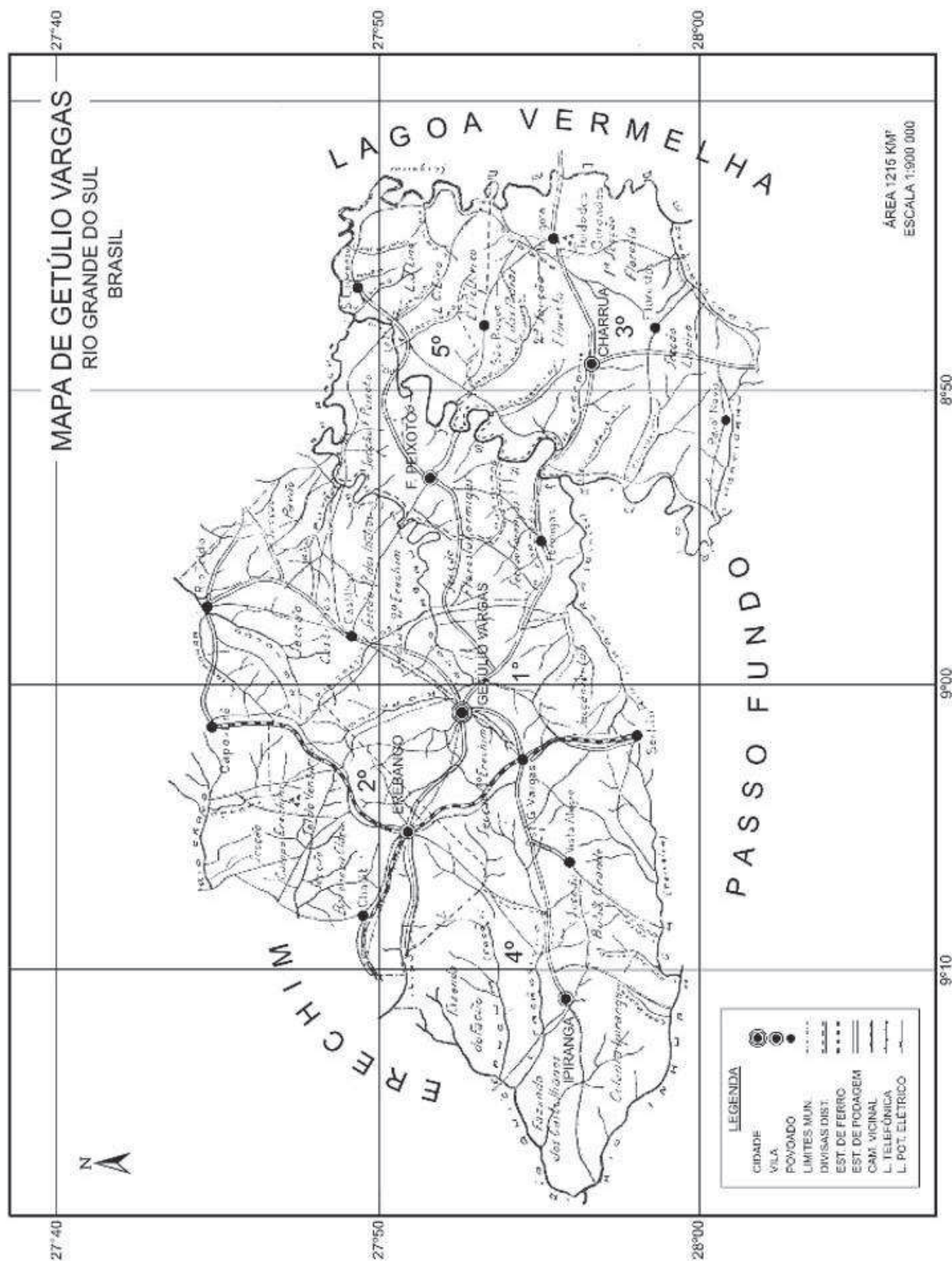
Em 18 de dezembro de 1934, finalmente, tornou-se realidade a emancipação do povoado que se chamava colônia Erechim, pelo decreto estadual nº 5788. O distrito de

⁸² STUMPF; RANZOLIN, *Monografia do Município de Getúlio Vargas*, 1952.

⁸³ OLIVEIRA; FORLIN; CRENDENE, *Monografia do município de Getúlio Vargas 1934-1984*, 1984, p. 33.

Sananduva, pertencente a Lagoa Vermelha, foi excluído do território ao emancipar-se e o território do novo município ficou constituído pelo 2º e 4º distritos de Erechim -Povoado Erechim e Erebangó – e pelo distrito de Sete de Setembro, território do município de Passo Fundo e que, mais tarde, passaria a pertencer a Tapejara, quando este se emancipou⁸⁴. O novo município reivindicou o tradicional nome de Erechim junto ao governo do estado, justificando o valor sentimental por ter sido nesse local a primeira sede da colônia. O pedido, contudo, foi negado, sendo sugerido o nome de Getúlio Vargas.

⁸⁴ OLIVEIRA; FORLIN; CRENDENE, *Monografia do município de Getúlio Vargas 1934-1984*, 1984, p. 36.



Fonte: Monografia do município de Getúlio Vargas, 1952.
Figura 16 – Mapa de Getúlio Vargas - 1934.

As áreas pioneiras usadas na nova colonização foram as de florestas, o que se considera pioneirismo porque foi transformada a região de mata em área de povoamento e produção de alimentos. Não podemos dizer que o imigrante foi o primeiro, o pioneiro, no uso do espaço, porque havia os caboclos e índios, que foram aos poucos “varridos” da terra para dar lugar às novas etnias que chegavam. Mesmo assim, os imigrantes pioneiros introduzidos nas florestas, por falta de conhecimento e de condições reais, assinalaram as práticas primitivas do caboclo no cultivo da terra.

Portanto, concluímos que Erechim teve um processo de desenvolvimento diferenciado a partir da implantação da Comissão de Terras na sede da colônia. Com ela foi possível agir e resolver várias questões que nas demais regiões colonizadas anteriormente não haviam sido resolvidas, como foi o caso dos intrusos, que foram empurrados para áreas florestais. A Comissão de Terras também contribuiu para desenvolver um prévio planejamento, que visava à medição de lotes, projeção de caminhos internos, com reservas de matos, espaços para os povoados, áreas públicas, etc., o que em outras regiões não ocorreu.

O progresso da colônia Erechim, se comparado ao de outras regiões, deveu-se ao programa de organização e planejamento, que previu os traçados das estradas, as linhas telefônicas, as aplicações de recursos pelo Estado e União nos povoados que foram surgindo ao longo da ferrovia e, especificamente, por ser uma colônia criada concomitantemente com a estrada férrea, não necessitando aguardar a chegada de meios de comunicações para se integrar a centros maiores. Tudo isso deu o impulso inicial para o progresso da colônia.

Constatamos que a Comissão de Terras teve muito trabalho para resolver situações pendentes com os intrusos que se encontravam no local, porque, antes de introduzir o descendente europeu, fazia-se necessário resolver a questão dos nacionais, para que houvesse menos ônus ao Estado e à União e menos conflitos de terras. Por sua vez, os toldos indígenas na colônia Erechim, com as políticas adotadas pelo governo, aos poucos foram sendo reduzidos os seus territórios, por serem destinados aos colonizadores.

Enfim, ao buscarmos a lógica da dinâmica socioeconômica da colônia Erechim no processo de ocupação da forma como foi encaminhada a aquisição da terra e da idéia construída em torno da civilização, o desafio está em percebermos dialeticamente as mudanças, os conflitos, tensões e reações dos envolvidos no processo em estudo. Assim, o capítulo a seguir tratará do povoado da Seção Formigas, que se originou de uma das principais estradas da colônia Erechim, que a ligava à colônia Sananduva, desvendando-se aspectos socioeconômicos dessa localidade.

3 A ORIGEM DE SECÇÃO FORMIGAS E O SEU PROCESSO ECONÔMICO E SOCIAL

Este capítulo visa analisar a formação do povoado da secção Formigas, que sofreu mudanças sociais e econômicas quando iniciaram na região a demarcação e a medição dos lotes coloniais, juntamente com a introdução do descendente europeu. Também procuramos adentrar nas redefinições que foram sendo dadas à terra no decorrer dos tempos trazendo presentes os atores desse cenário.

O interesse é demonstrar a presença dos caboclos que se encontravam nas terras antes de 1910 e as medidas adotadas em relação a estes quando o descendente europeu penetrou no povoado de Formigas. Também se faz necessário abordar o processo socioeconômico ocorrido em Formigas no decorrer dos tempos, em razão de o povoado ser originário de uma das principais estradas da colônia Erechim e, ainda, por sofrer modificações, como em outras regiões coloniais, quando se expandiu a extração da madeira.

Por ter iniciado o processo de colonização e demarcação praticamente junto com a colônia Erechim, Formigas foi de grande importância para a economia desta, além da sua forma de ocupação, que não foi diferente daquela de outras regiões coloniais.

3.1 Os caboclos e a questão da terra

Ao serem introduzidos os colonos de origem européia em Formigas, ocorreu a marginalização dos caboclos, num processo de ocupação que não foi diferente do observado nas demais regiões do estado do Rio Grande do Sul¹. As transformações processadas no espaço regional com a presença dos colonos europeus geraram conflitos e tensões, visto que foram introduzidas novas formas de produzir e explorar a terra na zona da mata; por consequência, a exploração da erva-mate deixou de ser a principal riqueza.

¹ O nome Formigas, segundo relatos de descendentes europeus, deve-se à existência de bastante formigas quando os agrimensores estavam medindo as terras. Originou-se especialmente por haver uma árvore caída que servia de ponte para a travessia no rio e nela ser visto um grande número de formigas.



Fonte: Divisão de Terras Públicas. Porto Alegre. Porto Alegre.
Figura 17 – Mapa de Formigas - 1910

De acordo com o depoimento de Seminotti, as terras da secção Formigas eram, inicialmente, do Estado. A sua medição para efeito de apropriação pelos colonos efetivou-se bem posteriormente. Dos que moravam nas terras quando ocorreu a medição, alguns as requereram na Comissão de Terras e outros foram expulsos. Quanto aos que perderam as terras, aos quais se denominava de “paraguaios”, foram se colocando no espaço chamado “Logradouro”, onde também havia muitos caboclos². Como foi possível constatar ali habitavam muitos caboclos, que, de acordo com o depoimento de Seminotti, estavam fixados em terras devolutas e, aos poucos, foram sendo encurralados no Logradouro, que se situava perto da igreja.

O governo Borges de Medeiros tratou de ocupar as áreas de mata como se fossem vazias demograficamente. Logo, a população cabocla foi ignorada pelo Estado, que não considerou a presença dos extrativistas de erva-mate e dos que sobreviviam das roças de subsistência ou dos recursos da natureza ao destinar essas áreas à colonização³. O PRR, para implantar os mecanismos de coerção e violência aos caboclos em relação ao uso da terra, apoiou-se nos coronéis locais, que sustentaram as práticas ditatoriais do governo positivista. Constatamos essa prática através dos chefes das Comissões de Terras, que foram coronéis, como, por exemplo, na colônia Erechim, Severiano de Souza e Almeida, em 1910.

De acordo com Félix, o Planalto Médio foi constituído de um espaço marcado pela luta entre o “poder do mato”, representado pelos ervateiros, lavoureiros e chacareiros, e o “poder do campo”, constituído pelos estancieiros, representantes da situação política. Havia uma diferença entre o espaço que se constituía de mata densa e o dos pampas da campanha; por isso as regiões de Palmeira das Missões e do Alto Uruguai acabaram se tornando reduto de grande concentração de caboclos, dos considerados intrusos, bandidos e marginais perante os mandatários da política da época do Império e República Velha⁴.

A idéia transmitida pelo poder local, e reproduzida pelos imigrantes, é que havia terras desocupadas, livres. Todavia, ao chegar o caboclo logo via que não era essa a realidade como

² SEMINOTTI, Dante. Entrevistado por Jane G. S. Giaretta em 2007. Com noventa anos, o entrevistado nasceu na secção Formigas; aos 15 anos foi aprender o ofício de seleiro; em torno dos anos 30 a 40 desenvolveu o trabalho de seleiro em Formigas, estabelecendo uma selaria. Posteriormente, trabalhou no clube na comunidade de Floriano Peixoto. Cuidou de um hotel em Getúlio Vargas. Dirigiu por 15 anos a Cooperativa Mista de Floriano Peixoto Ltda, período em que a localidade tornou-se distrito. Montou uma casa agropecuária em Getúlio Vargas. Entre outras atividades, exerceu a veriança no município de Getúlio Vargas pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo eleito em 1958.

³ ARDENGHI, Lurdes Grolli. *Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência no norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora UPF, 2003.

⁴ FELIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Editora Universidade/Ufrgs, 1996.

imaginava. Com a análise dos requerimentos enviados ao governo do estado foi possível observar que na secção Formigas houve casos de mais de uma pessoa requerendo o mesmo número de lote na mesma linha. Num deles, Afonso Chagas de Moraes, brasileiro, em 1913, não tendo terra suficiente para desenvolver a sua atividade agrícola em Passo Fundo, requereu por meio da compra o lote colonial nº 1, da linha 1, da secção Formigas na colônia Erechim, pelo qual deveria efetuar pagamento a vista. Na época tinha 35 anos e cinco filhos. Contudo, a área não lhe foi concedida e, sim, a João Alquino Cabral, brasileiro, com 64 anos de idade, seis filhos, residente em Passo Fundo. Segundo consta no requerimento, esse lote se encontrava abandonado, e João Cabral o requereu por meio da compra, pagando-o a vista, em fevereiro de 1913⁵.

Havia uma busca desesperada por um pedaço de terra pelos caboclos, com a qual pudessem garantir sua subsistência. Embora não seja possível obter dados mais concretos, percebemos nos requerimentos que aqueles que possuíam uma parcela mínima de terra e necessitavam de mais, ou os que corriam o risco de perder a terra em que trabalhavam recorriam ao Estado. Nos depoimentos de descendentes europeus moradores da secção Formigas, relatou-se que os caboclos tinham lotes de terra ali, mas, pressionados pelos vizinhos, acabaram por vendê-los e ir embora.

Como vimos no capítulo II, além dos indígenas, que foram sendo empurrados para as reservas, havia os caboclos, que se dedicavam ao extrativismo da erva-mate e às pequenas lavouras de subsistência, os quais também tiveram de sair de cena para ceder lugar ao descendente europeu. Então, passaram a constituir mão-de-obra barata nas serrarias ou como peões, até mesmo dos indígenas. Em requerimento encontrado na Divisão de Terras Públicas constatamos a existência da população despossuída na secção Formigas:

Exmo. Senr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves Digma. Presidente do Estado. Attendido, mediante pagamento a vista de 1,5 réis por metro quadrado. Palacio do Governo, em 23 de setembro de 1912. Carlos Barbosa Pedro Teixeira Alves, brasileiro, solteiro com 21 anos de idade, agricultor residente nesta colonia, não tendo terras sufficientes proprias para a agricultura e achando-se devoluto o lote rústico nº 41 da linha 3 da Secção Lajeado das Formigas, vem o supplicante muito respeitosaente a presença de N. Ex. cia requerl-o por compra sujeitando-se ao pagamento à vista do valor do mesmo, o que tem a área de 306.500 m².⁶

⁵ Requerimento enviado ao presidente do Estado do Rio Grande do Sul, requerendo lotes de terras da colônia Erechim no ano de 1911. Divisão de Terras Públicas do Estado. Caixa Cx 52 G. Porto Alegre.

⁶ Requerimento enviado ao presidente do Estado do RS, requerendo lotes de Terras da colônia de Erechim no ano de 1912. Departamento de Divisão de Terras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul. Caixa Cx 52 G. Porto Alegre.

No requerimento transcrito Alves afirmava sujeitar-se a pagar a terra a vista, porém no livro de registro consta que a pagou em prestações e obteve o título de propriedade em 1925. O requerente ainda solicitava, por serem terras compostas em sua maior parte de capoeiras, que a concessão fosse de menos valor em relação ao dos demais terrenos.

Segundo consta nos requerimentos dos lotes de terras da colônia Erechim sobre a aquisição dos lotes na secção Formigas, os caboclos ou nacionais encontravam-se nesse local há vários anos como posseiros em terras devolutas. Na Divisão de Terras Públicas encontramos nomes de alguns desses moradores:

Felisberto Emilio N. Veiga, brasileiro, casado com 20 anos de idade, agricultor, residente neste município de Passo Fundo, não tendo terra na sua propriedade onde passa a desenvolver sua atividade agrícola vem por este meio com o devido respeito perante V. Ex. cia requerer por compra o lote colonial nº 12, da linha 5 na Secção Formigas, na Colônia Erechim, suplicando que por ser pobre e sem recurso lhe seja concedido os favores no artigo 9150 regulamento em vigor⁷.

Consta que Sílvio Fiori tornou-se dono do lote, tendo recebido a concessão em 3 de março de 1911 e pago a terra em prestações, recebendo o título em 19 do dezembro de 1922⁸.

Bolfando Manoel de Almeida, Brasileiro, viúvo, com 43 anos de idade residente nesta Colonia vem com todo o respeito à presença de V. Ex. diser que achando-se estabelecido ha mais de 12 anos em terras do domínio do Estado que pela medição procedida ficaram constituindo os lotes nºs 13 e 14 da linha 4 da Secção Lajeado das Formigas com a área total de 454.100 m² composta na maior parte de capoeira, quer o suplicante adquiril-as por compra (...) pelo preço minimo da lei e como pagamento todo à vista supplica que a concessão lhe seja feita nos termos do art. 91 do regulamento⁹.

⁷ Requerimentos enviados ao presidente do Estado do RS, requerendo lotes de Terras da colônia de Erechim no ano de 1911. Divisão de Terras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul. Caixa Cx 52 G.

⁸ Livro de Cadastros de terras da região nordeste nº4. Divisão de Terras Públicas do Estado do Rio grande do Sul. Porto Alegre.

⁹ Requerimento enviado ao presidente do Estado do RS, requerendo lotes de Terras da colônia de Erechim no ano de 1911. Divisão de Terras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul. Caixa Xc 52 G. Porto Alegre.

Constatamos no livro de cadastros que o lote 13 foi pago em prestações, cujo título foi expedido em 13 de dezembro de 1922; sobre o nº 14, embora conste ter sido realizado todo o pagamento, não há referência a título até 1918¹⁰.

Manoel José dos Santos, natural do município de Passo Fundo, pobre, agricultor, estava estabelecido em Formigas há cinco anos, em terras do Estado e mantendo uma cultura efetiva e moradia habitual, da qual obtinha subsistência para a família. Sua terra era composta, na maior parte, por capoeira; medida e demarcada, constituiu-se no lote colonial nº 2 da linha 6 na secção Lageado das Formigas. O posseiro requereu a terra e que lhe fossem concedidos os favores do artigo 91 do regulamento em vigor¹¹, obtendo o título da propriedade em 1920.

A lei nº 28, de 5 de outubro de 1899, que disciplinava a concessão de terras do Estado, as chamadas “terras devolutas”, estabelecia:

Art. 91 – Os nacionais e os estrangeiros já residentes pagarão metade do valor do lote no ato da concessão, ou dentro de um ano depois desta com o aumento de 10% e a outra metade no prazo de 2 anos.

Único – Êste prazo, que se contará da data da concessão, poderá ser prorrogado até dois anos, ficando o concessionário ou comprador sujeito no primeiro ano de prorrogação à multa de 20% sôbre a importância que dever ao Estado, e à de 30% no segundo ano¹².

Outro posseiro foi Maria José de Camargo, de nacionalidade brasileira, com trinta anos, que cuidava da mãe viúva e cega, moradora há mais de vinte anos em área de terra pertencente ao Estado. A requerente justificou que mantinha moradia habitual e cultura efetiva; assim, requeria a terra a fim de dela tirar a subsistência para ela e sua mãe. Informava que a terra já se encontrava medida, constituindo o lote colonial nº 1 da linha 4, na secção Lageado das Formigas, solicitando que lhe fossem concedidos os favores do artigo 91 do regulamento colonial. O lote era em sua maior parte coberto de capoeira. Segundo dados da Divisão de Terras Públicas, não consta que Maria José de Camargo tenha sido atendida em sua solicitação, pois ela requereu o lote em 1911, porém já em 08 de agosto de 1910 esse lote encontrava-se no livro de cadastros no nome de Gaspar Teixeira Alves, constando com a área

¹⁰ Livro de Cadastros de terras da região Nordeste nº4. Divisão de Terras Públicas do Estado do Rio grande do Sul. Porto Alegre.

¹¹ Requerimento enviado ao presidente do Estado do RS, requerendo lotes de Terras da Colônia de Erechim no ano de 1911. Divisão de Terras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul. Caixa Xc 52 G. Porto Alegre.

¹² Terras Públicas, colonização e Florestas do Estado, Lei nº 28, de 5 de outubro de 1899 e Regulamento aprovado pelo decreto nº 313, de 4 de julho de 1900, p. 35-36. Porto Alegre.

de 235.000 m². Consta ainda o pagamento do valor de auxílios de 470.000, com juros de 141,00, num total de 611,00, e outro pagamento de prestação de 540,00, porém não se menciona recebimento do título, supondo-se, portanto, que não foi concluído o pagamento. No mapa da secção Formigas este lote não aparece, tendo-se algumas indicações de que fosse parte da secção floresta Formigas, lote nº 1^a, que em 1918 constava como propriedade de João Rostirolla¹³.

Pelos pedidos encaminhados ao Estado para aquisição de terras, foi possível perceber a existência de nacionais em terras devolutas em Formigas vários anos antes da introdução do descendente europeu. Localizamos alguns requerentes de concessão que eram moradores daquele espaço, entre os quais: Balbino Pessoa da Silva há mais de dez anos; Antônio Florêncio Filho, há nove anos; Maria José de Camargo, há mais de cinco anos; Manoel José dos Santos, há cinco anos; Bolfando Manoel de Almeida, há mais de doze anos. Identificamos contradições em alguns requerimentos, como no de Maria José de Camargo, que encaminhou dois ofícios ao Estado no ano de 1911, num dizendo estar há mais de vinte anos morando na área e, no outro, há mais de cinco anos. Ele conseguiu a concessão do lote nº 10 na linha 3 na secção Formigas em 6 de novembro de 1910, conforme consta no livro de cadastros; concluído o pagamento, a requerente recebeu o título da propriedade em 1924. Como vemos, confusões ocorriam no momento de datar os requerimentos, pois constatamos uma nova contradição no livro de registros entre a solicitação da requerente em 1911 e a data de concessão, que ocorreu em 1910¹⁴.

A primeira concessão de terra em que o contribuinte começou a ressarcir ao Estado pelo uso da terra em Formigas foi em 11 de dezembro de 1902 por Máximo Jacinto da Silva¹⁵.

Carlos Torres Gonçalves dirigiu a Diretoria de Terras e Colonização no período de 1909 a 1928. Orientando-se pela doutrina positivista, ele procedeu à discriminação e à legitimação das terras atuando no sentido de ordem e progresso, pois as áreas que se destinavam à imigração, em grande parte, não estavam regulamentadas, nelas habitando muitos caboclos. Então, a disputa pela terra originou fortes tensões sociais¹⁶.

¹³ Consta no Livro de Cadastros da região Nordeste nº 04, folhas nº 90. Também se encontram informações no Livro de Cadastro da colônia Erechim dec.10, 2^a Secção Erechim – Floriano Peixoto – Lageado das Formigas – Rio Branco – Rio Bonito e Caçador. Seção Lageado das Formigas, p. 79. Divisão de Terras Públicas. Porto Alegre.

¹⁴ Cadastros da região Nordeste nº 4, p. 87. Divisão de Terras Públicas. Porto Alegre.

¹⁵ Cadastros da região Nordeste nº 10. Divisão de Terras Públicas. Porto Alegre.

¹⁶ ARDENGHI, *Caboclos, ervateiros e coronéis...*, 2003.

Os ocupantes de terras que se estabeleceram posteriormente a 31 de dezembro de 1910, data da fixação dos editais sobre a intrusão, deveriam ser intimados a se retirar, sendo-lhes oferecidos lotes onde existiriam demarcações nas condições habituais de concessão; aos que não tivessem recursos deveria ser facilitado o pagamento em trabalhos de viação. A orientação era de dar prazos de 15 dias para se retirar aos mais recentes, e prazos maiores, sucessivamente, aos que estavam há mais tempo, além de fazer a intimação e despejo por intermédio dos funcionários. Caso fosse necessário, as autoridades policiais solicitariam autorização dos seus superiores e poderiam levar o fato ao conhecimento da Diretoria de Terras e Colonização para que providenciasse medidas conforme a lei.

No Quadro 2 consta a relação de intrusos em terras em Formigas, segundo dados na Divisão de Terras Públicas de 1919.

1 Antonio Femiano dos Santos	1912
	1914
3 Joaquim Ferreira	1914
4 Amancio Barbosa	1915
5 Julio Brisolla	1911
6 Mario Porfira	1911
7 Luiza de Almeida	1898
8 Martiniano José Gonçalves	1913
9 Ventura de Souza	1898 alega ser posse requerida
10 Francisco Moreira Serrão	1917 Intimado sob pena despejo
11 Antônio Pedro	1918 Intimado sob pena despejo
12 Benedito Carneiro	1918 Intimado sob pena despejo
13 Laurindo José Gonçalves	1918 Intimado sob pena de despejo. Idem, idem em 15 dias, sendo derrubada a armação de uma casa na frente do rancho em que morava.
14 Salvador de Tal	1918 Intimado a desocupação.

Fonte: Comissão de Terras e Colonização de Erechim, Boa Vista, 1º de fevereiro de 1919¹⁷.

Obs.: Só foram intimados os moradores estabelecidos depois de 1º de outubro 1918, data do primeiro edital publicado nesta colônia.

Quadro 2 – Intrusos residentes na floresta de Formigas – janeiro de 1919.

No Primeiro Relatório de Governo de 1919, com relação aos intrusos está registrado o seguinte:

Floresta de Formigas encontramos 14, intimei a sair 5, um destes de nome Laurindo José Gonçalves, tendo a poucos meses se introduzido, morava em um pequeno ranchinho, já estando com uma casa armada junto, esta armação derrubamos e lhe dei o prazo de 15 dias para se retirar, era só elle e uma mulher – as mais, trataram de vir ao escritório da comissão pedir lotes medidos¹⁸.

Nos dados encontrados nos documentos e conforme as datas constantes no Quadro 2 sobre os intrusos, observamos que não só aqueles que se introduziram posteriormente a de 1918 foram intimados a sair, mas também os que não haviam legalizado as suas terras até esse período. Assim, ainda no primeiro trimestre de 1918, na secção Formigas, haviam sido

¹⁷ Comissão de Terras e Colonização de Erechim – Relatório – 1º trimestre de 1919. Divisão de Terras Públicas. Porto Alegre.

¹⁸ Ibidem.

demarcados 409 lotes, pagos 11, não pagos 7 e devolutos 391¹⁹. Foi essa a forma adotada para esvaziar os lotes devolutos. Embora os intrusos fossem obrigados a sair das terras, a Diretoria de Terras e Colonização orientava o chefe da colônia, Severiano de Almeida, que tivesse cuidados nesse procedimento como podemos constatar em parte deste ofício:

Sr. Agrim. Severiano de Souza e Almeida
Chefe da colônia Erechim.

Determino que nos casos de ocupação de terras do domínio privado por intrusos, mediante simples solicitação dos proprietários, podeis affixar editaes declarando o dominio privado das terras, de quem e com quem dividir.

Naturalmente compete-vos vigiar que nenhuma pressão injusta seja feita contra nacionais, no caso de duvida fazendo depende, a solução final de decisão governamental²⁰.

Em razão das questões fundiárias que vinham se acumulando desde 1850 com a Lei de Terras, dos novos enfoques dados à terra no início da República pelas leis federais e estaduais da política de colonização, promovendo avanço nas terras públicas e reduzindo os territórios ocupados pelos caboclos, surgiu a resistência cabocla perante o poder constituído. Toda a desestruturação do modo de vida das populações da área da mata intensificou a participação dos caboclos na revolução. O poder constituído estava representado em nível local pelos coronéis, que detinham, além do poder econômico, o controle dos cargos e funções públicas. Como exemplo, já citado, temos o coronel Severiano de Souza e Almeida, que foi chefe da Comissão de Terras, o que comprova o poder dos coronéis na colônia Erechim.

Com base nos depoimentos de moradores de secção Formigas e na documentação da Divisão de Terras Públicas, é possível constatar que esse espaço abrigou um grande número de caboclos, os quais possuíam o seu modo de vida próprio. Com a medição e demarcação dos lotes coloniais, eles tiveram de ir se adaptando ao modo de vida imposto pela Comissão de Terra e executado pelos coronéis locais, pois quem não se enquadrasse nos novos moldes sofria penalidades, como despejo, derrubada do rancho, etc.

A presença de caboclos na secção Formigas foi confirmada nas várias entrevistas realizadas com descendentes europeus. Um deles, Pergher, relatou-nos que Aurora, sua mãe,

¹⁹ Comissão de Terras e Colonização de Erechim – Relatório – 1º trimestre de 1919. Divisão de Terras Públicas.

²⁰ Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas. Nº 488. Ofícios recebidos 1916. 4º L. T. Erechim. Porto Alegre.

nasceu no ano de 1907 na secção Formigas, e perdeu a mãe com cinco anos de idade; então, foi criada por uma brasileira, dona Rita, que morava, na época, em frente à igreja. Muitos caboclos posseiros não eram donos das terras²¹; moravam em colônias que pertenciam ao Município ou ao Estado. Realizada a medição para distribuir terras aos imigrantes, os posseiros ficaram com pequenas áreas, as quais acabaram vendendo. Quando questionado sobre o número de pessoas que passaram morar no Logradouro em Formigas e que não tinham direito de posse nem terras, Silva relatou-nos o seguinte: “Tinha muita gente, o falecido Miguelon Bernabe, a falecida Patrola, Júlia Paraguaia, Pedro Crespo, o falecido Candoca, a falecida Miotta, Pedro Louco, o Bastião Rosa [...]”²².

Com o serviço de discriminação foi possível constatar a situação das terras de cada região e, posteriormente, agir no sentido de melhor utilizá-las. Segundo consta no relatório da Secretaria de Estado dos Negócios e Obras Públicas: “[...] taes são os grandes resultados dos serviços de discriminação os quaes vão naturalmente refletir sobre todas as cousas, inclusive sobre as rendas públicas”²³. Justifica o documento que, por não haver ninguém administrando o espaço, grande número de famílias desse município e de municípios vizinhos havia se estabelecido nas reservas florestais, como intrusos, devastando-as em grande parte. São citadas no documento as florestas Formigas, da secção Formigas, e Castilhos como as mais devastadas. Na floresta Formigas havia apenas 40% de mato em 1925 e cerca de 13 famílias de nacionais ali instaladas²⁴. Em documento de 1921 podemos perceber a fidelidade ao programa de colonização planejado pelo Estado por meio dos seus funcionários e as ações enérgicas que deveriam exercer para com os intrusos:

²¹ PERGHER, Elza. Entrevistada por Jane G. S. Giaretta. Oitenta anos, residente no município de Getúlio Vargas, em 21/mar de 2007, a entrevistada morou em Souza Ramos até o ano de 2003; atualmente ainda possui vínculo com a comunidade através do grupo da terceira idade, das festas comunitárias, etc. É a filha mais velha de Luiz Soccol, descendente europeu que migrou de Veranópolis para a secção Formigas no ano de 1913.

²² SILVA, João Maria da. Entrevistado por Jane G. S. Giaretta. O entrevistado tem oitenta anos e morou em terras devolutas na secção Formiga por muitos anos; atualmente está buscando legalizar uma parte da terra porque tem o direito; de outra parte conseguiu escritura. Mora no espaço chamado “Logradouro”, que é uma posse.

²³ 2º Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, 1913, p. 67. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

²⁴ Ofício nº 115 – 10 ago. de 1925 enviado ao diretor de Terras e Colonização de Porto Alegre. Divisão de Terras Públicas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

Villa Boa Vista

Illmo Snr. Dr. Amado Fagundes

M. D. Intendente Municipal de Erechim

Tendo conhecimento pelo nosso Inspetor Florestal Cidadão Costa, que o cidadão Trajano Flores. Commissario da Intendência collocou uma família num antigo paiol situado na Floresta da Formigas, e sendo isto um flagraante que prohiibe expressamente a intrusão especialmente sendo esta auxiliada por um funcionario municipal, que tem por dever zelar pelo fiel cumprimento das ditas leis, peço-vos providencias no sentido de ser tal acto desfeito, fazendo retirar a família em questão da mencionada Floresta.

Saúde e fraternidade²⁵.

Ao serem efetuados os serviços da delimitação da área de mata ao longo da estrada de ferro de Passo Fundo–Uruguai, houve a subdivisão em linhas e lotes coloniais. Segundo a lei, havendo nesses espaços intrusos, a Diretoria de Terras e Colonização deveria normalizar a sua situação concedendo-lhes pequenos lotes e aplicando penalidades a quem se estabelecesse irregularmente sem o prévio consentimento do Estado. Conforme constatamos, houve na secção Formigas casos de posseiros que persistiram e conseguiram obter junto à Comissão de Terras um pedaço de terra legalizada através de usucapião²⁶.

Segundo depoimento do entrevistado Dante Seminotti, a terra que João Seminotti, seu pai, possuía, situada perto da escola São Sebastião na secção Formigas, era uma posse do Estado. Entrando na Justiça por causa da divisa das terras, eles obtiveram a sua legalização²⁷. É importante aqui comparar o depoimento de Seminotti com os dados encontrados na Divisão de Terras Públicas para melhor entender o processo que envolvia posseiros e descendentes europeus. Conforme registro na Divisão de Terras Públicas, João Seminotti adquiriu a posse que era de Gaspar Teixeira Alves, o n° 23 da linha 3, com área de 517.700, por 1035.400, sendo o título expedido em 27 de novembro de 1922. Gaspar Teixeira Alves havia recebido a concessão em 13 de maio de 1911. João Seminotti também adquiriu posse na linha 4, lote n° 1, de 235.000m², que também era de Gaspar Teixeira Alves²⁸.

²⁵ Ofícios expedidos 1921. I. T. N. José Bonifácio, p. 18. Divisão de Terras Públicas. Porto Alegre.

²⁶ Dados da entrevista com Seminotti em 2007. Usucapião consistia em comprovar que se encontrava na terra por vários anos, com o que conseguia pagar mais ou menos pela escritura e ficava com a terra.

²⁷ SEMINOTTI, entrevista em 2007.

²⁸ Livro de Cadastro de Terras da região Nordeste n. 4. Divisão de Terras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

De acordo com Seminotti, quem resolvia os conflitos territoriais na secção Formigas no período da ocupação pelos imigrantes era o comissário Joaquim Ferreira, que morava no local onde posteriormente foi construída a escola São Sebastião. Era uma espécie de subdelegado que arbitrava as questões na localidade, pois cada comunidade era organizada em forma de um quarteirão, no qual o comissário ajudava a manter a ordem do lugar. Além das disputas territoriais, eles resolviam situações como invasão de propriedade por gado, roubos, etc. Após advertidos os faltosos, se a infração ocorresse uma segunda vez, os comissários solicitavam ao infrator que se revelasse. Segundo Nadir Prigol, em Formigas também foi comissário Pedro Bortolotto e havia ali uma cadeia, mas ele se lembra apenas de duas prisões²⁹.

A maioria dos moradores imigrantes ou descendentes europeus de secção Formigas adquiriu seus lotes de terras junto à Comissão de Terras de Erechim, de acordo com dados encontrados na Secretaria Paroquial do município de Getúlio Vargas nos registros de batismo e casamentos, era originária das Colônias Velhas, mais especificamente, dos municípios de São Marcos, Monte Negro, Guaporé, Garibaldi, Veranópolis, Bento Gonçalves, Vacaria, Antônio Prado, Nova Palma, Alfredo Chaves, entre outros. Alguns, em menor número, migraram diretamente da Itália, da Alemanha e da Polônia, e outros, do município de Taquari³⁰. Uma família vinda da Alemanha em 1911, de João e Agda Roider, instalou-se por seis meses na sede da colônia Erechim e, posteriormente, em Formigas. No país de origem ela trabalhava numa cervejaria e ele, numa mina de carvão; no Brasil, exerceu o trabalho de parteira e João, de parteiro e médico naturalista.

²⁹ PRIGOL, Nadir. Entrevistado por Jane G. S. Giaretta. Com oitenta e dois anos, é ainda morador de Souza Ramos, antiga secção Formigas. O entrevistado trabalhou em vários ofícios, entre eles na serraria do Matias Lorenzon. Atualmente é aposentado do setor agrícola.

³⁰ Livros de Registro de Batismos e Casamentos de 1924 a 1932. Curato de Nossa Senhora da Conceição de Erechim, Diocese de Santa Maria.



Fonte: Iraci Bottin.

Figura 18 – João e Agda Roider com seus filhos José, João, George, Maria, Ana e Elizabete, em torno de 1921.

Os imigrantes ou descendentes europeus, pelo Regulamento das Terras vigente, quando encaminhados às colônias locais, escolhiam um lote de terras de 25 ha, o qual era lhes vendido com cinco anos de prazo para o pagamento. Caso ultrapassassem esse prazo, incorriam em multas e, se efetuassem o pagamento dentro de três anos, tinham reduzido o preço do lote em 12%. Quando do estabelecimento no lote, eles recebiam ferramentas do Estado e nos primeiros seis meses, se quisessem, poderiam atuar na construção de caminhos vicinais, recebendo quinhentos réis por metro até o auxílio máximo de 125 \$ 000. Em caso de enfermidade, recebiam auxílio para dieta, medicamentos, etc., e, ainda, no primeiro ano ficavam isentos de impostos³¹.

³¹ Relatórios de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao presidente Borges de Medeiros, 1913, p. 71. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

3.2 A vida sociocultural do povoado

Igreja, escola e bodega constituíam o espaço em torno do qual se desenvolviam as atividades econômicas, sociais e culturais dos povoados geralmente também com aglomeração de algumas casas. Assim, quando da introdução do descendente europeu, as Comissões de Terras, ao discriminarem os espaços, deveriam levar em conta a reserva de lotes para essa infra-estrutura dos povoados. Segundo dados encontrados na Divisão de Terras Públicas, houve um prévio planejamento quando ocorreram a demarcação e divisão das terras públicas na secção Formigas. Por volta de 1910 identificamos na linha nº1 o lote nº37 reservado para o povoado de Formigas, com uma área de 288.600; o lote nº 33, que não constava a área, e o lote de nº 39, com uma área de 268.500³². Vejamos no documento dados em 1914:

Formigas – Em julho de anno findo de 1914, mandei proceder a medição e demarcação da séde denominada Formigas, sita no kilometro 13 da estrada de rodagem de Erechim a Sananduva, encarregando desse serviço o cidadão Jorge de Sá de Miranda Pinto, que de accordo com autorisação dessa Directoria, foi admittido como ajudante de corda da Comissão, o qual ahi mediu e subdividiu 347 lotes cujo perimetro da séde tem uma area de 817620 metros quadrados. Esse serviço, porém, carece ser rectificadado, o que não foi feito até então por absoluta falta de tempo e pessoal... No quadro respectivo, outros dados aparecem sobre esse povoado que devido a sua situação, tende a se desenvolver³³.

No quadro das sedes e povoamento da colônia Erechim, onde foram discriminados estabelecimentos comerciais e industriais e os lotes medidos e demarcados até 30 de junho de 1915, encontramos os seguintes dados sobre Formigas: três casas comerciais, uma ferraria, um moinho hidráulico, um restaurante, uma sapataria, 185 habitantes, 29 prédios, 817 620 m² de área, 347 lotes medidos e demarcados, 31 lotes medidos e ocupados, 316 lotes medidos e

³² Retirado do Livro de Cadastro de terras da região Nordeste nº 4. Divisão de Terras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul.

³³ Relatório da colônia Erechim 1914 – 1915. Apresentado pelo respectivo chefe da Comissão de Terras e Colonização da mesma colônia Coronel Severiano de Souza e Almeida à Diretoria de Terras e Colonização. Caixa 62 G – Divisão de Terras Públicas. Porto Alegre.

desocupados³⁴. Em 1918, em ofício enviado a Carlos Torres Gonçalves, podemos observar sobre o povoado o seguinte:

Boa Vista, 12 Agosto
 Cidadão Engenheiro Carlos Torres Gonçalves
 Director da Directoria de Terras e Colonização
Porto Alegre

Com o presente remetto para V.S. duas vias dos quadros pedidos em telegramas de 4 do corrente, sendo alguns delles copias dos dados que comprovem a exatidão da producção desta colônia, casas e habitantes nos povoados: os dados que compõem os quadros são entretanto os mais aproximados que me foi possível colher.

Saude e fraternidade.

No quadro da População e prédios nos diversos povoados da colônia Erechim se vê a Secção Formigas com 15 predios e 45 habitantes e com relação aos lotes urbanos eram 409³⁵.

Observa-se que no ano de 1918 o número de habitantes em Formigas encontra-se registrado em menor número que em 1915, pode ser que a referência cita os habitantes somente do meio urbano.

No povoado de Formigas, os lotes rurais demarcados, medidos e devolutos totalizavam 236, em 1920, numa área de 6.656.469 ha³⁶; em 1921, segundo a Diretoria de Terras e Colonização de Erechim, havia 404 lotes, 11 casas e 54 almas³⁷. Já em 1937 no centro urbano de Formigas havia 27 lotes devolutos, mesmo número de 1938³⁸.

Foi nos lotes previamente reservados na secção Formigas que os descendentes europeus, com o tempo, foram introduzindo as práticas culturais trazidas dos países de origem. Um aspecto de muita importância para os imigrantes e que fez parte da dinâmica dos povoados foi a religião, fator de aproximação entre os moradores das linhas. Inicialmente, realizava-se a prática cristã nas famílias, através da reza do terço, mas, na medida do possível, os primeiros moradores tratavam de voltar às Colônias Velhas em busca de um santo padroeiro para o novo espaço, bem como iniciavam a construção da igreja.

Segundo o livro de tombo do Curato de Nossa Senhora da Conceição de Erechim, Diocese de Santa Maria, a igreja na secção Formigas iniciou em 1923 com a provisão a favor

³⁴ Relatório da colônia Erechim 1914 – 1915. Apresentado pelo respectivo chefe da Comissão de Terras e Colonização da mesma colônia Coronel Severiano de Souza e Almeida à Diretoria de Terras e Colonização. Caixa 62 G – Divisão de Terras Públicas. Porto Alegre.

³⁵ Ofícios expedidos 1918. I. T. N. José Bonifácio. Divisão de Terras Públicas. Porto Alegre.

³⁶ Ibidem.

³⁷ Relatório da Região de Erechim do 1º semestre de 1921. Caixa Cx 47 G. Divisão de Terras Públicas do estado R/S. Porto Alegre.

³⁸ Relatório de 1938 – Inspeção de Terras e Colonização de José Bonifácio – retirado da caixa Cx 47 G. Divisão de Terras Públicas. Porto Alegre.

da capela Santo Antônio de Formigas, sendo o padre da época o frei Gentil³⁹. Os cultos ou rituais religiosos, inicialmente, funcionavam nas casas. A decisão de construir a primeira igreja partiu de Vergílio Chies, Casemiro Chies, Francisco Gedoz, Guilherme Prigol, Barbizan, Santo Zanelatto, entre outros. Santo Antônio, o padroeiro, foi trazido das Colônias Velhas por Virgílio Chies, que já estava residindo na comunidade, o qual também foi o responsável pela construção da igreja e pela escolha do nome do santo devoto⁴⁰.



Fonte: Nestor Seminotti.
Figura 19 - Igreja de Formigas – 1947.

³⁹ Livro de tombo nº 1. Paróquia Imaculada Conceição de Getúlio Vargas.

⁴⁰ ROIDER, Nilson. Entrevistado por Jane G. S. Giaretta em 2007. Com cinqüenta e oito anos, é filho do descendente alemão José Roider, agricultor e residente em Souza Ramos.



Fonte: Nestor Seminotti.

Figura 20 – Período de missões em Formigas, em torno de 1952.

Nas colônias italianas do Rio Grande do Sul, a religião foi um fator de integração e de dinamismo econômico, propiciando encontros socioculturais aos colonos. O terço era rezado antes mesmo da chegada à região, como na fila do embarque, na viagem de navio, nos locais em que aguardavam trabalho; era, pois, uma forma de identidade cultural e social. Na região, após o término do terço nas casas ou aos domingos, eram comentadas as notícias chegadas da Itália, faziam-se críticas à forma de administração da Comissão de Terras e combinavam-se trabalhos, troca de dias, etc⁴¹.

As igrejas representavam o início da reconstrução cultural. Assim, tornou-se uma característica da zona de colonização italiana o grande número de igrejas e oratórios construídos ao longo das estradas e nas linhas coloniais. Inclusive, ocorriam disputas na escolha do local para a igreja, visto que se tornaria o centro do núcleo, em torno da qual surgiriam o armazém, o botequim e a escola. No início do povoado de Formigas, de acordo com depoimento de Roider:

⁴¹ MANFROI, *A colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Grafosul, 1975.

Os primeiros padres que vinham era lá onde tinha o Ângelo Soccol, lá tinha um sinamomo bem grosso. Era um lugar de treinar cavalo, correr carreira que a rapaziada se reunia. Então a cada seis meses vinha o padre de Passo Fundo, era marcado para fazerem os casamentos religiosos e os batizados⁴².

Roider, ao ser questionado sobre a religião praticada, relatou-nos que era a católica e que a família Diquer era protestante, contudo existia muito respeito entre os adeptos das duas religiões. Sobre a festa do Divino, de acordo com Roider, era costume popular desassociado das religiões tradicionais:

Tinham paraguaios aí que fazia a festa do Divino Espírito Santo. Essa festa acho que era no dia 20 de maio. Iam de casa em casa, morador tinha pouco, iam um com a rebeca e o outro com a gaita (dessas gaitas pequenas), iam pedindo oferta que nem ajuntar aqui para a nossa igreja. Então era marcado eles ajuntavam tudo o que o pessoal dava. Aquela festa durava oito dias. Era baile, churrascada, o que tinham ajuntado era colocado, ninguém pagava nada. Quem ajudava ia para a festa, todo mundo ajudava⁴³.

Ainda sobre a festa do Divino, Marcon informa-nos:

A estrutura e os rituais preparatórios à festa do Divino ganham sentido num contexto de fortes relações interpessoais e também enquanto expressão da religiosidade cabocla. Por ser uma festa de iniciativa popular, ela se desenvolveu e sobreviveu, na região, à margem da Igreja, revelando e fortalecendo valores e comportamento próprios da cultura cabocla⁴⁴.

Entre os festejos ou na preparação dessa festa uma série de rituais era realizada, numa articulação entre religiosidade e práticas sociais. Mesmo não sendo considerada como religiosidade pelos descendentes europeus, a festa do Divino era um evento que envolvia o

⁴² ROIDER, José. Entrevista com José Roider no ano de 1993, foi realizada com os alunos e professora Jane G. S. Giaretta na Escola Municipal São Sebastião. Ele nasceu em 1913 em secção Formigas, filho de João Roider, imigrante alemão vindo da Alemanha em 1910, o qual por seis meses instalou-se na sede da colônia Erechim para esperar a concessão de um lote; recebeu o lote nº 21 na Linha 1 em 23/03/1911 na secção Formigas. José Roider faleceu em 1994.

⁴³ ROIDER, entrevista em 1993.

⁴⁴ MARCON, Telmo. *Memória, história e cultura*. Chapecó: Argos, 2003.

caboclo por inteiro, porque estabelecia havia uma forte sincronia entre festa, atividades produtivas e meio ambiente.

Os cemitérios tiveram grande importância nas colônias, local onde todos se uniam no mesmo sentimento para celebrar a morte. Segundo Manfrói: “A morte de um habitante da região era sentida por todos e a presença no enterro, ao menos de um representante de cada família, era uma obrigação moral muito respeitada”⁴⁵. Na seção Formigas, o cemitério, de início, estava localizado na terra do morador Bottim; com a febre espanhola ocorrida no ano de 1918 nele foram enterradas um grande número de pessoas⁴⁶. Então, outro cemitério foi criado perto da Cotrigo e da igreja, em terra pertencente ao Estado.

Entre os imigrantes, a preocupação era organizar a igreja e o cemitério, mas também era importante, para garantir a unidade e a sobrevivência dos valores socioculturais, a criação da escola. Funcionavam na colônia Erechim em 1915 21 aulas, sendo duas públicas, oito subvencionadas pelo Estado, quatro pela Intendência Municipal e sete particulares. Algumas aulas particulares recebiam auxílio das Synodas Missouri e Riograndense e da Igreja Matriz (católica) e nelas, lecionava-se na língua alemã. No mesmo ano Formigas possuía 33 matrículas, com frequência média de trinta alunos entre aulas públicas e subvencionadas⁴⁷.

De acordo com a folha de pagamento de professores, em abril de 1919 consta existir o funcionamento de escola em Formigas:

Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Publicas
 Directoria de Terras e Colonisação
 Folha para pagamento do pessoal empregado como professores, na colonia Erechim, subvencionado pela Secretaria de Interior e por intermedio dessa commição durante o mez de Abril de 1919. (...)
 Amalia L. de Moraes Professora - Formigas 50\$000⁴⁸.
 Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Publicas
 Directoria de Terras e Colonisação
 Folha para pagamento do pessoal empregado como professores, na colonia Erechim, subvencionado pela Secretaria de interior e por intermedio dessa commição durante o mez de Setembro. (...)
 João W. Flak - Pov. Formigas 50\$000⁴⁹.

⁴⁵ MANFROI, *A colonização italiana...*, 1975, p. 166.

⁴⁶ ROIDER, entrevista em 1993.

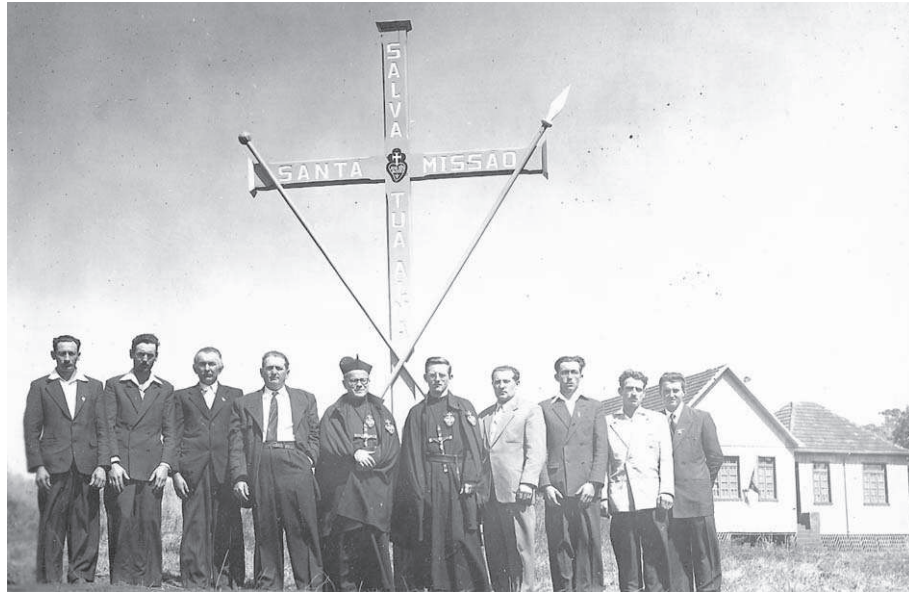
⁴⁷ Relatório da colônia Erechim 1914-1915, apresentado pelo respectivo chefe da Comissão de Terras e Colonização da mesma colônia Coronel Severiano de Souza e Almeida à Diretoria de Terras e Colonização. Caixa 62 G – Divisão de Terras Públicas. Porto Alegre.

⁴⁸ Ofícios expedidos 1919. I. T. N. José Bonifácio. Divisão de terras Públicas. Porto Alegre.

⁴⁹ Ibidem.

A escola na secção Formigas, segundo entrevista com pessoas idosas da comunidade em 1999, iniciou em torno de 1920, com as aulas ministradas na igreja, pois não havia um espaço próprio⁵⁰. Fazendo um comparativo da folha de pagamento da professora Amália com a entrevista dos avós, tem-se o tempo aproximado do período que funcionou a escola em Formigas, porém, segundo dados encontrados na Divisão de Terras Públicas, já em 1915 eram ministradas aulas ali. Em 1941 foi criada a Sociedade Escolar de Formigas, que em 1942 vendeu um prédio à Prefeitura Municipal de Getúlio Vargas a fim de nela instalar a escola. Na linha 4 da secção Formigas, em 1949 foi criada a Escola São Sebastião. A foto da Figura 21 apresenta a escola no povoado de Formigas, e nela se identificam antigos moradores, como Santo Pinotti, Fermino Morsseli, Francisco Gedoz, José Bottin, Pedro dos Santos, George Roider, entre outros.

⁵⁰ Dados retirados da filmagem realizada em 1999 do encontro entre avós, professores e alunos no período de reconstrução da história da criação das escolas nas comunidades na época da Constituinte Escolar, projeto educacional desenvolvido pelo Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Iraci Bottin.

Figura 21 – Entre os missionários alguns dos antigos moradores de Formigas por ocasião das Missões – 1958



Fonte: Teolinda Pinotti.

Figura 22 – Escola Reunida de Formigas – década de 1950.

No Brasil, a realidade educacional por muitos anos foi caótica, visto que o sistema de ensino nacional só foi estruturado nas primeiras décadas de 1900, em razão da industrialização e da urbanização do país. Era necessário, a partir daí, educar as massas a fim

de integrar os trabalhadores e seus filhos no desenvolvimento. Para as elites já existiam algumas escolas públicas, que atendiam a uma minoria.

De acordo com os depoimentos obtidos, podemos verificar que na maior parte dos espaços colonizados pelos imigrantes alemães e italianos no Rio Grande de Sul a forma de criação das escolas não foi diferente:

Um aspecto marcante para o sistema de ensino do nosso Estado foram as “escolas da comunidade” criadas nas comunidades de colonização alemã e italiana, no final do século passado. Para esses imigrantes a igreja e principalmente a escola foram instituições criadas para garantir a unidade dos grupos e a sobrevivência dos seus valores socioculturais⁵¹.

Na secção Formigas, a escola nasceu sob a concepção dos colonizadores, sendo algo de influência mais local, conforme destaca Maestri:

A região colonial conheceu, inicialmente, dois grandes tipos de escolas italianas: a escola rural particular e a subvencionada pelo governo italiano. A primeira nasceu da tentativa dos colonos de suprirem, localmente, a inexistência de escolas financiadas pelas autoridades italianas e brasileiras. Em geral, um colono mais instruído assumia a tarefa da educação institucional⁵².

Inicialmente, os alunos estudavam na igreja velha, onde a primeira professora foi Dozolina Morseli, cujos familiares eram moradores do local⁵³. Anos depois, os moradores ajudariam a construir a escola de madeira, cujo decreto de criação data de por volta de 1942. Uma professora que trabalhou na escola logo após o decreto de criação foi Augusta Beirão (Figura 23).

⁵¹ Constituinte Escolar, 1999, p. 5.

⁵² MAESTRI, *Os senhores da serra...*, 2001, p. 117 -118.

⁵³ Dados retirados da filmagem realizada em 1999 do encontro entre avós, professores e alunos no período de reconstrução da história da criação das escolas nas comunidades na época da Constituinte Escolar, projeto educacional desenvolvido pelo Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Iraci Bottim.

Figura 23 – Augusta Beirão, professora de Formigas – 1943.

Essa escola foi criada em virtude da necessidade de atender à população interessada em aprender (no início não era obrigatório o ensino), numa época em que a comunidade compunha-se de menos famílias, as quais, porém, tinham mais filhos. O lugar era chamado Formigas e a escola, “Escola Reunida de Formigas”.

Além da igreja, da escola e dos cemitérios, que também foram preocupação dos descendentes europeus, exercia papel de destaque nos povoados o comércio. Foi nas regiões coloniais que o comércio se originou, pois no interior da sociedade pastoril os proprietários mais abastados encontravam mais dificuldades para comprar do que para vender, ao passo que nas colônias ocorria o inverso, ou seja, comprava-se mais facilmente do que se vendia.

3.3 Casas comerciais: núcleo de poder e de relações socioeconômicas.

A região Norte do estado, até o final do século XIX, em termos econômicos, era uma das mais atrasadas da província, caracterizando-se por ervais, grandes florestas virgens, pinhais, numa mistura de extrativismo, madeira, pecuária e agricultura local. Com a introdução da colonização européia na Serra gaúcha e no norte do estado, aproveitando a rede fluvial, a dinâmica da economia foi sendo modificada; então, os colonos passaram a abastecer os centros maiores com produtos de origem agropecuária, tais como a banha, vinho e cereais⁵⁴.

Na secção Formigas, conforme depoimentos de alguns entrevistados, entre os quais Prigol e Seminotti, a primeira bodega pertenceu a João Souza Ramos, localizada em frente à igreja, onde se vendiam cachaça, açúcar, erva-mate, café. Contudo, não ocorria ainda nesse período a troca de mercadorias, como é observado em outras regiões. Posteriormente, Souza vendeu o estabelecimento a Afonso Seminotti, que, por sua vez, vendeu-o a Antônio Vanini, o qual deu continuidade ao negócio.

Havia ainda em Formigas a revenda de José Richetti (Bepi), que também foi um dos primeiros moradores da comunidade e introduziu a prática das Colônias Velhas de armazém de secos e molhados. Segundo Pergher, “tinha roupa, bacia, coisas assim [...] vinho, açúcar, café. Era ali onde morava o George Roider”⁵⁵. Acrescenta Prigol sobre Richetti :

O José Richetti era o mais que comprava banha, morava perto onde mora hoje a Santana Roider. Fazia as trocas, o meu pai mandava eu comprar as coisas e dizer que outra hora ele passava lá e pagava. O pai entregava produto. Eles pegavam negócio de milho, trigo, de tudo⁵⁶.

Ainda sobre o comércio do Richetti na secção Formigas, sua filha contou-nos o seguinte:

⁵⁴ TEDESCO; SANDER, *Madeiros, comerciantes e granjeiros...*, 2002.

⁵⁵ PERGHER, Elza. Entrevista já citada.

⁵⁶ PRIGOL, entrevista já citada.

Era uma loja, tinha de tudo, tinha fazenda e faziam comida para os carreteiros, que na época não tinham caminhão, não tinha nada e a mãe fazia comida para eles. Quando eles chegavam, gritavam: “parona, parona, lamenestreta”, porque a mãe fazia sopa. Eles comiam e depois se íam. Eles trabalhavam muito, carneavam porcos, faziam banha, mas depois houve que foi a falência terminaram com tudo. Tinha a revolução naquele tempo⁵⁷.

Segundo Pergher, “em 1932 o saco de milho na colônia Erechim valia quatro réis. O tecido necessário para uma calça e uma camisa (4 metros) custava um saco e meio de milho”⁵⁸.

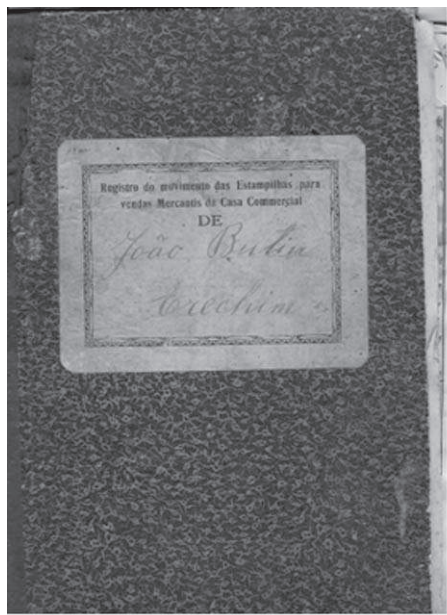
Nas Colônias Velhas, era em Caxias que ocorria a supremacia econômica e social do comerciante sobre o pequeno produtor; com isso, as casas comerciais fortaleciam-se e os colonos diminuía sua capacidade de se desenvolverem internamente na propriedade. De início, os locais de venda dos produtos da colônia do meio rural era na praça da vila, em quiosques, onde eles se abasteciam e deixavam o excedente agrícola para revenda⁵⁹. Os produtos tinham pouco valor agregado. Quando iniciou a produção de banha, o produto era vendido por um preço mais elevado se comparado com o dos ovos, feijão, milho, etc., ou seja, por dois réis o quilo.

Na seção Formigas, no comércio do Bottim, a exemplo de outras regiões, anotava-se em cadernetas o que era vendido fiado, que os colonos poderiam pagar na época da colheita. Também, se desejassem, poderiam deixar o produto colhido e ir descontando com a retirada de outros.

⁵⁷ RICHETTI, Elvira. Entrevistada por Jane G. S. Giaretta em 21/01/08. É filha de José Richueti e mora na sede do município de Getúlio Vargas.

⁵⁸ PERGHER, Alcides. Entrevistado por Jane G. S. Giaretta. Este contribuiu com depoimentos na entrevista da esposa Elza Pergher.

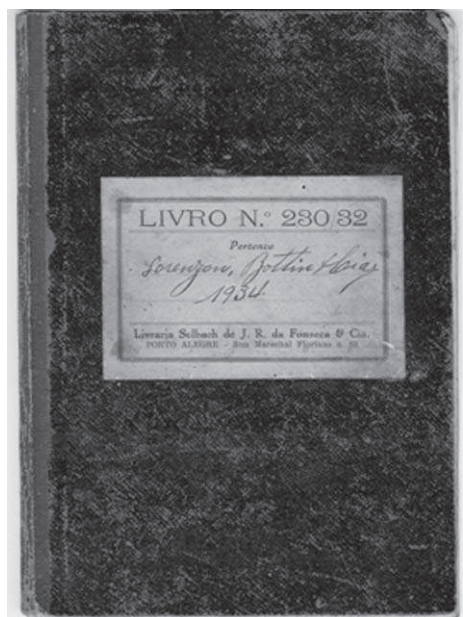
⁵⁹ HERÉDIA, Vania B. *Processo de industrialização da zona colonial italiana*. Caxias do Sul: Educs, 1997.



DATA			Importancia
Dia	Mes	Ano	
16	de outubro	1927	30,00
17	"	"	18,00
18	"	"	10,00
19	"	"	30,00
20	"	"	50,00
21	"	"	1,00
22	"	"	9,00
23	"	"	12,00
24	"	"	21,00
25	"	"	1,00
26	"	"	1,00
27	"	"	1,00
28	"	"	1,00
29	"	"	1,00
30	"	"	1,00
Total			204,00
1º outubro 1927			30,00
2º "			15,00
3º "			20,00
4º "			1,00
5º "			1,00
6º "			1,00
7º "			1,00
8º "			1,00
9º "			1,00
10º "			1,00
11º "			1,00
12º "			1,00
13º "			1,00
14º "			1,00
15º "			1,00
16º "			1,00
17º "			1,00
18º "			1,00
19º "			1,00
20º "			1,00
21º "			1,00
22º "			1,00
23º "			1,00
24º "			1,00
25º "			1,00
26º "			1,00
27º "			1,00
28º "			1,00
29º "			1,00
30º "			1,00

Fonte: Iraci Bottin

Figura 24 - Caderneta da venda de João Bottin – 1927.



1 outubro 1934	500 caixas de papéis	200,00	4 outubro 1934	50 caixas	50,00
	devalvado 49 kilos	11,60			
3-6-34	pagamento			14-10-	
13-8-36	pagamento				
10 dias Taboão	5500				
pagamento	17550,00				
dono alino giareta					
4 pe meza	20,00				
1 garrafa	72,00				
3 1/2 dias setuário					
a 15,00	525,00				

Fonte: Iraci Bottin.

Figura 25 – Caderneta de anotação do comércio de Lorenzon e Bottin – 1934.

O produto mais cobiçado pelo comerciante era a banha. Em Formigas, José Richetti era um dos comerciantes que faziam a intermediação entre os colonos e os centros maiores. Ele comprava a banha, levada pelos carroceiros até a estação de trem, na colônia Erechim, de onde era transportada para São Paulo. A aquisição do produto dava-se por atacado (sempre em grandes quantidades), até que fosse lotada uma carreta. Fazia-se a troca por café (que

vinha em latas de 5 kg, mas vendia-se 1 kg embrulhado num papel), tecidos em metro (açúcar em bolsa de tecidos), sal, agulhas, etc., enfim, tudo de que a comunidade precisava havia ali⁶⁰. Em Formigas muitos carroceiros faziam o transporte de mercadorias. Conforme o volume da carga determinava-se o número de animais nas carroças; assim, havia aquelas com seis mulas, outras com oito, etc. Eram carreteiros Alcides Pergher, Pedro Soccol, Luís Soccol, João Bottin, entre outros.



Fonte: Nelsa Soccol Seminotti.

Figura 26 – Carreta usada para fazer o transporte de mercadorias – década de 1930.

A atividade de carreteiro não foi um meio de ascensão econômica, mas de sobrevivência, visto que, apesar de ser proprietário da carreta, o carreteiro não conseguia ser independente no trabalho; em geral, ele era assalariado e explorado pelo comerciante. De outro lado, ao exercer a atividade de carroceiro, este se independentizava da censura comunitária, podendo participar de festas, de bailes organizados nas casas de pasto, onde podia encontrar amigos e mulheres para passar horas descontraídas.

Os carroceiros transportavam a banha até a estação do trem e, ao retornar, traziam produtos para revenda aos colonos. Para guiar a carroça fazia-se necessário adquirir carteira de carroceiro, conforme as Figuras 27 e 28.

⁶⁰ ROIDER, entrevista em 2007.



Fonte: Iraci Bottin.

Figura 27 – Carteira de condutor de veículos de propriedade de João Bottin – 1940.



Fonte: Nelsa Soccol Seminotti.

Figura 28 – Carteira de condutor de carreta de propriedade de Luis Soccol – 1940.

Era também o comerciante uma espécie de banco, pois, aparentemente, favorecia o colono, porém enriquecia com o excedente da produção, visto que na troca do produto geralmente lhe agregava mais valor do que a porcentagem justa a cobrar. Foi assim que os comerciantes rurais tornaram-se ricos e poderosos. Conforme Manfró:

O negociante ou o bodegueiro foi outro elemento importante na estrutura destas comunidades coloniais, foi um segundo líder e, em muitos casos o principal animador da sociedade local. Ao lado de todas as igrejas e capelas estabelecia-se a venda, a casa do comércio⁶¹.

O comerciante era o dinamizador do lugar; era a ele que chegavam todas as notícias, as novidades; ele vendia produtos para pagamento na safra e, às vezes, emprestava dinheiro ao colono; era o comerciante que visitava um familiar do colono hospitalizado, enfim, que resolvia seus problemas.

Segundo Gedoz, ao descrever a vinda de sua família às Colônias Novas, o solo de Formigas era fértil e o comércio desenvolvia-se em torno da produção local, enviada para os centros maiores. Acílio Gedoz era de Santa Clara, região de Carlos Barbosa, a qual deixou no dia 15 de julho de 1945, com 17 anos, seguindo a propaganda feita sobre a região, na qual um dos pontos importantes era a fertilidade das terras. Em 1947 ele comparou a qualidade do solo ao colher oitocentos sacos de milho manualmente, debulhando-o com máquina manual. O entrevistado referiu que o milho, possivelmente, era, em sua maior parte, enviado para Porto Alegre e Canoas. José Bottin, antigo morador de Formigas, comprava muito milho, o qual era transportado por trem e, posteriormente, por caminhões, vendido em sacas de 60 kg⁶².

Em Formigas, segundo Prigol, os irmãos Bottin – José, Ernesto e Libérale – realizavam o comércio de trocas, comercializando os produtos com os colonos e fazendo a intermediação com Estação e Erechim. Os colonos adquiriam o que necessitavam no estabelecimento e, quando da colheita de soja, entregavam os produtos, dos quais era descontado o que deviam. Assim, os donos das vendas enriqueciam com essa forma de comércio: “Os Bottin começaram com uma bodeguinha e quando foi por fim botaram comércio de fazenda e de tudo”⁶³. Posteriormente, a mesma família, além de aumentar o comércio local, passou a fazer a intermediação com a capital, abrindo comércio em Porto Alegre e Canoas, onde vendia os produtos de Formigas.

No início da colonização o mecanismo das trocas fez-se presente na base do comércio brasileiro em razão da ausência de uma moeda circulante. Segundo Jean Roche, todos os viajantes e funcionários do serviço de colonização que visitaram as colônias destacaram a animação das lojas em torno das trocas:

⁶¹ MANFROI, *A colonização italiana no Rio Grande do Sul*, 1975, p. 190.

⁶² GEDOZ, Acílio. Entrevistado por Jane G. S. Giaretta em 21/03/07 em sua casa no município de Getúlio Vargas. Agricultor aposentado, setenta e nove anos, morou em Souza Ramos até o ano de 1991.

⁶³ PRIGOL, entrevista direta.

É uma das causas da surpreendente animação das lojas. Da venda, para onde trouxe alguns produtos, o colono leva sua contrapartida em artigos fabricados ou em gêneros alimentícios. Traz um saco de feijão, uma lata de banha ou uma dúzia de ovos se apenas precisa de pouca coisa; traz mais se prevê grandes compras⁶⁴.

Esse processo de troca ocorreu até o fim da Segunda Guerra Mundial; no início, era feita a vista; posteriormente, os comerciantes passaram a abrir contas-correntes para seus fregueses. O colono levava ovos ou toicinhos, que trocava por sal, açúcar, café e tecidos.

Relacionando a citação de Roche com o comércio dos Bottin e de Richetti na secção Formigas, é possível perceber que o comércio, como cita Dante Seminotti, era “coisa pequena”⁶⁵. Em Formigas o processo comercial foi semelhante ao desenvolvido nas Colônias Velhas, pois o colono trazia à venda sacos de milho, frangos, sacos de batata, banha e levava em troca gêneros alimentícios, armarinhos (lojas de fazendas) ou artigos domésticos.

O comércio começou a se desenvolver quando ocorreu a substituição gradativa de tropas de mulas por carretas, na virada do século XIX para o XX. Segundo Stormowski, em Caxias o crescimento das casas comerciais acompanhou o povoamento; assim, a proporção de comerciantes com carretas passou de 1% em 1894 para 20% em 1909. A combinação de atividades artesanais com agrícolas foi a forma de os imigrantes se desenvolverem na localidade e dinamizarem tanto o mercado de trocas simples como aquele com características mais capitalistas, movido pelos recursos monetários⁶⁶.

As casas de negócios exerciam nas colônias uma dupla intermediação: de um lado, compravam do colono a produção agrícola ou animal e a vendiam aos atacadistas nas cidades maiores; de outro, abasteciam a família rural vendendo-lhes produtos essenciais para o consumo. Dessa forma, o comerciante obtinha lucro nos dois sentidos: vendendo, comprando e financiando. Ele exercia uma sólida liderança junto aos colonos, que se encontravam em situação de dependência e subordinação a ele, em razão dos laços econômicos e de subordinação pessoal⁶⁷.

⁶⁴ ROCHE, *A colonização alemã...*, 1969, p. 411.

⁶⁵ SEMINOTTI, entrevista em 2007.

⁶⁶ STORMOWSKI, M. S. Manufatura, artesanato e mercado em Caxias: um período de formação (1890-1910). *MÉTIS: História & Cultura*, v. 4, n. 8, p. 307-331, jul./dez., 2005, p. 324.

⁶⁷ BRUM, Argemio. *A modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes; Ijuí: Fidene, 1988.

Segundo Braudel, os primeiros a abrir lojas foram os artesãos, pois os verdadeiros lojistas viriam mais tarde, porém estes só compravam e vendiam, sem nada fabricar⁶⁸; eram, pois, os intermediários da troca.

As vendas ou casas de comércio rural eram um espaço de intermediação mercantil, financeira e de sociabilidade; espaços, por excelência, da presença masculina, onde ocorriam negócios, conchavos políticos, discussões, busca de informações, lazer, jogos nos finais de tarde e aos sábados. O comerciante conhecia as necessidades monetárias dos colonos e os lucros que obtinham com a agricultura. Podemos perceber no depoimento de antigos moradores de Formigas que o espaço das Colônias Novas também foi cenário de várias profissões.

Domingo Secco tinha celaria; Juvino Meres tinha a bodega. Tinha a ferraria do Domingo Zamban; onde morava o Antônio Coppe tinha a outra ferraria. Tinha quatro casas de negócio e fazenda e tudo, entre elas, a do Borgueti. E tinha descascador de arroz grande e moinho de trigo e milho. O José Zamban tinha moinho também. Tinha dentista. Selaria tinha ali onde é o clube e, depois, tinha lá onde era o Afonso Seminotti em frente à igreja. Sapataria tinha onde mora o Nildo Bottim⁶⁹.

Na vida das colônias tanto da imigração italiana quanto da alemã é comum a referência à existência de conflitos, brigas e desavenças na bodega ou venda. Escolhidos os locais para erguerem as primeiras capelas, o cemitério, aos poucos as vendas iam surgindo, nas quais os colonos se reuniam para jogar, cantar e beber. Nesses espaços nunca faltavam os valentões, que, depois de ingerir várias doses de aguardente, por qualquer pretexto desafiavam algum parceiro para uma briga. Relata Richetti o que ocorria em Formigas:

O Julio Maneta, que era o capanga do meu pai, tinha só um braço. Eles brigaram na frente da loja do meu pai com os Bianquinis, foram indo mais para cima, brigando e, perto de uma cerca, mataram o Júlio, foi com esses Bianquinis. Foi uma coisa muito triste aquilo lá⁷⁰.

⁶⁸ BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, v. 2. Os jogos das trocas.

⁶⁹ CARDOSO, Afonso. Entrevistado por Jane G. S. Giaretta em sua casa em Passo Fundo, em 22/01/2007. Morou até 1991 em Souza Ramos, antiga secção Formigas. Completou noventa anos no dia 18 de dezembro e fez a festa de aniversário no dia 9 de dez de 2007 na comunidade de Souza Ramos.

⁷⁰ RECHETTI, entrevista já citada.

Como contou Richetti, anteriormente à sua morte, Júlio já havia desafiado Bebi Riquetti e levado um soco deste⁷¹.

3.4 A intermediação da colônia Erechim com a colônia Sananduva

O povoado da secção Formigas cresceu em razão de uma das mais antigas estradas da colônia Erechim, que ligava a Estação Erechim à colônia Sananduva. O caminho serviu de passagem aos tropeiros, que faziam do povoado ponto de parada. Esta estrada atravessava, além do povoado de Formigas, o toldo indígena às margens do rio Ligeiro.

A estrada que ligava a colônia Erechim à colônia Sananduva era o único trajeto para se chegar à capital Porto Alegre. Ainda atualmente linhas de ônibus cruzam pelo povoado da antiga seção Formigas, hoje Souza Ramos. No relato de Tagliari é possível confirmar a existência do trajeto:

Pra ir pra Porto Alegre, não, não, não se tomava esse caminho. Era assim ó: Getúlio, Souza Ramos, Charrua Alta, Charrua Baixa..., Sananduva, Lagoa Vermelha, Vacaria. Os que seguiam a Porto Alegre iam a Caxias. Saía de Erechim, passava em Rio Toldo, Getúlio, Souza Ramos, naquele tempo era Formigas. Hoje Souza Ramos, depois tinha Charrua [...]72.

O trajeto ia até Vacaria, onde ocorria a bifurcação: em direção a Caxias iam os que pretendiam chegar a Porto Alegre; por sua vez, os que viajavam a São Paulo tomavam a direção de Lages. Não existia o trajeto com destino a Porto Alegre atual, o qual passa por Passo Fundo. A RS 135, estrada que sai de Erechim com destino a Passo Fundo, saía de Paiol Grande, passava por Capoerê, Rio Toldo, colônia Erechim; hoje não faz mais o trajeto que passa pelo povoado de Capoerê e Rio Toldo. Sobre essa estrada acrescenta Seminotti: “Essa

⁷¹ RECHETTI, entrevista já citada.

⁷² TAGLIARI, Mirtes Cecília. Sócia Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas, foi delegada de Educação da 15ª Coordenadoria, localizada em Erechim. Dados retirados da entrevista de história oral do Projeto Memória Getuliense, realizada no dia 21/02/2000.

estrada que ia a Porto Alegre é a mais velha que tem. A de Getúlio, Souza, Charrua sempre existiu”⁷³.

Em relatório de 1914 e 1915 da Comissão de Terras e Colonização há informações sobre a estrada:

Estrada da sede Erechim a Sananduva – Nessa estrada que, devido igualmente ao interrupto transito de carroças e carroções, procedentes de Sananduva e Lagoa Vermelha, carece constantemente de reparos, além de concertos feitos em vários pontos e nos passos dos rios do Peixe e Ligeiro, foram construidos 4 boeiros de madeira; havendo com esses serviços se despendido durante o ano, a importância de 9:955\$760 achandos-se incluído nessa importância, os vencimentos mensaes dos respectivos passageiros. O percurso da referida estrada, conforme o meu relatório anterior, é de 50,6Km⁷⁴.

Ainda sobre a estrada ligando Erechim a Sananduva, nos relatórios de 1917 e primeiro semestre de 1918 consta o seguinte:

Tivemos ocasião de verificar o mau estado em que se acham quasi todas as estradas, o que atribuímos em parte ao material improprio e as grandes chuvas da estação. Citaremos a estrada de Erechim a Sananduva, cuja travessia é até um perigo para o viajante, sendo constantes e justas as reclamações! Com a escacez de verbas fomos obrigados a aproveitar nesta, parte das verbas concedidas para outras estradas, pois as turmas que collocamos neste trabalho, são exclusivamente mantidas a dinheiro, visto à época não permitir trabalho pela divida, por estarem os colonos em serviço de plantações. Mesmo assim encontramos dificuldades na organização das turmas, pela escacez de pessoal e por não ser apropriado o tempo para este trabalho⁷⁵.

Por volta de 1921, conforme dados localizados na Divisão de Terras Públicas, no município de Erechim, no local denominado Formigas, funcionava a balsa do rio do Peixe, permitindo o trânsito de Erechim para Sananduva. Acompanhemos o documento do órgão:

⁷³ SEMINOTTI, entrevista em 2007.

⁷⁴ Relatório da colônia Erechim - 1914-1915, apresentado pelo respectivo chefe da Comissão de Terras e Colonização da mesma, colônia coronel de Souza e Almeida, à Diretoria de Terras e Colonização em 14 de julho de 1915. Divisão de Terras Públicas. Porto Alegre.

⁷⁵ Relatório do ano de 1917 e 1º semestre de 1918 da Comissão de Terras e Colonização Erechim – Caixa Cx 62 G – Divisão de Terras Públicas. Porto Alegre.

Boa Vista do Erechim 13 Abril 21
 Cid. Engº Sylvio Barbedo
 M. D. Ex. Chefe da extinta Comissão de Terras de Lagoa Vermelha
 Accuso recebida a importancia total, em dinheiro de... 2.890\$000, sendo 1:63\$000 do arrendamento da balsa do Rio do Peixe, 360\$000 de três trimestres da do Ligeiro, e 900\$000 para ser pago a diversos de accordo com a relação que me fornecestes⁷⁶.

Mais dados sobre a balsa encontram-se na justificativa para arrendar. Segundo Morselli Temistorli, havia uma balsa que já possuía quatro anos de uso e que estava em péssimo estado de conservação. Assim, foram encaminhadas ao chefe da Comissão de Terras e Colonização de Erechim cinco propostas de arrendamento da balsa sobre o rio do Peixe, as quais incluíam diversas cláusulas, como a gratuidade a todos os empregados federais, estaduais, municipais e aos índios do Toldo Ligeiro.

Na Tabela 1 consta a proposta encaminhada por Dorval Ribeiro.

Tabela 1 – Modalidade de transporte e seus valores

Tipo	Valor
Carroças de 4 rodas –	2.500
Idem de 2 rodas –	1.500
Carrinhos –	1.500
Diligencias –	2.000
Automóvel de passageiro –	2.500
Auto caminhão (não excedendo a 2 toneladas) –	2.000
Viajante a cavalo –	300
Cargueiro –	300
Gado –	200
Animais pequenos –	100
Suínos –	100 ⁷⁷

Fonte: Proposta para o arrendamento da balsa datado em 6 de dez de 1924, encaminhado pelo solicitante Dorval Ribeiro.

Além dos valores apresentados, houve quem encaminhasse propostas de 2,00 por pessoa a pé, na moeda correspondente a réis.

⁷⁶ Ofícios expedidos 1921. I. T. N. José Bonifácio, p. 107. Divisão de Terras Públicas. Porto Alegre.

⁷⁷ Retirado da proposta para o arrendamento da balsa datado em 6 de dez de 1924, encaminhado pelo solicitante Dorval Ribeiro. Divisão de Terras Públicas. Porto Alegre.

Ainda sobre a balsa que estava sob a responsabilidade do Fioravante Basso, Bernardon relatou o seguinte:

Aconteceu tanta coisa triste. A balsa então era assim: vinha uns ônibus de Lagoa Vermelha e passavam na balsa. E quando chegaram ali, naquele dia, a balsa arrebentou uma arromba. Aí a balsa começou a ir a rio abaixo. E tinha uma senhora com a filha, não sei se era de Lagoa Vermelha ou não, o que ela fez? Garrrou e se chegou na água, ela sabia nadar. Ela estava de casacão, não sei se enroscou o quê, mas sei que ela e a filha se afogaram. Os culpados foram os homens que começaram a se jogar e ela se assustou. Não aconteceu nada com quem ficou em cima da balsa, mais para baixo ela encostou no barranco. Além disso, um outro fato de afogamento ocorreu com um homem que estava acho que no ônibus e resolveu descer e sentar na arromba e caiu de lá no rio e se afogou. Vários dias ficaram procurando o senhor na água e foi encontrado perto da residência do Vilebaldo Zimmermann⁷⁸.

As dificuldades com os transportes podem ser percebidas em vários aspectos nas colônias e na secção Formigas, como na necessidade de uso de balsa em rios. Em função dos transtornos causados pela balsa, em 1929 houve a proposta de construção da ponte sobre os rios que faziam parte do território de Erechim e que se encontravam no trajeto da estrada ligando a colônia com Sananduva. Vejamos o documento:

A fim de atender ao despacho do sr. Dr. Secretário das Obras Publicas exarado em um requerimento encaminhado por essa Comissão, de Lorenzon & Balbinot e outros, deveis mandar com urgência proceder aos estudos que sirvam de base aos projectos e orçamentos para as pontes, sobre os rios do Peixe e Ligeiro, nas estradas Erechim-Sananduva. Estes estudos constarão para cada caso, essencialmente, do seguinte: Perfil longitudinal de um pequeno trecho da estrada, nelle figurando a secção do rio no local mais conveniente para maxima e a maior estiagem, bem como sobre as respectivas descargas; sondagens geológicas, se possível, ou indicação exatas para as fundações, sobre a natureza do solo no local em que tiver de ser construida a ponte. Outrosim, deveis informar aos signatários daquele requerimento que, opportunamente, lhes será dada solução ao que podem, logo após fiquem terminados os projectos e orçamentos respectivos. Saúde e Fraternidade⁷⁹.

⁷⁸ BERNARDON, Irlene Zanelatto. Entrevistada por Jane G. S. Giaretta. É neta de José Richetti, sendo filha da filha mais velha do José, morando com mãe até sua morte, tem presente vários fatos da história que a mãe contava. Estava presente no momento da entrevista com Elvira Richetti, e contribuiu com relatos sobre a secção Formigas.

⁷⁹ Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas. Officios recebidos 1929. I. T. N. José Bonifácio. Nº 345. Divisão de Terras Públicas. Porto Alegre.

A primeira ponte, segundo Silva, era de madeira e tinha cobertura para se conservar melhor⁸⁰. O povoado da secção Formigas, por se situar próximo ao rio do Peixe, um rio de grande vazão, e pelas dificuldades que os viajantes enfrentavam no decorrer das viagens, tornou-se também parada de tropeiros. Assim, o espaço foi se adaptando com algumas melhorias para abrigar os que necessitavam esperar a água baixar, tanto no período em que ainda não funcionava balsa como posteriormente a ela. Para termos uma idéia de como se fabricavam as balsas podemos ver uma delas na colônia Erechim, sobre o rio Uruguai.

Boa Vista do Erechim • 75



Fotos cortesia Carlos F. Funfgelt



Fonte: Cortesia Carlos F. Funfgelt.

Figura 29 – Balsa sendo construída no rio Uruguai entre o período de 1922 a 1938.

⁸⁰ SILVA, entrevista já citada.

3.5 As múltiplas dimensões do tropeirismo regional

Contribuiu efetivamente para o surgimento do tropeirismo o fato de em Minas Gerais terem sido descobertas as minas de ouro no final do século XVIII, período em que um grande contingente humano dirigiu-se para a região em busca da riqueza fácil. Como era necessário algum tipo de transporte, apelou-se para as mulas da Capitania de São Pedro e da Argentina. O centro e entreposto comercial era Sorocaba, localizado no estado de São Paulo, onde ocorriam as feiras anualmente, entre abril e junho, comercializando o gado sulino. Contudo, já a partir de dezembro começavam a chegar tropas de bestas, cavalhadas e gado.

Assim, novas profissões surgiram, como o tropeiro, o arrieiro, o amansador ou domador, o seleiro, o ferreiro, as mulheres de vida fácil, que aguardavam a chegada dos tropeiros. O tropeiro foi um integrador econômico e regional de espaços, também responsável pela fundação de importantes povoados, que se dinamizaram em função da chegada desse elemento, que difundia a cultura e disseminava novas idéias, uma vez que percorria várias regiões e levava os costumes de cada uma.

O desenvolvimento das linhas, dos logradouros, enfim, dos povoados, deveu-se em grande parte aos tropeiros e carreteiros, pois por eles chegavam os poucos bens de consumo, as notícias dos centros maiores, bem como eram eles que usufruíam e até mesmo ajudavam a desenvolver economicamente o local. Por onde passavam, pagavam pessoas para ajudá-los. Como por exemplo, ao terem de atravessar os rios com as varas de porcos, contratavam quem morasse próximo para ajudá-los no controle da condução a nado.

A casa de pasto era o hotel da época, sendo muito importante no vilarejo, porque servia aos viajantes, especialmente aos tropeiros e carreteiros, ou seja, exercia na época a função que tem hoje o posto de combustível, abastecendo os carros e suas trações. Era um espaço bastante movimentado, pois ali chegavam e saíam carroceiros, que ainda de madrugada reuniam os animais para alimentá-los com feno, milho e água e, posteriormente, seguir viagem⁸¹.

Com base em estudos realizados sobre outras regiões, podemos perceber que a secção Formigas não foi diferente de outros espaços, pois à distância de poucos quilômetros encontravam-se pequenas casas de negócios, moinhos, sapataria, casas de pasto, celaria. As ferrarias também eram ponto de destaque perto das casas de pasto, como vemos ainda hoje

⁸¹ Tropeiro de porcos. *Correio Riograndense*, Caxias do Sul, ano 93, n. 4742, 25 jul. 2001.

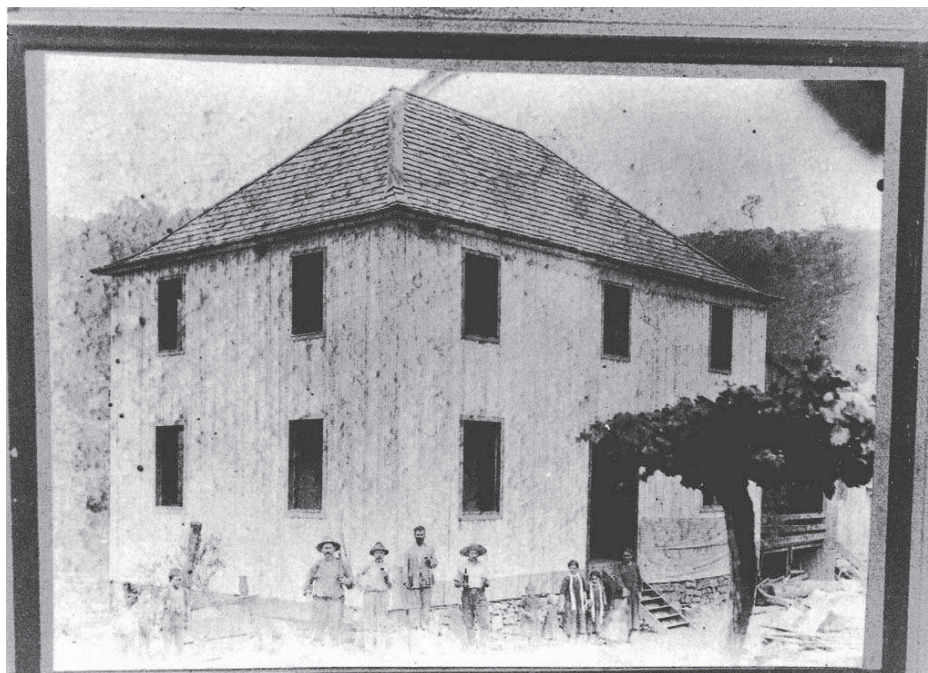
com as borracharias ou oficinas de conserto ou chapeação de carros. Nelas se fabricavam quase todos os utensílios e ferramentas necessários na agricultura como enxadas, foices, machados e até as rodas das carroças; assim, todo lugarejo deveria ter um ferreiro. Em Formigas tiveram ferraria João Bottin, Domingo Zamban e Luís Richetti. Segundo depoimento de Nilson Roider, na ferraria de Richetti faziam-se máquinas para plantar milho; carroça, balancim, foices e ferraduras para cavalos. O ferro vinha de fora, por trem, sendo buscado na estação de carroça; vinha em barras de 40 cm de largura e em torno de 3 m de comprimento. O aço era trabalhado nos mesmos moldes do ferro e usado para fabricar os arados⁸².

É possível observar a correlação existente entre a carpintaria e a ferraria. As carpintarias faziam os utensílios em madeira, desde o beneficiamento da madeira até a construção dos móveis. Para construir uma carreta eram necessários utensílios de ferro e madeira; assim, ambos os ofícios, de carpinteiro e ferreiro, eram fundamentais nos povoados.

Segundo Dante Seminotti, em torno de 1920 a casa de pasto existente na secção Formigas era uma espécie de hotel, onde se servia comida, havia quartos para dormir e também alimento para os animais, como milho e alfafa. Em tempos de cheias do rio, os carroceiros permaneciam até oito dias em Formigas, porque não podiam usar a balsa. Eles transportavam produtos de Sananduva para Estação, como milho, banha, trigo, etc., em carroças; em Estação eles embarcavam os produtos no trem com destino a São Paulo⁸³.

⁸² ROIDER, entrevista já citada.

⁸³ SEMINOTTI, entrevista já citada.



Fonte: Jane G. S. Giaretta
Figura 30 – Casa de pasto na colônia Erechim na década de 1930.

A selaria também foi importante nos povoados, localizando-se nas proximidades das rotas dos tropeiros, e supria as necessidades em termos de apetrechos de montaria. Dante Seminotti, que trabalhou com selaria em Formigas, relatou-nos ter aprendido o ofício em Sertão, onde trabalhara com Afonso Secco. Os produtos fabricados na selaria - apetrechos de montaria – destinavam-se ao local, pois não se vendia para outros centros. Havia ali um curtume para curtir o couro, mas também se comprava no curtume Ere, na colônia Erechim. A curtição dava-se com cromo, pedra úmida e cal; no curtume havia ferramentas para cortar, afinar e alisar o couro a fim de deixá-lo parelho⁸⁴.

⁸⁴ SEMINOTTI, entrevista já citada.



Fonte: Dante Seminotti.

Figura 31 - Selaria de Dante Seminotti em Formigas, em torno de 1933.

Mais tarde, Dante vendeu sua parte para Aurélio Prigol e passou a administrar o clube de Floriano Peixoto. Dante também trabalhou em serraria, como gerente da cooperativa tríticola de Getúlio Vargas, durante 15 anos⁸⁵.

Em ambos os ofícios desenvolvidos ou em determinados tipos de serviço, como nas casas de pasto, queijarias, botequins, atendimento a clube e similares, vemos presente uma espécie de extensão dos serviços domésticos que as mulheres desempenham desde sempre. Em muitos locais, mesmo que nominalmente fosse o homem o proprietário, eram elas que os monopolizavam, pois representavam a continuidade do trabalho do lar.

Percebemos o tropeirismo em geral como responsável pela instalação das estâncias, pela abertura de caminhos e surgimento dos primeiros núcleos habitacionais.

Muitos imigrantes que se estabeleceram nas matas, como no município de Lagoa Vermelha, criavam suínos soltos, engordados com pinhão⁸⁶. Então, ao verem que, além do consumo dos porcos, poderiam comercializar o excedente, passaram a vendê-los, bem como a banha, muito utilizada na alimentação e como combustível para os lampiões que iluminavam

⁸⁵ SEMINOTTI, entrevista já citada.

⁸⁶ SILVA, Sueli Maria da. *O tropeirismo de porcos: processos mercantis e dinâmicas sócio-culturais na região Nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST Edições, 2007.

residências e vilas. A banha também era usada para conservar alimentos, da seguinte forma: a carne era cozinhada e mantida submersa na banha até o momento do consumo, quando era retirada e aquecida na medida necessária.

Os tropeiros conduziam os porcos a pé, com ajuda de cães treinados e espalhando à frente dos animais grãos de milho para atraí-los⁸⁷. As tropas chegavam a percorrer até 70 km; a cada 6 a 7 km ocorriam paradas para descanso dos animais em locais predeterminados, onde havia um cercado para prendê-los, sombra e um riacho. Nesses locais os tropeiros também descansavam, contavam causos, tomavam chimarrão, cachaça e preparavam a sua alimentação.

A viagem deveria ser feita durante o período de menor calor, iniciando ao amanhecer, em torno das 5h, e prosseguindo até que houvesse claridade suficiente e condições de tempo. Segundo Silva, nas viagens os tropeiros procediam da seguinte forma:

A comitiva contava com carroça que acompanhava a tropa, e também uma mula encilhada trazendo uma bruaca (mala de couro cru, para transportar mercadorias sobre o animal cavalari) onde eram levados os alimentos dos tropeiros e agasalhos para o pouso. Os tropeiros dormiam sobre pelegos, com pouco agasalho. Eram viagens extremamente cansativas e com recursos precários⁸⁸.

Pela descrição da atividade é possível observar as dificuldades e os desafios que os tropeiros precisavam enfrentar para chegar até a estação ferroviária ou até os frigoríficos. Pelo mapa da Figura 32 vemos que Formigas está incluída no trajeto e, segundo depoimentos de antigos moradores do povoado, foi caminho de tropeiros.

⁸⁷ Tropeiro de porcos. Caxias do Sul, ano 93, n. 4742, 25 jul. 2001. *Correio Riograndense*.

⁸⁸ SILVA, op. cit., p. 55.

necessidades que iam surgindo, dentre os quais as casas de pasto, os botequins, as oficinas, ferrarias, etc.

3.6 A difusão de saberes

Com a movimentação dos tropeiros, carreteiros, viajantes, que disseminavam produtos e inovações, elaborando o aprendizado artesanal, as colônias foram aprimorando os ofícios, havendo profunda retroalimentação entre a vida da colônia e a dinâmica do comércio e das profissões.

Culturas diversas, estranhas ao colono, como foi a do indígena e a cabocla, mesclaram-se com os saberes deste, especialmente nas Colônias Novas. Essas trocas culturais produziram formas artesanais readaptadas. Como exemplo, a confecção em couro é expressão de troca cultural com o luso-brasileiro. Segundo Roche, “convém, sem dúvida, reservar o termo de artesão ao homem que exerce um ofício manual por sua conta, seja numa obra, seja numa oficina, e ajudado somente por um ou dois companheiros”⁹¹.

Os imigrantes enfrentaram inúmeras dificuldades para se adaptar ao novo meio, visto que tinham de produzir a maior parte dos produtos necessários para a sua sobrevivência. Assim, a par da produção dos tecidos, do linho e do algodão, apareceram os alfaiates e também os sapateiros e celeiros. Especialmente no caso destes últimos, eram necessários em razão de que o cavalo era o meio de transporte mais utilizado na época. Por isso, em quase todos as povoações da colônia de São Leopoldo desenvolvia-se o artesanato com couro, que envolvia o curtimento e, após, a sua transformação em calçados, selas e arreios, vendidos em todo o estado. A Figura 33 mostra um dos proprietários de moinho em Formigas, na década de 1960.

⁹¹ ROCHE, *A colonização alemã...*, 1969, p. 480.



Fonte: Nédio Zamban.

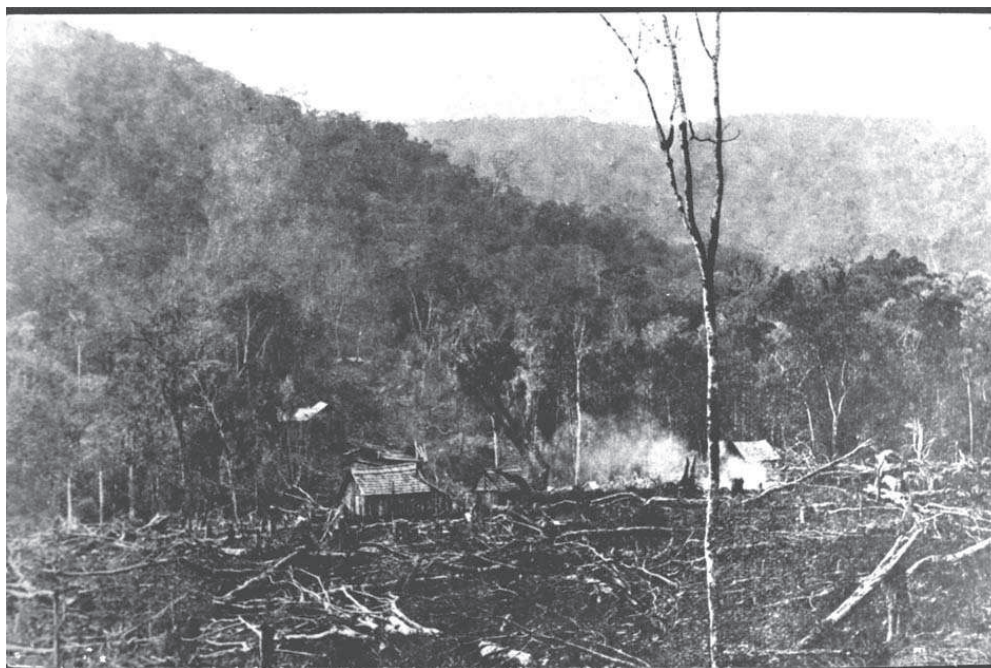
Figura 33 – Honorino Zamban , proprietário de um dos moinhos em Formigas, na década de 1960, juntamente com Pedro Menegaz. Foto da década de 1940.

O artesanato foi atividade associada à agricultura para elevar as condições de vida após a organização oficial da colonização, pois os artesãos, em sua quase totalidade, eram homens que estavam fixados à terra. Foi a forma encontrada por alguns membros de famílias numerosas para sobreviverem. Pela falta de terra, as famílias emigravam, e alguns de seus membros jovens se estabeleciam em locais onde pudessem sobreviver do artesanato. Exemplo disso foi Dante Seminotti da seção Formigas, que precisou sair de casa para trabalhar em outros ofícios, dedicando-se, assim, inicialmente, ao trabalho de celeiro.

As atividades no lote articulavam-se em torno de duas esferas produtivas: uma de subsistência (pequena criação) e outra mercantil (milho trigo e vinho). A mercantilização era direta ou indireta. Havia ofícios que complementavam a economia doméstica, como a horta, o plantio das miudezas e o artesanato, que podia envolver a fabricação de produtos de palha de trigo e milho, do queijo, da graspa, do vinho, etc.

O trabalho era braçal, pois quase ninguém possuía bois, fazendo-se roçadas, queimadas e plantio com saracué. Segundo Roider, o plantio era feito da seguinte forma: “Levavam no avental a semente de milho, faziam o buraco na terra com o chacho, atiravam o milho e davam um soquinho em cima para cobrir, não se plantava muito, mas colhia-se bastante”⁹².

⁹² ROIDER, dados da entrevista em 1993.



Fonte: Arquivo Histórico. Erechim.

Figura 34 – Derrubada da mata e queimada para posterior plantio na década de 1920.

Maestri relata o método e as dificuldades que os imigrantes enfrentaram ao iniciar o trabalho de cultivo da terra nos primeiros tempos nas colônias:

Sobretudo nos tempos iniciais eram rústicos os métodos de cultivo. A qualidade dos solos, a abundância das terras e a escassez relativa de braços determinava que a agricultura colonial imitasse a coivara indígena. Os terrenos eram desmatados e limpos, abatendo-se as árvores menores e os arbustos, que eram reunidos e, quando secos, queimados. Após, plantava-se. Comumente, por causa do terreno irregular, das raízes e das pedras abandonava-se o arado e, até mesmo, a enxada usando o rústico bastão de plantar, que abria covas para os grãos de milho⁹³.

O artesanato esteve muito ligado à falta de terra e à dificuldade de trocas, porque, além da agricultura, o mesmo indivíduo podia, simultaneamente, exercer dois ou três ofícios. Também havia a divisão da atividade artesanal em duas categorias: as ocasionais, como a fabricação da farinha de mandioca, a destilação da cana-de-açúcar, e aquelas em que o artesão vivia exclusivamente do ofício, fazendo uso constante de suas próprias instalações, como o curtidor e o fabricante de calçados. Mesmo no caso em que o artesão se dedicava quase que

⁹³ MAESTRI, *Os senhores da serra...*, 2001, p. 84.

exclusivamente à atividade, o artesanato evoluía de forma lenta e associada ao contexto camponês, com uma estrutura muito simples, em empresas muito pequenas, nas quais trabalhava uma só pessoa, a menos que seu empreendedor fosse ajudado por um dos filhos a quem ensinava o ofício⁹⁴.

O artesanato tem vínculos com o mundo do trabalho, perpassando formatos sociais, culturais, e é estratégia que permite reproduzir conhecimentos, recompor vivências, gostos, prazeres estéticos, etc. Como patrimônio cultural, nele estão presentes bens, valores e crenças, saberes, modos de fazer e de viver que são transmitidos por herança de geração em geração. Caracteriza um grupo social e pode ser considerado uma marca que identifica esse grupo.

É preciso entender a idéia de “velho” e de “novo” dentro do tempo e do espaço e confrontá-la com o imaginário e interesses dos grupos que se envolveram no contexto em questão⁹⁵.

A produção artesanal na vida das colônias foi fundamental para produzir redes sociais que serviram para o intercâmbio regional e cultural. Podemos perceber o significado das atividades artesanais em momentos e circunstâncias específicas em que foram ressignificadas as práticas em razão da cultura local. Na secção Formigas a variedade de objetos, materiais e ilustrações retrata o quanto o artesanato perpassou a memória coletiva do povoado.

⁹⁴ ROCHE, *A colonização alemã...*, 1969.

⁹⁵ TEDESCO, João. C; ROSSETO, Valter. *Festas e saberes: artesanato, genealogias e memória imaterial na região colonial do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007.



Fonte: Acervo de Angelo Soccol e Nestor Seminotti

Figura 35 – Objetos antigos, entre eles os utilizados na fabricação de artesanato.

No interior do modo de vida colonial, o artesanato contribuiu para criar vínculos entre vizinhos e ampliar os recursos econômicos e mercantis, que eram escassos. A habilidade obtida no trabalho artesanal envolvia várias áreas do conhecimento, como a jardinagem, os trabalhos com ferro, etc. Era exercício útil, não só servindo para fins lucrativos, mas para “arejar” a cabeça, formar o caráter, pois desprezavam-se o ócio e passatempos fúteis, além de permitir criar, inventar, adquirir conhecimentos e habilidades diversas.

Conforme o depoimento do nosso entrevistado Dante Seminotti, o couro para a selaria provinha em grande parte de um curtume da colônia Erechim. Como relata Tedesco, era comum a dependência do comerciante rural de matéria-prima para a confecção de seus produtos, tais como o ferro, o cobre, linhas, tecidos, etc. Portanto, o comerciante rural era muito dependente do que era fornecido pelos comerciantes e pequenas indústrias urbanas⁹⁶.

Das colônias-mães muitos ofícios foram trazidos para as Colônias Novas, como os dos moinhos, ferreiros, carpinteiros, celeiros, sapateiros, além de outros com características domésticas e de gênero. Conjuntamente, constituíram-se em atividades econômicas que dinamizaram as famílias e o espaço pesquisado.

3.6.1 A queijaria

A família era um grande espaço de aprendizado e socialização, como foi possível observar nos diversos empreendimentos desenvolvidos, originados da tradição familiar geralmente. Ao analisar a descrição do funcionamento da queijaria por Afonso Cardoso, temos uma idéia de como se dava o processo de sua produção.

A queijaria estava localizada mais no centro da comunidade, perto da atual estrada que liga o município de Getúlio Vargas a Charrua, tendo como proprietário Adelino Seminotti. O leite era transportado a cavalo, em tarros, depois de recolhido bem cedo nas casas. Após produzido, o queijo era levado até a estação de trem, que ficava a 5 km da sede do município de Erechim, e transportado para outras regiões.

Na seção Formigas funcionaram duas fábricas de queijos, a de Adelino Seminotti, que trabalhou de dois a três anos, e outra perto da ponte velha do rio do Peixe. O leite necessário para a queijaria deveria provir de duas a quatro vacas. Relata Cardoso:

O litro de leite pagavam em torno de duzentos réis, era pouca coisa. Quem trabalhava na queijaria era o Adelino, a Marina e o Selvino ajudava um pouco. Lá no Riquetti era a velha, tinha duas gurias, não era custoso aquilo lá. Fazia peças grandes de queijo até quatro quilos, faziam também um queijo redondo aquele era mais caro, do preço não me lembro⁹⁷.

⁹⁶ TEDESCO; ROSSETO, *Festas e saberes...*, 2007.

⁹⁷ CARDOSO, entrevista já citada.

Sobre o funcionamento da queijaria relata Prigol:

Eram tanques grandes, botava o coalho, quando estava mais ou menos no ponto, mexia com uma colher e com a escumadeira separava o queijo do soro e depois colocavam na prensa. Era coisa grande para a época. O tacho era redondo embaixo e em cima fechava, calcula-se que tinha a capacidade de uns 100 litros para cima⁹⁸.

3.6.2 A atafona

Um outro saber que deu origem a uma agroindústria originária da região de Taquari foi a atafona, inicialmente funcionando de forma manual, apenas com os rolos que moíam. Conta a respeito Dante Seminotti:

Vargas tinha a atafona. Ele era de Taquari, que era a terra da mandioca, de lá trouxeram a experiência. Não era necessário grande capital de investimento para começar o empreendimento, isso era coisa pequena. A farinha, muitos mandavam fazer e usavam para tratar os porcos, era o meio de guardar o trato, também uma parte vendiam. Muitos faziam da mandioca que possuíam, compravam alguns poucos, mas a maioria plantava a mandioca⁹⁹.

Conforme relata Afonso Cardoso:

O taquarano que foi o primeiro a colocar a atafona, chamavam-no de Lili. Essa na terra do João Cardoso. Depois o João Cardoso comprou e colocou no passo onde morava o Alcides Pergher. O nome do Lili era Francisco Piron. Foi a primeira atafona. Acho que em Souza foi só essa atafona, depois colocaram uma no Rio Bonito. Esses taquaranos falam diferente meio cantado e muitas palavras pronunciam diferente da gente, peneira chamavam joera¹⁰⁰.

⁹⁸ PRIGOL, entrevista já citada.

⁹⁹ SEMINOTTI, entrevista em 2007.

¹⁰⁰ CARDOSO, entrevista já citada.

Afonso Cardoso, que namorou uma filha do tafoneiro e também trabalhou no estabelecimento, descreveu como funcionava: arrancava-se a mandioca e colocava-se na água, mexendo com pás para lavá-las; após, ralava-se a mandioca, que era posta numa peneira sobre o fogo para extrair a água; então, passava-se para a próxima peneira com mais fogo, de onde saíam o polvilho e a farinha. De início o trabalho de ralar era feito todo manualmente; só mais tarde foi mecanizado. Vendia-se a farinha de mandioca, porém também se plantava, porque com a farinha não dava muito lucro. O Lili vendia no comércio, que acredita fosse a colônia Erechim, transportando o produto em carroças¹⁰¹.

Quando Cardoso namorou a filha do tafoneiro tinha de 16 para 17 anos. Nesse período a atafona ficava na terra do João Cardoso, mas o tafoneiro era Francisco Piron; atualmente, a terra é propriedade de Alcides Pergher. Deduz-se que a atafona funcionava por volta de 1934; posteriormente a esse período, Francisco recebeu concessão de lotes territoriais, conforme este ofício:

Diretoria de Terras e Colonização
Porto Alegre, 25 de Março de 1936.
Sr. Eng^o Chefe da Comissão de Terras e colonização de Erechim.
Levamos ao vosso conhecimento que o Sr. Secretario concedeu, nos termos das informações dessa Comissão os lotes requeridos nas seguintes petições.
Despachos de 14-3-1936:
(...)12) Francisco José Perin (lote nº 10-A, Secção Floresta Formigas, requerido em 17-5-35)¹⁰²;

A atafona produzia a farinha de mandioca, que era transportada em cargueiros para Passo Fundo, e o polvilho, para Santa Catarina, atravessando o rio Uruguai por barco. Da farinha de mandioca faziam-se o cuscus e o biju, subproduto deste tubérculo¹⁰³.

¹⁰¹ CARDOSO, entrevista já citada.

¹⁰² Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio Grande do Sul. Secção de Organização Colonial. Nº 27/116. Ofícios recebidos 1936. I. T. N. José Bonifácio. Divisão de Terras Públicas. Porto Alegre.

¹⁰³ SEMINOTTI, entrevista em 2007.

3.6.3 Primeiras iniciativas industriais

Para o crescimento da produção no estado do Rio Grande do Sul, já em 1902, o governo Borges de Medeiros, em mensagem presidencial, apontava a concorrência da vinicultura com outros estados e via como saída o incentivo à imigração espontânea e o apoio aos processos de cultivo da uva e produção de vinho. Também considerava necessárias a aquisição de tecnologias mais avançadas no fabrico do vinho e a ampliação das vias de circulação no estado com a via férrea.

O movimento cooperativista no Brasil despertou com a vinda de um italiano em 1911, Stefano Paternó, que ajudou a organizar cooperativas de pequenos produtores com o apoio do Ministério da Agricultura e Comércio. Foi uma forma de viabilizar o Rio Grande do Sul como núcleo central do país especializado na produção de gêneros de subsistência. Conforme Pesavento, a campanha a favor da modernização das pequenas empresas domésticas não foi exitosa, pois “[...] a campanha cooperativa viria anular o papel de intermediação destes grupos e, conseqüentemente, eliminar o controle que exerciam sobre a produção doméstica, em termos de compra, venda e fabricação”¹⁰⁴.

O trigo e o milho, com o tempo, tornaram-se os produtos de maior plantio, mas também plantava-se linhaça, cuja produção era enviada para Erechim. De Erechim provinham as máquinas para arrancar os pés de linho, que eram amarrados em feixes; e dele se faziam as bolsas para os cargueiros¹⁰⁵. A fabricação dos tecidos algodão, linho e o tingimento destes em cores variadas, com tintas extraídas dos cipós, eram realizados de forma artesanal. As roupas não tinham uma boa apresentação, porém o importante era a sua resistência, pela necessidade de fazer economia; por isso, os próprios colonos produziam a maior parte dos artigos de uso e compravam pouquíssimos produtos. Segundo o depoimento de Roider, no início da colonização tudo era difícil e a sobrevivência dependia de técnicas de artesanato bem rudimentares¹⁰⁶.

A alimentação, além dos produtos provenientes do trigo e do milho, era constituída de feijão, farinha de biju, carne de porco, charque. Eram carneados porcos de até 200 kg, dos quais era tirada a manta de tocinho, que, depois de salgado, era pendurado e usado como banha para cozinhar. Geralmente as cozinhas eram de chão batido, onde uma panela de ferro, era suspensa por uma corrente sobre o fogo, que não se apagava nunca. Conta José Roider que

¹⁰⁴ PESAVENTO, *RS: agropecuária colonial e industrialização*, 1983, p.40.

¹⁰⁵ ROIDER, entrevista em 1993.

¹⁰⁶ *Ibidem*.

as pessoas eram tão acostumadas com a fumaça que nem sentiam os olhos arder, tanto que ao passear na casa de Porto Moreira viu-o e aos seus filhos ao redor do fogo com os olhos estralados¹⁰⁷.

A partir do momento em que a cafeicultura paulista vinculou-se com a industrialização emergente, ocorreu a substituição do trabalho escravo pelo livre, com a imigração, a ferrovia, acumulação do excedente econômico produzido, o desenvolvimento de transporte, da rede bancária, a urbanização, o mercado interno, etc. Então, a indústria surgiu, centrada, inicialmente, na agricultura cafeeira paulista. A Revolução de 30 marca a transição da agroexportação monocultora para a indústria¹⁰⁸.

A pequena indústria artesanal da família assegurava a sua subsistência e tinha o artesão como o dono da força e dos instrumentos do trabalho. Porém, com o tempo as formas de artesanato doméstico passaram a ser dominadas pelo pequeno proprietário e incorporadas ao capital, relegando o colono a mero produtor de matérias-primas.¹⁰⁹ Na colônia Erechim, em torno de cada estação se estabeleceram casas de comércio, empresas artesanais, serrarias e ferrarias. Segundo Roche:

Em Erechim mesmo, contavam-se, em 1911, ao lado de 16 lojas, 8 moinhos e destilarias, 2 serrarias, 1 fábrica de tijolos, 2 curtumes, 2 ferrarias, 2 carpintarias, 2 sapatarias, 2 alfaiatarias. Aumenta, anualmente, o número das serrarias a vapor, bem como o das casas, que passou de 331, em 1911, para 6230, em 1913¹¹⁰.

Em 1950 Erechim contava com 14.663 habitantes, possuindo um artesanato topicamente urbano, com empresas de construção, fábrica de móveis, padarias, torrefação de café, fábricas de bebidas, etc. Contudo, a maioria dos artesãos ainda trabalhava para os agricultores em fábricas de carroças, fundições, fábricas de sabão, etc., ou na transformação de produtos retirados da terra, como nas serrarias, moinhos, conservas de carne, refinarias de banha, etc. A sede de Erechim abrigava em torno de 17% das empresas¹¹¹.

¹⁰⁷ ROIDER, entrevista em 1993.

¹⁰⁸ PESAVENTO, RS: agropecuária colonial e industrialização, 1983, p. 10.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 19.

¹¹⁰ ROCHE, *A colonização alemã...*, 1969, p. 492.

¹¹¹ Ibidem.

3.7 A indústria da madeira correlacionada com a produção do trigo

A produção de trigo interliga-se com a ferrovia, as redes de comércio e do capital internacional e com a indústria da madeira, pois quanto menos matas, mais terras ficavam.

No continente de São Pedro, os açorianos vislumbravam a possibilidade de fornecer trigo para o Brasil, contudo, em razão da falta de mão-de-obra, da densa floresta, das condições naturais desfavoráveis, a produção foi praticamente abandonada¹¹². Em Passo Fundo, em 1875, a produção de trigo ocupava uma área menor, sendo o quarto produto em volume colhido no ano. O preparo era feito ainda de forma bem rudimentar, com a terra sendo preparada a enxada; após a roçada, era derrubada e queimada a mata, fazendo-se, então, a plantação.

A colonização do Alto Uruguai era a esperança para o cultivo do trigo, pois acreditava-se que os colonos viriam desvendar o tesouro que já não era mistério. A medida que houve a necessidade de mais terras cultiváveis e de mais matéria-prima, abandonou-se a forma de convivência harmoniosa com a mata própria dos índios, caboclos e, mesmo, dos pequenos imigrantes. Para estes as matas simbolizavam reserva de madeira, proteção para os cursos das águas e das nascentes, etc. Contudo, a lógica do mercantilismo conseguiu destruir a significação da mata nesse horizonte cultural e a idéia de convivência pacífica com o ecossistema que o colono possuía.

Mesmo havendo uma certa preocupação das autoridades do estado em coibir a forma indiscriminada de extração da madeira, continuou a devastação da mata, com prejuízos incalculáveis ao meio ambiente. No relato de Tedesco e Sander:

[...] Ainda em 1900, pelo decreto-lei nº313, o governo dispôs sobre o regime colonial e florestal do estado, buscando proteger determinados espaços e formas de derrubada, com o objetivo de proteger rios, regiões de declives, etc. [...]¹¹³.

O grande golpe da exploração da madeira deu-se pelas empresas colonizadoras, que estimularam o desenvolvimento da indústria madeireira em regiões como a de Passo Fundo, Meio-Oeste de Santa Catarina e outras regiões do estado do Rio Grande do Sul. As estradas

¹¹² TEDESCO; SANDER, *Madeireiros, comerciantes e granjeiros...*, 2002.

¹¹³ *Ibidem*, p. 186.

de rodagens, os rios, a estrada de ferro foram importantes para escoar a matéria-prima originária das matas. A expansão da extração de madeira teve uma relação profunda com o desenvolvimento da agricultura, visto que se destruíam as florestas, expropriando caboclos e índios, enfim, transformando os espaços naturais, para promover a consolidação do mercantilismo.

Em 1918 já se discutiam a questão do trigo e a monopolização. Pagnocelli, ao solicitar lotes para a construção de um moinho moderno, pretendia entrar na concorrência, conforme o conteúdo deste ofício:

Estado do Rio Grande do Sul
Comissão de Terras e Colonização de Erechim
Paiol Grande, 10 de Maio de 1918
Cidadão Engenheiro Carlos Torres Gonçalves
Director da Diretoria de Terras e Colonização, Porto Alegre.
No requerimento junto Saulle Pagnoncelli pede por compra ao Exmo. Sr. Presidente do Estado, um grupo de lottes situado nas proximidades da linha-ferrea, conforme planta junta, onde pretende montar um moinho moderno.
Tratando-se de um melhoramento de capital importante para a Colonia em geral, pois que vira incrementas a cultura do trigo, offerecendo concorrência às Empresas que procuram monopolisar a compra deste cereal com grande prejuizo do productor, facto este concretizado prevalecendo-se do acto do Governo que proíbe a sua exportação para fora do Estado, exige para o nosso trigo as mesmas qualidades, do melhor similar Argentino, occasionando uma baixa aterradora do producto, e o parecer que se deve fazer a concessão pedida mas de uma área de 100.000 metros quadrados, moinho e suas dependências, ao preço de 250 o m. q.
Saude de fraternidade.
Chefe da Comissão¹¹⁴.

Em Formigas, o primeiro moinho, tocado a água, foi de propriedade de Zambam, o qual, segundo Roider, funcionava da seguinte forma: “passava um valo onde morava o tio Antônio Coppe, o Luíz Soccol, e onde é hoje o Ernesto Castelli”¹¹⁵.

¹¹⁴ Diretoria de Terras e Colonização. Ofícios Expedidos.1918. I. T. N. José Bonifácio. Divisão de Terras Públicas. Porto Alegre.

¹¹⁵ ROIDER, Nilso. Entrevista já citada.



Fonte: Iraci Bottin.

Figura 36 – Moinho de propriedade Santo Pinotti e João Bottin – 1942.

A moagem do milho funcionava na seguinte forma: primeiro o milho passava pelo “ventolão” e, posteriormente, pela pedra. Passando por duas pedras, a farinha ia saindo aos poucos. Era um processo lento porque para mover um saco de 60 kg de milho eram necessárias várias horas¹¹⁶.



Fonte: Teolinda Pinotti.

Figura 37 – Moinho de propriedade da Santo Pinotti e João Bottin em Formigas – 1942.

¹¹⁶ CARDOSO, entrevista já citada.

Concomitante à produção do trigo, foram surgindo as serrarias, – Como a dos Bortolotto na secção Formigas. O transporte da madeira era feito com os ternos de mula ou juntas de bois. Segundo Soccol, “o Casemiro Chies colocou a primeira serraria onde fica ainda o Confortin. Após, colocou perto onde mora o Darci Pinoti, e onde era o Sérgio Bortolotto e posteriormente perto onde hoje eu moro”¹¹⁷.



Fonte: Ildo João Coppe.

Figura 38 – Serraria de Casemiro Chies, atual propriedade de Sérgio Bortolotto em Formigas – 1942.

¹¹⁷ SOCCOL, Angelo. No momento da entrevista com Rosina Bottim na casa da filha dela, Angelo e a esposa chegaram para fazer uma visita à nora, que é a filha de Rosina, contribuindo com as colocações.



Fonte: Ildo João Coppe.
Figura 39 – Serraria de Casemiro Chies, atual propriedade de Sérgio Bortolotto em Formigas – 1942.

Segundo dados encontrados na Divisão de Terras Públicas, em 1922 Antônio Bernardon requereu uma concessão de terra para instalar um engenho de serra na floresta Formigas. O pedido foi encaminhado em outubro de 1922, mas Bernardon recebeu a concessão do Estado apenas em 1924¹¹⁸, sem maiores óbices por parte deste.

As primeiras serrarias artesanais surgiram para suprir a economia doméstica e abastecer os núcleos coloniais, numa interligação entre pinhais, terra, produção e criação. Contudo, o aumento da população para obter mais áreas cultiváveis e mais matéria-prima, intensificou-se o corte dos pinhais e de outras madeiras de lei.

¹¹⁸ Informações 1924. 4ª I. T. Erechim. Informação nº 50. Divisão de Terras Públicas. Porto Alegre.



Fonte: Teolinda Pinotti.

Figura 40 – Serraria em Formigas – 1942.

Nesse contexto, muitos donos de serrarias enriqueceram, pois para os empresários e colonizadores do setor a madeira possuía conotação meramente mercantil; eles não sabiam conviver com a mata como os índios, caboclos e os pequenos agricultores, que procuravam conserva-la em boa parte. Para estes, a permanência das floresta significava reserva de madeira, proteção para os cursos das águas, etc., tanto que, ao transmitir a um filho o patrimônio da terra, eles queriam deixar-lhe também uma parte coberta de mato.

O comércio da madeira também se desenvolveu, modificando ou alterando contingentes sociais e culturais, pois em torno dele se desenvolveram inúmeras profissões.

Com o surgimento ou a abertura de novas colônias no Planalto desde 1890, alemães ou mistas, a madeira já começou a ser explorada com uma certa preponderância até 1915 a 1920. Segundo Relatório do Governo incrementou-se mais a exploração em

[...] Vacaria e Lagoa Vermelha, no Planalto, como Santo Ângelo e Santa Rosa figuram entre os primeiros produtores a partir de 1930, ao lado de Passo Fundo e Carazinho que permaneceram, ainda assim, os grandes centros madeireiros. [...] O Rio Grande do Sul ocupavam então, o primeiro lugar entre os estados brasileiros, graças à exploração de enorme reserva de araucária do Planalto¹¹⁹.

Para estimular a plantação de trigo a fim de que pudesse concorrer em larga escala e o país se libertasse da importação deste cereal, nas primeiras décadas do século XX grandes redes de moinhos instalaram-se em Passo Fundo. Assim, em 1938, entre a sede e os distritos, havia no município 64 moinhos. Comprovando a interligação da plantação de trigo com o processo de extração da madeira para abrir espaço ao plantio do produto, constatamos que também havia nesse período 170 serrarias no município.

Segundo depoimento de Acílio Gedoz, no início colhia-se o trigo com a foicinha e contando com a ajuda dos vizinhos. Após, esperava-se a trilhadeira, que vinha de Floriano Peixoto, do Giaretta e passava nas linhas realizando o processo. Havia casos em que se esperava de dois a três meses para que a máquina chegasse à propriedade; por isso, era necessário guardar o produto nos galpões. O trabalho com as trilhadeiras era realizado em mutirão, com duas a três pessoas totalmente com a máquina, por isso havia ajuda entre a vizinhança neste trabalho. O trato para que a trilhadeira fosse à propriedade ocorria quando a máquina chegava à vila, ou ia-se a cavalo até a casa do seu proprietário para acertar o trabalho, e o pagamento era feito em troca de produto. Após realizarem o serviço na linha, os proprietários da máquina passavam nas linhas com uma carroça recolhendo o produto fruto do pagamento da trilhagem¹²⁰. A Figura 41 traz a trilhadeira numa propriedade, de Casemiro Chieis, onde identificamos, além deste, vizinhos seus, entre eles Nadir Prigol, Adelino Seminotti, sua esposa e filhos.

¹¹⁹ Relatório da Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul. Governo do Estado, 1950, p. 89. Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

¹²⁰ GEDOZ, entrevista já citada.



Fonte: Jane G. S. Giaretta.

Figura 41 – Trilhadeira de Hermes Honan na propriedade de Casemiro Chies, em torno de 1937.

O trigo destinado para o consumo familiar era colocado em caixas grandes, guardadas nos porões, nas quais se aplicava um fungicida para evitar os carunchos. Também se colhia o trigo antes de estar bem seco para que não carunchasse.

A grande exploração da madeira veio imbricada com a cultura do trigo, pois a derrubada das matas fez da indústria moageira em Passo Fundo um espaço ou canal de organização industrial e comercial. Pelos dados da geografia agrícola da Repartição de Estatística do Estado, na safra de 1927 a 1928 o município de Passo Fundo ocupou o segundo lugar na produção de trigo, calculada em 10.500 toneladas, prevendo-se que a safra posterior a 1928 seria superior a 250.000 sacos¹²¹.

Entretanto, mesmo com muitos incentivos, a cultura de trigo, até o final da década de 1930, embora tivesse crescido bastante, continuava a ser praticada como métodos tradicionais em termos de seleção das sementes, comercialização e estocagem. Para reduzir a importação de trigo o governo impulsionou a fabricação do pão misto, que consistia em 70% de farinha e 30% de sucedâneos, estes quase sempre farinhas de raspa de mandioca, de arroz e milho, isso em torno de 1938 a 1943. De 1943 a 1951 foi suspenso o decreto que criou o Serviço de

¹²¹ TEDESCO; SANDER, *Madeireiros, comerciantes e granjeiros...*, 2002.

Fiscalização do comércio de farinhas, cuja finalidade era impulsionar o pão misto, porém em 1951 foi novamente reeditado, então com novas misturas, principalmente mandioca, soja e milho. Essa medida resultou numa queda de 25% nas compras brasileiras de trigo, porém logo houve a reação de parte da Argentina, provocando a assinatura de vários acordos para garantir a compra do trigo vizinho, que era o principal exportador do produto para o Brasil¹²².

Em 1954 os Estados Unidos assumiram a dianteira das importações brasileiras de trigo. Vários moinhos surgiram em Passo Fundo no período e um grande complexo comercial foi se constituindo, o da família Busato, com moinho, atacado de secos e molhados, etc. Então, houve, comerciantes que ganharam muito dinheiro não só em Passo Fundo, mas em vários locais, com a compra e venda de trigo.

3.8 Razões conjunturais que permearam a questão da terra pós-1950

Até a década de 1950 três fases de desenvolvimento das colônias agrícolas podem ser identificadas: a da pequena produção de subsistência, a de comercialização de parte do excedente aos mercados locais e a última, a especialização produtiva ligada aos mercados locais e nacionais.

A primeira fase, apesar de pouco ou quase nada de tecnologia própria do modo de produção capitalista e caracterizada pela mão-de-obra familiar, é considerada o embrião do capitalismo, porque levou, posteriormente, a um processo de acumulação de capital por uma parte de produtores. Esta é considerada como forma “abortiva”, por causar um processo de diferenciação entre os produtores coloniais, que passaram a enfrentar a dependência e concorrência de capitais comerciais locais, nacionais e internacionais¹²³.

A introdução do caminhão provocou várias mudanças nos transportes, na produção agrícola, na pecuária e nas manufaturas. Assim, a região e as comunidades passaram a ter maiores condições de comercializar sua produção e alcançaram, conseqüentemente, maior mobilidade espacial, social e econômica¹²⁴. Na secção Formigas, na década de 1950, segundo dados localizados em estudo sobre o município de Getúlio Vargas, ainda se encontravam os

¹²² TEDESCO; SANDER, *Madeireiros, comerciantes e granjeiros...*, 2002.

¹²³ DUARTE, Laura Maria Goulart. *Capitalismo e cooperativismo no R.G.S.* Porto Alegre: L&PM: Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisas em Ciências Sociais, 1986.

¹²⁴ TEDESCO, J. B. *Colonos, colônias & colonizadores: aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil.* Passo Fundo: Clio; Porto Alegre: Est. Edições, 2008.

seguintes estabelecimentos comerciais: uma atafona, de Borges, Pissini & Barufi; duas casas de tecidos, de Antônio Vanini e dos irmãos Bottin, e uma ferraria, de Domingos Zamban¹²⁵. Ao final desta década, houve forte a decadência do artesanato rural na secção Formigas.

A partir da década de 1950, quando a cultura do trigo foi intensificada, começou a se perder a característica da mão-de-obra familiar, passando a dominar na região as figuras do empregado rural, do meeiro e do arrendatário. Com a conversão de toda a economia em máquinas agrícolas, as centenas de sacos de sementes e dezenas de toneladas de adubo, a cultura do trigo deixou de ser característica do pequeno agricultor familiar, para a sua quase subsistência, e passou a ser objeto de agricultura moderna, com total conotação mercantil¹²⁶. Também a pecuária ganhou nova forma, pelo arrendamento de terras para a produção do trigo, pois na década de 1940 a renda bruta por hectare da pecuária era de Cr\$ 441,00, ao passo que com o plantio do trigo era de Cr\$ 600,00. Assim é que, ao final de 1950, a terra teve uma valorização de 1.000% nos municípios da Campanha¹²⁷. Portanto, observamos drásticas mudanças no campo, com conflitos de visões na agricultura, pois o estancieiro e o pecuarista não acreditavam na fertilidade dos campos e tinham de enfrentar as intempéries, como ausência de chuvas, frio, etc.; por sua vez, os caboclos vagavam sem trabalho.

Com a crise do café, o trigo ganhou incentivo do governo Getúlio Vargas, embora em termos técnicos e de infra-estrutura continuasse numa situação precária. Em 1937, com o objetivo de selecionar as sementes e obter assistência técnica, instalou-se em Passo Fundo uma estação experimental, que passou a beneficiar 14 municípios da região do Planalto Médio.

Segundo entrevista realizada pelo Projeto “Memória Oral Getuliense” com Dante Seminotti, sobre a Cooperativa Mista de Floriano Peixoto Ltda., a qual ele dirigiu por 15 anos, o produto do colono era comprado pela cooperativa e vendido em Porto Alegre. O entrevistado relatou que mais tarde funcionavam junto à cooperativa o moinho de trigo, milho e descascador de arroz. O milho que ia para a cooperativa era destinado geralmente para o consumo próprio; para o trigo havia o moinho registrado, o qual importava o produto da Argentina para misturá-lo ao brasileiro, sendo a farinha produzida vendida no comércio. “Era feita por intermédio da União das Cooperativas. E daí distribuía esse produto onde existia

¹²⁵ STUMPF; RANZOLIN, *Monografia do município de Getúlio Vargas*, 1952.

¹²⁶ TEDESCO; SANDER, *Madeireiros comerciantes e granjeiros...*, 2002.

¹²⁷ *Ibidem*.

moinho, as cooperativas que tinham moinho recebiam quotas. Mas para isso tinham que ter o registro de importação, senão não fazia. E o nosso moinho tinha”¹²⁸.



Fonte: Dante Seminotti.

Figura 42 – Cooperativa Mista de Floriano Peixoto Ltda. – década de 1950.

As cooperativas criadas nas colônias italianas desde 1911 eram uma forma de reagir contra o movimento dos intermediários, contra as fraudes de comercialização e a desvalorização dos produtos coloniais nos centros urbanos. A União das Cooperativas do Rio Grande do Sul, que se dissolveu em 1913, ressurgiu em torno de 1930 como uma forma de enfrentar os problemas dos pequenos produtores coloniais diante da descapitalização causada pelas transformações capitalistas que se faziam sentir em nível nacional e regional, com dificuldades de crédito, de consumo, produção e comercialização. O cooperativismo foi estimulado pelo Estado com o fim de organizar os produtores para se adequarem aos interesses do novo modelo de desenvolvimento nacional; assim, as cooperativas passaram a atender tanto aos interesses do Estado quanto aos dos produtores.

¹²⁸ SEMINOTTI, Dante. Entrevista projeto Memória Oral em 1995. Foram entrevistas realizadas com imigrantes ou descendentes europeus que fizeram parte do início da história da colônia Erechim. Envolveu questões políticas, econômicas e sociais. Foram gravados depoimentos e posteriormente transcritos na íntegra.

O jornal *Correio do Povo* registrou em 1928 que as exigências da civilização não permitiriam que os grandes empreendimentos fossem realizados apenas pelo esforço individual e que o desenvolvimento do espírito associado seria o fator mais importante para o progresso econômico. Assim, no final da década de 1920 o governo criou as cooperativas agrícolas. Mesmo o Estado interferindo, apresentou-se como um movimento eminentemente comunitário, por caracterizar-se predominantemente pelas cooperativas mistas ou coloniais e ser restrito a pequenos grupos de produtores ou pequenas organizações associativas¹²⁹.

O incentivo dado à produção do trigo pode ser percebido também em 1928 por meio de ofício recebido pelo chefe da Comissão de Terras de Erechim, enviado pela Diretoria de Terras e Colonização de Porto Alegre, o qual relatava o seguinte:

Governo do Estado pretende estabelecer cem famílias (100) agricultores ramaicos, especialista na cultura de trigo, em terras apropriadas e o mais próximo possível da linha férrea. Informa que terras existem apropriadas nessa colônia e estão já servidas por estrada de rodagem, e valor da terra¹³⁰.

Em 1930 em várias secções do município, como também em Formigas, havia famílias que buscavam adquirir semente de trigo. Constam no relato do ofício dados que fazem referência a nomes, quantidade, linha, etc. dos colonos em Formigas que tinham sido contemplados.

Boa Vista do Erechim, 25 de Junho de 1930
Cid. Eng^o Director de Agricultura, Industria e Comércio
Porto Alegre
Junto ao presente remetemos a essa Directoria a relação nominal dos agricultores que foram contemplado na distribuição de semente de trigo, conforme instruções recebidas da 1^a Secção em officio n^o 152 de 31-3-930 e phonogramma de 3-6-930 Saúde e Fraternidade
TRIGO “ARTIGAS” – fornecidos aos colonos do Município de Erechim, pela Comissão de Terras e Colonização de Erechim, durante o mez de junho de 1930.[...] ¹³¹.

¹²⁹ DUARTE, *Capitalismo e cooperativismo...*, 1986.

¹³⁰ Secretaria de Estado dos Negócios das Terras Públicas. Ofícios recebidos 1928. I. T. N. Jose Bonifácio. Nº 358. Divisão de Terras Públicas. Porto Alegre.

¹³¹ Ofício recebido 1930. I. T. N. José Bonifacio. p. 116. Divisão de Terras Públicas. Porto Alegre.

Tabela 2 – Colonos beneficiados com semente de trigo - ano 1930

Nº de ordem	Mez	Dia	Nomes	Nº do lote	Linha	Secção	Kilos
34	Junho	17	Luiz Bundchen	26	5	Formigas	10
7	Junho	17	Gustavo Mendel	16-18	5	Formigas	10
38	Junho	17	Henrique Val	24-25	5	Formigas	10

Fonte: Ofício recebido 1930. I. T. N. José Bonifácio, p. 116.

Com as alterações ocorridas na economia nacional a partir da década de 1950 houve profundas transformações no setor rural e no cooperativismo agrícola. Com a preocupação de desenvolver uma agricultura voltada ao mercado externo, a introdução do cooperativismo foi caminho para executar as políticas econômicas, com o que as cooperativas coloniais mistas foram desaparecendo ou se transformando em cooperativas empresariais¹³².

A partir da década de 1950, as cooperativas empresariais norteavam-se por dois elementos: o Estado e os granjeiros. O primeiro estava interessado na modernização da agricultura, na produção de grãos injetando créditos subsidiados e de infra-estrutura de armazenamento (via cooperativa); o segundo representava uma nova camada de agricultores capitalistas, que se propunham a associar-se em cooperativas tritícolas e investir na agricultura moderna e especializada.

Sobre a questão de o governo brasileiro suspender ou diminuir as importações do trigo argentino, Seminotti narra:

Não, não é que proibiram, acho que não proibiram. Era uma distribuição que faziam com muita, até sacanagem no meio dessa coisa, porque o trigo importado era muito mais barato que o nosso. Então, essas cooperativas ou esses moinhos registrados recebiam um saco de trigo nacional e recebiam dois importados. O preço do trigo nacional não compensava moer e fazer a farinha, mas com a importação do trigo mais barato, nós fazia a compensação e podia se vender a farinha com lucro¹³³.

Relata Seminotti que, sendo o trigo importado de melhor qualidade, era misturado com o nacional; além disso, o produto era de menor preço em comparação ao trigo nacional. Diante disso, podemos perceber claramente a dependência do Brasil em relação ao mercado internacional.

¹³² SEMINOTTI, entrevista em 1995.

¹³³ SEMINOTTI, entrevista já citada.

Na pós-guerra, tanto a subordinação do mercado quanto o esgotamento da fertilidade dos solos forçaram à adoção de novas tecnologias. O crescimento demográfico, que valorizou mais as terras, e as dificuldades dos agricultores familiares para se manterem na agricultura provocaram o abandono das práticas artesanais e a exclusão do colono no campo.

Com a explosão da cultura do trigo na década de 1950 surgiram na região duas grandes cooperativas agrícolas: a Cooperativa Tritícola de Erechim Ltda. (Cotrel) e a Cooperativa Tritícola de Getúlio Vargas Ltda. (Cotrigo). Essas cooperativas, juntamente com todo o aparato tecnológico que estava surgindo, foram responsáveis pela decadência das cooperativas coloniais. A cooperativa de Getúlio Vargas era a Cooperativa de Banha Sant'Anna em 1935. Por sua vez, a Cooperativa Tritícola de Getúlio Vargas foi fundada em 1957 com o fim de estimular a produção, armazenagem e comercialização do trigo; em 1966 iniciou-se a fase da industrialização, buscando agregar maior valor pela aquisição de moinhos de trigo e milho; em 1975 ocorreu a unificação da Cooperativa de Produção de Banha Sant'Anna Ltda com a Cooperativa Tritícola de Getúlio Vargas Ltda.



Fonte: Jane Gorete Seminotti Giaretta.

Figura 43 – Cooperativa de Banha Sant'Anna – 1935.

3.8.1 A modernização no campo e a redefinição das relações de produção

A ganância desenfreada dos madeireiros na derrubada dos pinhais, sem preocupação em repor as matas, também começou nesse período, como podemos constatar na secção Formigas ao observar a trajetória de um dos moradores que por vários anos ali trabalhou com serraria. De acordo com o depoimento de Rosina Bottin, também na secção Formigas foi forte a exploração da madeira:

Em 1945, quando casei, a serraria lá (que ficava perto do Angelo Soccol), estavam derrubando os pinheiros do nono Bottin, tiravam só os maiores, era uma esbanjação, os restos ficavam tudo lá. O Casemiro Chies deixou lá terra que se fosse hoje tinha muito valor¹³⁴.

Em Formigas, ainda antes de 1950, houve a introdução de algumas melhorias tecnológicas, como o primeiro carro, o 28, de madeira, de João Bottin, por volta de 1940, também dono do primeiro rádio chegado ao local. Interessante é que o rádio e o trator chegaram ali praticamente na mesma época, em torno de 1946. O caminhão recolhia o milho dos colonos e entregava-o na colônia Erechim. João Bottin possuía muitas posses na secção Formigas e teve participação em muitos trabalhos desenvolvidos no povoado e também fora dele, como nos relata Iraci Bottin:

O João Bottin nasceu em 1896, foi ferreiro (trabalhou uns anos), agrimensor e carpinteiro, fazedor de rodas e engrenagens para moinhos e usinas, instalador das mesmas, contador de pinheiros para as serrarias até fora do Rio Grande do Sul. Marcava com o facão, tirava um pouco de cascas porque compravam um pinhal e contavam. Acho que deveriam as serrarias pagar por pinheiro. Primeiro presidente da Sociedade Escolar de Formigas, contribuiu com a construção do grupo escolar. Construiu serrarias em Campos Novos, Santa Catarina e instalou-as também em Bom Jesus e em vários lugares. Fundador e acionista da cervejaria Serramalte¹³⁵.

¹³⁴ BOTTIN, Rosina. Entrevistada por Jane G. S. Giaretta. Mora em Souza Ramos e possui oitenta e dois anos. É viúva de Liberale Bottin um dos sócios do comércio dos Bottin em secção Formigas.

¹³⁵ BOTTIN, Iraci. Entrevistada por Jane G. S. Giaretta em 2007. A entrevistada possui sessenta e cinco anos. É nora de João Bottin.



Fonte: Iraci Bottin.

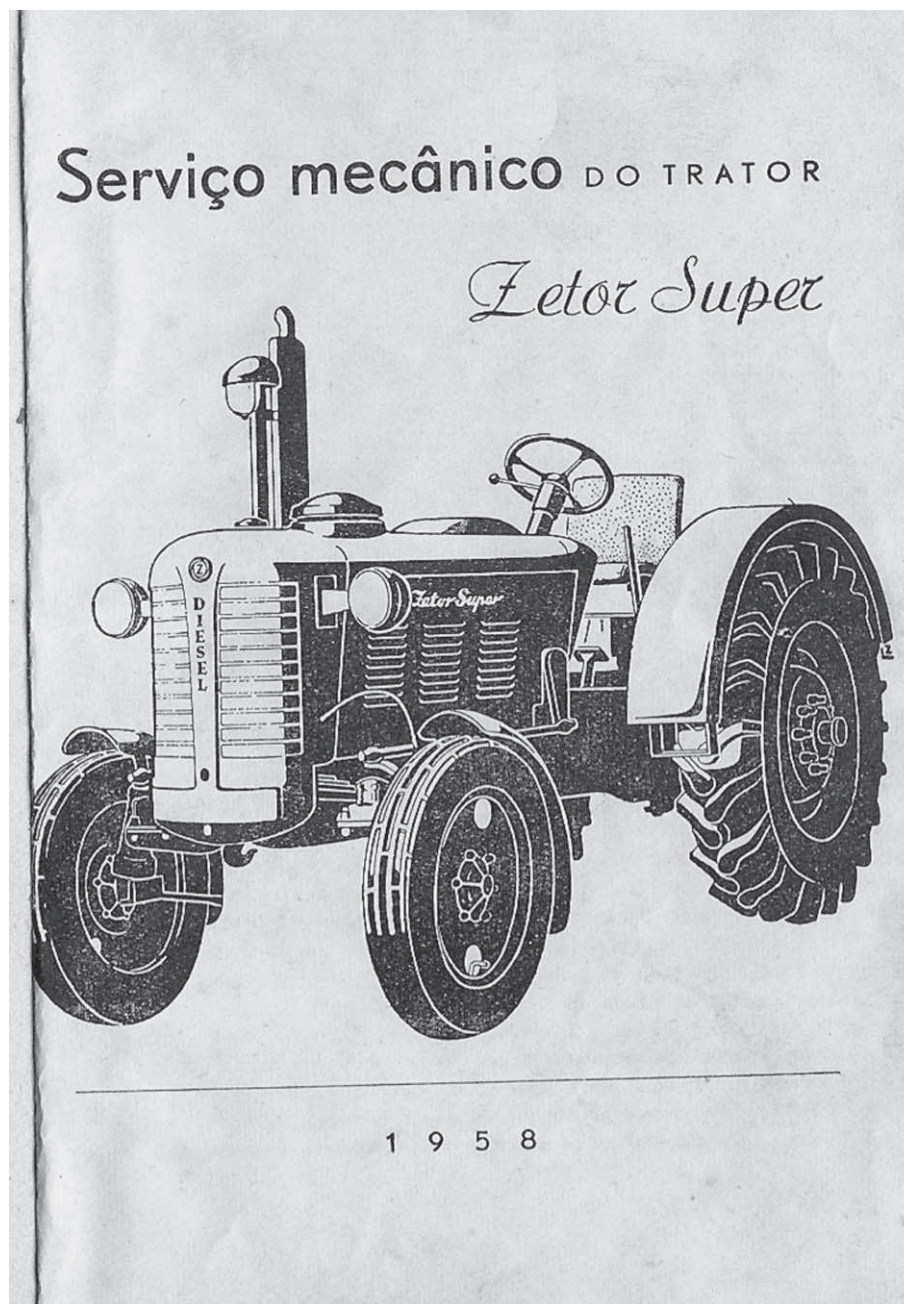
Figura 44 – Serrarias onde João Bottin desempenhou ofícios – década de 1940.

A modernização nos povoados dava-se com as pessoas que possuíam maior poder aquisitivo. O dinamismo da terra na região passou por processos variados sob a influência do capital, representado por grandes grupos econômicos regionais, nacionais e internacionais. Também podemos perceber o poder de investimento dos de melhor poder aquisitivo desde a colonização, de início na comercialização dos produtos e, após, quando as características

capitalistas atingiriam mais fortemente o campo, com a introdução dos implementos, máquinas agrícolas, etc.

Para o grande capital promover-se necessita se apropriar do sobretrabalho dos trabalhadores. Assim, as máquinas, os implementos agrícolas e os insumos foram fundamentais para tornar os modos apropriados para o cultivo do trigo, num processo de exploração capitalista no campo que se deu mesmo sem a compra da terra, simplesmente pelo aluguel de parcelas dessas. Na secção Formigas, relata Angelo Soccol sobre a forma de trabalho: “Tudo o que era toco, buva, tocavam o arado, pateavam”¹³⁶. O povoado só conheceu trator quando Adelino Seminotti adquiriu um e, depois, Antônio Misturini, em 1960.

¹³⁶ SOCCOL, entrevista já citada.



Fonte: Antônio Misturini.
Figura 45 – Certificado de garantia do trator de propriedade de Antônio Misturini – 1958.

Em razão da concorrência das máquinas, das inovações comerciais e tecnológicas, os comerciantes, em sua maioria, desapareceram ou precisaram redefinir suas funções, assim como profissões e ofícios com profunda interconexão com a agricultura ou atividades ligadas a gênero, como os tecelões, serrarias, moinhos de arroz, de farinha de mandioca, alambiques, refinarias de banha. Alguns ramos, como o dos tijoleiros, pedreiros, ferreiros, carpinteiros, seleiros, alfaiates, marceneiros, conseguiram permanecer, porém passaram por redefinições.

A partir do desenvolvimento da agricultura comercial, o colono passou a estar ligado ao mercado externo, podendo adquirir produtos manufaturados do exterior. Com a constituição de um mercado apropriado para o surgimento da indústria e uma economia agrícola preparada para acatar imposições do mercado industrial, estava pré-condicionada a liquidação o artesanato.

Com as estradas melhoradas e a introdução do caminhão, os comerciantes rurais, por volta da década de 1960, foram reduzidos expressivamente se comparados ao número de habitantes. Assim é que na região de Passo Fundo, no final da década de 1960, pouquíssimos armazéns permaneciam no meio rural. Além da concorrência e da dinâmica comercial, uma série de fatores ligados à modernização no meio rural, entre eles, a maior facilidade de contato com o urbano, contribuiu para que as casas comerciais desaparecessem do meio rural regional. Também a estrutura das indústrias transformou-se, num processo seletivo de fortalecimento dos mais fortes, que foram se tornando grandes industriais ou empreendedores em outros ramos, como os sócios de grandes cooperativas¹³⁷.

Tendo o colono maior acesso aos centros urbanos, tornou-se mais fácil para ele comprar certos produtos prontos, tornando desnecessários os especialistas no ramo no meio rural. Assim, quanto mais o colono se aproximava dos centros maiores, menor era o seu envolvimento com o artesanato e com o comerciante rural. A presença do caminhão e do caminhoneiro, bem como do comerciante de telhas e de tijolos, dinamizou o setor olerícola, de que é exemplo a região colonial de Passo Fundo.

No pós-Segunda Guerra mundial acelerou-se a crise na agricultura tradicional, provocada especialmente pelo esgotamento da fertilidade natural dos solos; pela minifundização das propriedades rurais, somada aos baixos preços dos produtos agrícolas e aos elevados custos das novas tecnologias¹³⁸. Foi sob o comando da nova estratégia do capitalismo mundial que se processou a modernização da agricultura na região, a qual se internacionalizou, integrando-se ao projeto de desenvolvimento do complexo industrial comandado por corporações transnacionais e por países centrais, principalmente pelos Estados Unidos. Com isso, a produção principal passou a ser o trigo, depois a soja, finalmente desembocando na busca de diversificação¹³⁹.

¹³⁷ TEDESCO, João Carlos. *De olho na balança: comerciantes coloniais do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX*. Porto Alegre: EST Edições, 2008.

¹³⁸ ZANELLA, *A trajetória do sindicalismo...*, 2004.

¹³⁹ PIRAN, *Agricultura familiar...*, 2001.

Pela via mercantil, o capitalismo foi penetrando nas colônias agrícolas, consolidando-se pela injeção de créditos subsidiados pelo governo e por investimentos realizados no setor rural por elementos da burguesia urbana, entre eles comerciantes, industriais e profissionais que passaram a integrar dinâmica, trigo e soja. Essa burguesia urbana passou a arrendar terras para fins de cultivo, primeiro para o trigo e, posteriormente, para a soja.

A forma de penetração mercantil polarizou a estrutura social agrária, o que originou uma minoria social agrária de grandes e medianos agricultores bem-sucedidos e uma maioria de pequenos produtores, minifundiários, sem qualificação para enfrentar a concorrência do mercado. Estes, vendo suas propriedades decaindo, migraram para os centros urbanos ou passaram a trabalhar para as grandes unidades produtivas. Quanto àqueles que permaneceram no meio rural, tentaram se especializar produtivamente, sem, contudo, conseguirem se capitalizar e obter independência financeira¹⁴⁰.

A industrialização no campo criou a necessidade de aquisição de bens industriais e forçou os agricultores a se organizarem com base nestes, como assinala Müller:

O novo patamar na agricultura nacional repõe a questão da renda da terra, da propriedade territorial produtiva e especulativa, a questão dos preços mínimos de garantia, a questão das relações com as agroindústrias, com os intermediários etc., como questões, a um só tempo, nacionais e regionais, locais. Qualquer e toda intervenção ou reformulação deverá levar em conta esta simultaneidade de níveis¹⁴¹.

Nas décadas de 1950 e 1960 ocorreu a expulsão de pequenos camponeses de suas pequenas propriedades na região, fruto da tecnologia e da aquisição de grandes extensões de terras por granjeiros, com altos índices de migração para Santa Catarina e Paraná. Segundo Alonso, a emigração intensa ocorrida nas chamadas “zonas de minifúndio”, que dinamizou “nova fronteira agrícola”, contribuiu para aumentar artificialmente a renda por habitante em microrregiões de onde tinham origem os fluxos migratórios. Acrescenta o autor:

¹⁴⁰ DUARTE, *Capitalismo & cooperativismo no R.G.S.*, 1986.

¹⁴¹ MÜLLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec, Educ, 1989, p. 130.

A região denominada 326-Colonial de Erechim também teve um incremento real na renda “per capita”, passando da 14^a para a 12^a posição na escala das rendas no Estado. Isso foi o resultado do baixíssimo crescimento demográfico que a região apresentou (0,8% a. a. contra 2,6 a. a. do Estado) nos anos 50, já que a renda interna microrregional cresceu a uma taxa anual muito semelhante à do Estado¹⁴².

O processo de migração para outras regiões, provavelmente, foi determinado pelo mercado de terras via elevação do preço do solo. Diante das imposições do capitalismo, conforme vinha se desenvolvendo, a renda da terra proporcionalmente deveria ceder lugar ao lucro do capital, fator que prevaleceu sobre o fator terra. Então os meios de produção passaram a prevalecer sobre o capital constante (construções, benfeitorias, equipamentos e insumos), tornando-se mais importante do que a terra¹⁴³. Ocorreram também alterações significativas na economia pecuarista na região, pois com o desenvolvimento da cultura do trigo, modificou-se o espaço. O sistema cooperativista estabeleceu fortes ligações entre o setor agrícola e o industrial, bem como do meio rural com o urbano. Nisso veio imbricada a urbanização, com a modernização da sociedade e a tecnologização dos processos produtivos¹⁴⁴.

Não é possível pensar em integrar pequenos e médios agricultores da agricultura tradicional sem perceber as grandes forças econômicas, como grupos e cooperativas. Vemos que o processo de industrialização, respaldado pelo autoritarismo político, não contemplou os pequenos proprietários, arrendatários, parceiros, ao contrário, aumentou as suas dificuldades. Vejamos a citação de Zanela, citando Piran:

Segundo Piran, as principais características da agricultura moderna na região foram: crédito abundante e barato [...], uso intenso de insumos industriais, melhoramentos genéticos, energia mecânica; internacionalização da economia brasileira, patrocinada pelos norte-americanos via programas “Aliança para o Progresso” e “Alimento para os Pobres”, desaparecimento da indústria doméstica e das pequenas fábricas, surgimento das grandes empresas de capital externo à região; [...] enfraquecimento dos pequenos comerciantes e nascimento dos grandes atacadistas, [...] ¹⁴⁵.

¹⁴² ALONSO, José Antonio Fialho. *Evolução das desigualdades inter-regionais de renda interna no Rio Grande do Sul: 1939-1970*. Secretaria de Cooperação e Planejamento-Fundação de Economia e Estatística Porto Alegre, RS - n. 9, dez. 1986.

¹⁴³ GORENDER, Jacob. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

¹⁴⁴ TEDESCO; SANDER, *Madeireiros, comerciantes e granjeiros...*, 2002.

¹⁴⁵ ZANELLA, *A trajetória de sindicalismo...*, 2004, p. 31-32.

O macroprocesso econômico e sociocultural em curso a partir da década de 1950 produziu irracionalidades no trato com a natureza física, humana e ambiental, além de diferenciações nos campos regional, social, econômico e cultural. A inserção de máquinas e produtos químicos no ambiente rural expulsou camponeses, pois valorizou-se um modelo de unidade produtiva rural como unidade econômica, produtivista, de racionalidade modernizadora, não mais de cultura e história na linha do parentesco, de sociabilidade, etc. Em razão do movimento de subordinação da agricultura aos complexos agroindustriais, houve redefinições e redirecionamentos em muitas unidades camponesas, produzindo-se diferenciações internas na forma de se relacionar com o trabalho, com a natureza e no horizonte comercial, mercantil¹⁴⁶.

É visível no início da década de 1960 o esgotamento das fontes de matérias-primas, causado pela exploração da madeira pela empresa colonizadora Jewis Colonization Association (ICA), que, além de ser a responsável pela construção da ferrovia, assentou famílias judaicas na região de Quatro Irmãos com o objetivo de explorar o potencial madeireiro e valorizar as terras. A Jewis desenvolveu uma política de colonização dirigida às empresas colonizadoras estrangeiras que objetivavam a ocupação, a produção agrícola, a integração de região e a exploração de recursos econômicos¹⁴⁷.

Nas décadas de 1950 e 1960 produziram-se profundas desigualdades entre as unidades produtivas. Ao perder o poder de decisão sobre o modo de cultivar a terra e os meios de produção a aplicar, o agricultor anulou-se do capital social e foi jogado a uma situação de concorrência. Conforme avançou o processo de tecnificação agrícola, acelerou-se a competição; em conseqüência uma parcela de agricultores conseguiu se manter na propriedade, ao passo que outra foi alijada do meio rural.

Foi a partir da década de 1960 que se romperam valores, se desvalorizaram saberes constituídos, como os matadouros, frigoríficos, moinhos e outras formas semi-artesanais, que foram substituídas por processos de âmbitos industriais, técnicos e mercadológicos. Na secção Formigas, já com a denominação Souza Ramos, os moinhos coloniais de milho persistiram até a época em que surgiram as colheitadeiras; após, também foram desaparecendo. Conforme Soccol, “o milho que os colonos debulhavam com a maquininha era limpo, aí rendia para os

¹⁴⁶ TEDESCO, João Carlos. *Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo: evoluções e contradições nas lógicas de desenvolvimento de Passo Fundo 1960-1980*- Porto Alegre: EST, 2005.

¹⁴⁷ TEDESCO; SANDER, *Madeireiros, comerciantes e granjeiros...*, 2002.

moinheiros, mas quando entrou a colheitadeira vinha milho sujo, perdia-se muito na classificação ao passar na peneira”¹⁴⁸.

No relato de Piran, com o desenvolvimento do processo de modernização, que subordina cada vez o agricultor obrigando-o a se submeter às normas do mercado, ocorrem transformações das quais podemos identificar¹⁴⁹:

- a redução no número de filhos, mesmo onde a força de trabalho familiar é predominante na produção. Até a década de 1960, o normal era a família em torno de oito filhos; após, foi diminuindo, chegando excepcionalmente a três;
- casais recém-casados que permaneciam na casa paterna por um ano hoje tendem a estabelecer-se logo que se casam por conta própria, seja na atividade agrícola, seja buscando emprego na cidade;
- a prática da ajuda mútua, antes com caráter cooperativo, caritativo, menos sistemática e sem necessidade de retribuição imediata, no pós-1960 passou a ocorrer apenas entre vizinhos determinados e que exercem a mesma tarefa;
- o trabalho acessório visando à complementação familiar para quem possuísse pouca terra ou nenhuma, os parceiros ou rendeiros, deixou de existir. Hoje, os jovens migram para a cidade procurando assalariar-se na indústria; antes eram temporários, agora estão definitivos;
- a preocupação em inserir os filhos de agricultores no mercado de trabalho: cada vez mais os pais mandam seus filhos na escola, mesmo que tenham de deslocá-los para as cidades. Os que permanecem no campo necessitam dominar os conhecimentos tecnológicos, pois os dos pais não são mais suficientes para os filhos;
- o acesso à terra pela via da compra torna-se aparentemente mais fácil se comparado a bens e equipamentos e também decorre do esgotamento da fertilidade natural do solo;
- os meios de produção deixam de ser a enxada, a foice, o arado de tração animal, surgindo cada vez mais plantadeiras mecânicas, moto-serras, tratores. Abandonam-se os meios produzidos pela fabricação doméstica (ferrarias, celarias, moinhos perdem a importância, etc.;

¹⁴⁸ SOCCOL, entrevista já citada.

¹⁴⁹ PIRAN, *Agricultura familiar...*, 2001.

- a alteração na jornada de trabalho: as novas tecnologias que envolvem a produção de aves e suínos exigem um trabalho permanente, sem folgas aos sábados e domingos. É o ritmo da indústria imposto ao meio rural.

Segundo Piran, as poucas experiências de cooperação que aconteceram encontraram dificuldades:

[...] a partir do final dos anos 60, quando do avanço da modernização (tecnificação) do campo. Inúmeras são os casos em que alguns pequenos agricultores vizinhos (dois ou três) se associam para adquirir uma trilhadeira (debulhadeira), por exemplo. Como esta cooperação atinge apenas um aspecto da produção, num momento muito específico, surgem, de imediato, problemas de relacionamento na utilização desse bem coletivo. Como decorrência, a associação é desfeita assim que cada um consegue adquirir individualmente tal equipamento¹⁵⁰.

Na seção Formigas o comércio dos Bottin foi um exemplo do processo vivido nesse período, como relata Rosina Bottin:

Era o José, o Liberale o Ernesto Bottin. Depois o Ernesto se retirou e foi embora. Aí ficamos nós e o José. O José também saiu e ficou só o Liberale. Toquemos para a frente quatro anos, era uma loja que tinha de tudo. Tinha depósito de sal, açúcar, chapéu, fazendo, sapato, remédio (tinha até uma farmácia) ficava o comércio localizado onde mora o Altevir Scariot. O João Bottin é que construiu a casa para os três irmãos, aí não deu mais certo. O José foi para Getúlio Vargas e depois para Porto Alegre. Por quatro anos o comércio funcionou, depois, por insistência do Ernesto Bottin, em torno de 1961 vendemos esse comércio e fomos trabalhar com revenda de bebidas em Joaçaba, representação da Serramalte, mas não deu certo e voltamos para Souza Ramos¹⁵¹.

A entrevistada conta que o estabelecimento era bem sortido e que jamais houve outro igual em Souza Ramos. A cultura e a ideologia do individualismo aos poucos vinha destruindo as experiências associativas. Isso foi viabilizado pelos comerciantes, que ofereciam aos colonos pacotes prontos, os quais incluíam máquinas, sementes, todos os insumos necessários, tornando-os, assim, presas fáceis do setor dominante, que os exclui ou preserva conforme o interesse do capital econômico.

Os colonizadores da última porção do território gaúcho, habitantes da região do Alto Uruguai, especialmente do norte gaúcho, onde eram mais comuns as pequenas propriedades,

¹⁵⁰ PIRAN, *Agricultura familiar...*, 2001, p. 136.

¹⁵¹ BOTTIN, Rosina. Entrevista já citada.

viram o cenário que marcava a região até a década de 1950 começar a ser modificada, como narra Piran:

[...] a casa, o galpão, o chiqueiro, o galinheiro de madeira; o arado, a carroça, a enxada, a foice, o machado de fabricação local; a igreja, a escola, a cancha de bochas de construção comunitária; a ferraria, o moinho colonial e o armazém do comerciante marcaram a paisagem de então¹⁵².

Em meados do século XX, em razão do esgotamento dos solos, das novas exigências tecnológicas, da defasagem entre os preços pagos pelos insumos e os recebidos com a venda dos produtos, as comunidades rurais entraram em crise. O galpão foi dando lugar às garagens; a carroça, os caminhões, carroções, e a criação de galinhas caipiras soltas foi sendo substituída pelas “galinhas de granja”, criadas em gaiolas ou em aviários.

3.8.2 Do povoado de Formigas a Souza Ramos

Nesse contexto, os matadouros e frigoríficos transferiram-se para outras regiões ou fecharam as portas; enfim, a modernização começava a inverter toda a lógica vigente até então. Foi também nesse período que se renomearam os lugares, tentando provocar o esquecimento. Assim, a secção Formigas recebeu nova denominação, passando em 1957 a chamar-se Souza Ramos.

João Souza Ramos, do qual se originaria o nome do povoado, foi um morador antigo e dono de uma das primeiras bodegas na secção Formigas. Foi realizada uma consulta popular para escolher entre os nomes de Liberato Salzano e Souza Ramos. Este era um homem bastante autoritário, e algumas ações atribuídas a ele eram motivo de controvérsias com relação à alternativa de renomear o lugar¹⁵³. Segundo relato do genro de Luís Soccol, seu sogro contava que na venda de Souza Ramos não se podia comprar as mercadorias e pedir que anotasse, porque ele tomava o produto de volta e não deixava levar, por não ter sido explicada a forma de pagamento com antecedência.

¹⁵² PIRAN, *Agricultura familiar...*, 2001, p. 176.

¹⁵³ BOTTIN, Rosina. Entrevista já citada.

Vários entrevistados mencionaram como polêmica a forma de vida do Souza Ramos, também chamado “Jango Padre”, por ser um homem bastante austero e autoritário mesmo em pequenas coisas, como entrar com os pés sujos na bodega, entregar-lhe dinheiro dobrado, etc¹⁵⁴. Também salientaram disputas armadas dele com moradores. Porém, mesmo não havendo concordância de parte de alguns, foi atribuído à secção Formigas o nome Souza Ramos. Posteriormente, João Souza Ramos transferiu-se para o povoado de Erebangó, onde foi assassinado, segundo dizem, covardemente.

Observemos na Fig. 46 a lei que deu a nova denominação ao povoado Formigas.

¹⁵⁴ SEMINOTTI, Nestor. Informações sobre João Souza Ramos.

LEI Nº 273, de 12 de Julho de 1.957.-

Dá nova denominação ao povoado Formigas.-

PLACIDO SCUSSEL, Prefeito Municipal de Getúlio Vargas.-

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O povoado Formigas, sito na geral Getúlio Vargas - Sananduva, primeiro distrito deste Município, passa a denominar-se "SOUZA RAMOS".-

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.-

GETÚLIO VARGAS, 12 de Julho de 1.957.-

Placido Scussel

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.-

Alto J. de S. Puchan

p/ Diretor Geral do Expediente.-

Fonte: Secretaria Geral – Prefeitura Municipal de Getúlio Vargas
Figura 46 – Lei 273, de 1957. Dá nova denominação ao povoado Formigas.

A década de 1960 é considerada marco referencial da passagem da fase agrocomercial para a fase agroindustrial, que reacentuou com a integração e a produção. A partir de então, iniciou-se a modernização na agricultura e, com ela, houve um novo ciclo de destruição e ordenamento territorial. Essa década definiu uma nova ruralidade no Brasil, o campo, tornando-o definitivamente submisso à cidade. Na questão fundiária, a industrialização

agravou a crise da terra ao inserir o agricultor familiar na nova lógica produtivista, estimulando-o a adquirir novas tecnologias nas propriedades; logo, contudo, perceber-se-ia a inviabilidade disso em razão do tamanho da propriedade. Para muitos agricultores, de certo modo, essa tecnificação representou esperança de dias melhores, porém mais tarde acarretou a venda da terra e, conseqüentemente, a sua saída da atividade e do meio rural, com o agravamento da concentração fundiária¹⁵⁵.

A fase agroindustrial veio associada com a integração dos agricultores às agroindústrias, com a disciplinação dos procedimentos de manuseio, cuidados, condições de instalações, etc. Nesse processo, para serem aceitos como integrados eles devem provar disponibilidade de bens, equipamentos, capacidade de investimentos, ter bom acesso a água e estradas. Ainda há exigência de só poderem se relacionar com determinada cooperativa na venda, na compra, na assistência técnica, etc. Além disso, conforme avança a cooperativa, os agricultores não mais elegem diretamente as suas direções, cabendo aos conselheiros escolhidos nas comunidades exercer tal tarefa¹⁵⁶.

Podemos perceber que a produção de suínos e seus derivados era atividade própria de organização familiar e produtiva e um bom negócio para o pequeno produtor, como também para o comerciante e proprietários de matadouros. Quando os matadouros entraram em crise, os frigoríficos conquistaram o mercado externo brasileiro com a industrialização dos produtos.

De acordo com depoimento do prefeito de Carazinho, no final da década de 1930 a criação de porcos na região assumia proporções animadoras e constituía uma das principais fontes de riqueza, exigindo, então, a construção de um moderno frigorífico para a industrialização da carne e demais produtos derivados de suínos. Ao lado da indústria de banha, o mercado de carne, conservas e subprodutos crescia em igual importância comercial¹⁵⁷. Aumentou, então, em Passo Fundo o empenho do agricultor em criar porcos, tanto que o município, na década de 1950, ocupou o quinto lugar no estado no abate de suínos e na produção de banha (728t)¹⁵⁸.

A decadência no comércio rural, bem como das agroindústrias coloniais, ocorreu por várias razões, entre as quais a chegada do caminhão, a introdução da cultura da soja no final da década de 1960, a facilidade de acesso maior ao espaço urbano, as dificuldades de

¹⁵⁵ TEDESCO, *Colonos, colônias & colonizadores...*, 2008.

¹⁵⁶ PIRAN, *Agricultura familiar...*, 2001.

¹⁵⁷ Apud TEDESCO, *Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo...*, 2005.

¹⁵⁸ TEDESCO, *Madeiros, comerciantes e granjeiros...*, 2002.

competir com as indústrias mais bem localizadas e que conseguiram se adaptar tecnicamente. Além disso, os pequenos comerciantes não se organizaram a fim de estabelecerem acordos de compra e venda.

Vemos que as terras livres, o regime de autonomia e liberdade, a preservação cultural, a família com seu modo de se organizar, a reconstrução do patrimônio, o campesinato foram fragilizados pelas condições impostas pela modernização que acontecia após a década de 1960. O campesinato tinha um jeito próprio de se desenvolver e de se reproduzir; o trabalho era organizado em torno da unidade familiar, a qual estipulava suas próprias regras, mantendo o equilíbrio entre trabalho e consumo. Quando foi introduzido o colono no mercado de trabalho assalariado, perdeu-se o princípio típico da família camponesa, que consistia em acionar esta alternativa apenas em casos de necessidade de obter uma renda-equilíbrio. A família, que antes, pelas suas forças internas, decidia, agia, investia onde achava necessário, foi se submetendo, visto que o pequeno camponês, ao perder o controle da produção, das decisões do que produzir e de para quem vender, impossibilitado de acompanhamento técnico na produção, cedeu ao processo de modernização.

A dinâmica tecnológica subordinou o trabalho familiar e levou a que ocorresse uma recriação na unidade de produção, redefinindo as formas de trabalho, de consumo, de procriação, etc. Sobre o declínio do artesanato rural na seção Formigas, Bottin relatou-nos o seguinte: “Foi terminado porque os novo não se interessaram mais em fazer aquele serviço. Como agora também, os novos se interessam em fazer alguma coisa? Esse Germano Morselli ele fez uma botina para mim coisa mais linda, abotoada do lado e tudo, ele fazia coisa bem bonita”¹⁵⁹. Cabe aqui um questionamento: Por que os filhos se desinteressaram em adquirir o aprendizado dos pais? Como vimos, o pacote tecnológico imposto trazia todo um aparato que servia ao sistema econômico vigente.

Hoje os idosos recordam com grande tristeza o que havia na secção Formigas: “Tinha em Secção Formigas ferreiro, sapateiro, moinho de trigo, de milho, descascador, hotel, loja. E hoje não temos mais nada”¹⁶⁰. Ainda relatam o pouco valor que era dado à terra e a facilidade na época para dar uma colônia de terra para cada filho; também referem que o problema ambiental que enfrentamos hoje é fruto do descaso com o meio ambiente desde a época de 1960¹⁶¹.

¹⁵⁹ BOTTIN, Rosina. Entrevista já citada.

¹⁶⁰ Ibidem.

¹⁶¹ SOCCOL, entrevista já citada.

A estrutura fundiária começou a se redesenhar nas décadas de 1950 e 1960 em razão da nova possibilidade de exploração da terra, a tecnificação. Assim, a nova dinâmica da terra, da família e do trabalho forçou os camponeses a se dividirem entre o modelo original e o modelo ideal.

O trigo e a madeira vinculam-se pela necessidade de grandes extensões que a modernidade exige; um precisa dar lugar ao outro, quer dizer, ganha-se com a venda da madeira, com o grande número de serrarias na região e com a desocupação do espaço, introduzindo-se o plantio de trigo. Em Souza Ramos, como em outros locais, os donos das serrarias, em sua maioria, enganavam os colonos, explorando suas reservas sem uma remuneração justa. As serrarias duraram o tempo em que durou a mata. Segundo relato de Soccol, Casemiro Cheis teve serraria por muito tempo na secção Formigas e, ao sair do povoado, instalou outra em Getúlio Vargas e, depois, em Canoas¹⁶². Segundo lembrança de Casemiro entregue pelos familiares após a morte dele, consta que este dono de serraria morreu em 1962. Assim, ao confrontar depoimentos conclui-se que em torno de 1960 ele se deslocou da secção Formigas para instalar serraria em outro espaço¹⁶³.

Os pequenos proprietários, aos poucos, foram se marginalizando; as reservas florestais foram minguando; os poteiros (terrenos planos) foram dando lugar às lavouras, etc. Foi segundo a lógica de excedente, do mercado, mediados por comerciantes, que a pequena propriedade proliferou em meio ao latifúndio, mesclando pecuária e agricultura policultora. Segundo Tedesco, o governo, associado às instituições,

para evitar a migração em massa de camponeses para a cidade e/ou para fronteiras agrícolas, reproduzindo condições consideradas atrasadas de vida e de trabalho, o governo, associado a mediadores institucionais (igrejas, sindicatos, cooperativas e outras associações) implementa uma política de grande envergadura política, de ações sociais e com grande volume financeiro, com o objetivo de redefinir o perfil social, cultural e econômico do camponês¹⁶⁴.

Tornou-se essencial aos governantes, então, adotar medidas que freassem o êxodo rural e, ao mesmo tempo, qualificassem os camponeses, visto que o saber-fazer passado de pai para filho já não era mais o valor principal na unidade de produção familiar.

¹⁶² SOCCOL, entrevista já citada.

¹⁶³ A lembrança do falecimento do Casimiro Cheis foi encontrada no acervo particular de Iraci Bottim. Nela constam entre outras coisas, foto, oração e data de nascimento e falecimento.

¹⁶⁴ TEDESCO, *Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo...*, 2005, p. 43.

Enfim, o povoado de secção Formigas foi planejado somente a partir do projeto de colonização implantado quando iniciou a colônia Erechim e teve um certo planejamento desenvolvido pela Comissão de Terras no período da delimitação e demarcação da terra em 1910, pois para a sua sede foram reservados alguns lotes. Ao constatar a existência de moradores residindo por vários anos na localidade, podemos concluir que o uso da expressão “terra de ninguém”, como descrevem alguns documentos, ou como se observa no senso comum dos descendentes europeus, não comprova a realidade e traduz uma visão europeizada de cunho ocidental, segundo a qual só o branco faria parte da história e do progresso.

Conforme descrevemos nos capítulos I e II, o descendente europeu não foi o pioneiro na secção Formigas, a exemplo de outras regiões. Nesta o caboclo também se fazia presente, fixado com moradia habitual e cultura efetiva há vários anos. Com a lógica introduzida na região Alto Uruguai a partir de 1908, norteadas pela política positivista, a população cabocla foi duramente afetada, tendo de se readaptar ao modo capitalista de obter a terra. Assim, se não regularizassem a situação de intrusão em que se encontravam, os caboclos eram empurrados para o Logradouro.

Segundo requerimentos de solicitação de terras encontrados na Divisão de Terras Públicas, especialmente dos posseiros, é possível constatar que o povoado de Formigas já era habitado antes de 1900. Um exemplo de morador em terras devolutas foi Bolfando Manuel de Almeida, identificado em documento de 1911 como ali morando há 12 anos.

Introduzido o descendente europeu, a partir de 1910, nos lotes destinados pela Comissão de Terras, muitas indústrias coloniais dinamizaram a secção Formigas. É importante verificar a economia que se gerou em torno dos tropeiros, das casas de pasto, ferrarias, sapataria, açougue, casas de comércio, etc., foi se desconstituindo com o fim da madeira disponível. As serrarias fizeram parte de praticamente todo o período em que a indústria e o comércio colonial persistiram e tiveram estreita ligação com a imigração, com a ocupação dos espaços agrícolas no norte do Rio Grande do Sul. Porém, na década de 1960, com a crise da madeira e com o plantio do trigo, houve a decadência do comércio rural e um forte processo de urbanização no campo. Neste capítulo pudemos compreender as rupturas que foram se dando em torno da terra no espaço de Formigas. Em 1910, o modo da vida do caboclo desconstituiu-se ao entrar em cena o descendente europeu, que construiu sua trajetória impondo a sua cultura em Formigas. Contudo, com a modernização no campo um novo processo de exclusão ocorreu, o qual, selecionou as indústrias e os agricultores mais aparelhados para permanecerem no meio rural, excluindo os demais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise do desenvolvimento da região Alto Uruguai, entre 1908 e 1960, constatamos que o modo de aquisição da terra sofreu mudanças, passando, após a aplicação da Lei de Terras de 1850, de posse livre à terra como mercadoria, da qual só se apropriava quem tivesse condições de comprá-la. A partir daí constatamos a destruição dos territórios concebidos e construídos com base na cultura indígena e cabocla. A vida nômade ou seminômade, a caça, a pesca, a vivência em grupo, a harmonia entre o homem e a natureza, as roças de subsistência foram, gradativamente, destruídas para dar lugar à ferrovia, às casas coloniais, às lavouras comerciais, etc.

A Lei de Terras foi o elemento fundamental que coordenou a organização agrária no Brasil. Por ela, as terras ocupadas sem autorização foram reconhecidas como terras devolutas, cuja venda financiou a imigração. O Estado, reconhecendo as terras devolutas, obteve o seu controle e ali colocou em prática o projeto de colonização, cujo objetivo era eliminar as desigualdades econômicas; fazer uma articulação entre os setores de produção, comércio, serviços, transportes e infra-estrutura, enfim, formar uma nacionalidade voltada para a ordem e o progresso. A ocupação e colonização planejadas pelo Estado para a região Alto Uruguai foram coordenadas pelo diretor de Terras e Colonização Carlos Torres Gonçalves. Alterou-se, assim, o ordenamento territorial para construir a paisagem colonial, impondo-se aos nativos uma nova territorialidade através dos toldos e das áreas indígenas.

O modo de vida caboclo também foi fortemente afetado quando se violou o seu direito de posse da terra. A posse era suficiente para o caboclo garantir sua sobrevivência, significando para ele a referência fundamental de sua existência, ao passo que para as forças sociais e econômicas emergentes era fonte de lucro, tornando necessário dispor de documentos escritos, do título da terra. Isso, entre outros aspectos, foi o forte impulsionador da expulsão dos intrusos de suas terras, mesmo que, segundo o art. 91 da Lei de Terras, houvesse uma redução no preço da aquisição da terra para quem comprovasse já estar na terra antes da demarcação.

A partir de 1908, verificamos a ação da Comissão de Terras ou das empresas colonizadoras, com a discriminação, medição e demarcação das terras públicas, o que provocou rupturas no cenário agrário da região. A ferrovia entrou na região para impulsionar o progresso desejado, tornando-se o principal meio de transporte a partir do século XIX,

dinamizando o comércio, a mobilidade espacial da população, desbravando matas, criando profissões, ocupações, mas também excluindo e expropriando trabalhadores.

No projeto de colonização da região Alto Uruguai estava a criação da colônia Erechim, que possuía uma prévia organização, com planejamento de estradas gerais, vicinais, criação de povoados, entre outros. Foi nesta colônia que se instalou, primeiramente, a Comissão de Terras Públicas.

Portanto, vimos que a Comissão de Terras Públicas agiu em várias frentes, executando o povoamento e tomando medidas que visavam à organização social; adotando posturas nacionalistas; discriminando a propriedade pública da privada; fiscalizando as florestas; normalizando a situação dos intrusos; delimitando o espaço das terras indígenas e dando-lhes assistência. Os funcionários do governo atuaram na região Alto Uruguai direcionados pela concepção positivista de que o diretor Carlos Torres Gonçalves era adepto, bem como pela política do PRR, a qual estava voltada para ordem e o progresso.

É possível constatar o forte poder dos governantes exercido na região Alto Uruguai pela Comissão de Terras Públicas, que prejudicou os indígenas ao reduzir-lhes as terras e contribuiu para a sua expulsão, beneficiando fazendeiros e permitindo que se apropriassem das terras indígenas. Ainda foi a responsável pelas ações contra os intrusos, como derrubada dos seus ranchos e expulsão nas reservas florestais, espaço da qual retiravam o sustento para si e suas famílias. A documentação encontrada na Divisão de Terras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul e os relatórios de governo localizados em outros órgãos públicos permitiram-nos compreender como se deu o processo de ocupação da região Alto Uruguai. A busca desesperada por um pedaço de terra pelos intrusos a fim dali retirarem a sua subsistência encontra-se registrada nos requerimentos encaminhados à Comissão de Terras. Foi esta documentação que nos possibilitou reconhecer e identificar quem ocupava a região antes de 1908; as ações praticadas pela Comissão de Terras contra os posseiros que se encontravam nas terras devolutas; a forma como se organizou a colônia Erechim e o povoado de Formigas a partir da entrada do descendente europeu, etc.

A terra adquiriu, então, uma nova concepção, passando a ser vista como instância de apropriação do capital; começaram a ocorrer trocas, mediações, contradições, expropriações, conflitos, etc. O uso do espaço passou a se dar conforme os interesses do capital, produzindo mercadorias; num primeiro momento, foram a policultura agrícola, a criação de suínos, o cultivo de milho para servir ao mercado interno, com tecnologia simples. Todo o cenário foi construído em torno das estradas vicinais, do comerciante dos povoados, que se articulava com o mercado intermunicipal, localizado junto às estações ferroviárias. As indústrias

domésticas, o seleiro, o ferreiro, a casa de pasto, o descascador de arroz, as atafonas, os moinhos, com a urbanização, foram dando lugar, na década de 1950, às grandes indústrias e cooperativas, estas coordenadas pelo capitalismo internacional.

Constatamos no estudo diferentes formas de exclusão. Inicialmente, quando o caboclo e o índio foram privados de continuar explorando os pinhais e os ervais ao serem expropriados das terras pela regulamentação que a colonização privada impunha. Então, preencheram-se os espaços demográficos considerados “vazios” ou as “terras de ninguém” com os descendentes europeus e imigrantes. Num segundo momento, a natureza fértil, carregada de aspectos simbólicos e dominada pelo pioneiro, o projeto de reconstrução de uma identidade com a terra, o saber fazer e transmitir trazido pelos imigrantes também sofreram transformações quando o campesinato passou a dar lugar à tecnificação.

Com este estudo foi possível conhecer alguns fatos e sujeitos que protagonizaram a ocupação da colônia Erechim e da secção Formigas, mas se encontravam negligenciados e silenciados. Entre eles estão o caboclo e o índio. Documentos sobre o ano de 1910 serviram de marco de um tempo de modificação de paradigmas em Formigas, pois constatamos a entrada de descendentes europeus no espaço; conseqüentemente, foi o ano em que os caboclos habitantes do território, alguns há mais de 15 anos, foram forçados a recorrer à busca de regularização de suas terras, ou veriam seus ranchos serem destruídos para ceder lugar ao colonizador.

Na busca da história oral, conhecemos a história de Formigas contada pelo colonizador, para o qual é pouco presente na memória a existência de outras etnias anteriormente à sua introdução. O ponto-chave que nos possibilitou identificar o período de possível início da ocupação do espaço da Formigas foram os requerimentos encontrados na Divisão de Terras Públicas, que contêm também o tempo em que os caboclos se encontravam no espaço ao solicitarem terras e declararem o período em que já residiam em Formigas.

De grande significação e, ao mesmo tempo, trabalhosa foi a busca de depoimentos orais e a correlação que precisou ser feita entre uma entrevista e outra. Uma das grandes dificuldades foi extrair da memória dos idosos a precisão da época em que ocorreram os fatos. Estava em sua memória o acontecido, mas, quando comparada a data de um fato com o documento, com a idade do comerciante ou com a entrevista de outro colono, nem sempre as informações coincidiam.

Esteve muito presente, em todos os entrevistados, a lembrança do comércio, do artesanato rural que se desenvolvia em Formigas, bem como a saudade de um tempo de progresso, quando uma variedade de atividades era coordenada pelo elo familiar. A revolução

tecnológica ocorrida nas décadas de 1950 e 1960, que levou os jovens a perderem o interesse por aprender o ofício dos pais, foi comparada por alguns entrevistados com os tempos atuais, que também estão levando o jovem a mudar de paradigma com a era digital.

O processo sofrido pelo descendente europeu no seu modo de fazer, de transmitir o trabalho familiar, com o avanço do capital sobre a terra, foi forçando o colono a abandonar o meio rural. O processo de seleção e ruptura ocorrido em 1950 e 1960 repetiu-se com o agricultor, como havia ocorrido com o caboclo quando o colono foi introduzido nas terras da região a partir de 1910. Os intrusos fixados nas terras, especialmente em Formigas, enfrentaram uma grande luta para continuar ali, vendo se reduzirem seus territórios, até ao ponto de terem de vendê-los também. Assim ocorreu com a agricultura nas décadas de 1950 e 1960, pois, conforme avançava o processo de tecnificação agrícola, só os mais abonados conseguiram permanecer nas suas propriedades; os demais foram excluídos do meio rural.

Consideramos ter alcançado os propósitos de nosso estudo ao reconstituir os acontecimentos que permearam o cenário agrário na região Alto Uruguai e em Formigas; ao destacar a trajetória de índios e caboclos quando da introdução do descendente europeu, que se instalou sob a orientação da Comissão de Terras na região Alto Uruguai; ao reconhecer a dinâmica econômica e a organização social do povoado de Formigas, com a projeção das indústrias coloniais e o novo enfoque dado à terra com o processo de tecnificação no campo. A colonização do Alto Uruguai levou à expulsão do caboclo e do índio das terras das quais retiravam o sustento, expulsando-os dos seus espaços. Entrou, então, em cena o descendente europeu a partir de 1908, na região Alto Uruguai, o qual desenvolveu, conforme desejado pelo Estado, introduzindo os moinhos, serrarias, celarias, casas de pasto, enfim, dinamizou a colônia Erechim com as indústrias coloniais. Em 1950 e 1960 a terra sofreu novas redefinições com a industrialização no campo, quando foram selecionados os agricultores que permaneceriam no meio rural e as indústrias que não desapareceriam. Dos colonos e comerciantes desse período persistiram os que se encontravam mais aparelhados economicamente. Portanto, o processo de exclusão e redefinição em função da terra repetiu-se, do mesmo modo que ocorrera com os caboclos e índios em 1908. A linha mestra da pesquisa foi a análise da concepção da terra, que sofreu alteração em dois períodos da história num espaço temporal de cinquenta anos.

Estamos cientes de que o trabalho não se esgota aqui, pois muito ainda pode ser aprofundado sobre a colônia Erechim e o povoado de Formigas em relação aos índios, aos caboclos e descendentes europeus. Novos focos e possibilidades investigativas surgiram, como o fato de o povoado de Formigas ter sido elo de ligação à estrada que passava no centro

do povoado desde o início da colônia entre a colônia Erechim e a Sananduva; pode-se, ainda, adentrar nos costumes, nos valores cultivados pelos caboclos; identificar com maior precisão as formas de violência impetradas contra o modo de vida desses sujeitos etc. É, portanto, um campo vasto, que pode ser enriquecido com novas fontes e memórias.

REFERÊNCIAS

ALONSO, José Antonio Fialho. *Evolução das desigualdades inter-regionais de renda interna no Rio Grande do Sul: 1939-1970*. Porto Alegre: Secretaria de Cooperação e Planejamento - Fundação de Economia e Estatística. n. 9, dez. 1986.

ARDENGHI, Lurdes Grolli. *Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência no norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora UPF, 2003.

ARDENGHI, Neusa Maria Sens. *Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos Campos de Lages*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

BOTH, Agostinho. *Educação gerontológica: posições e proposições*. Erechim: São Cristóvão, 2001.

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. v. 2.

BRUM, Argemio. *A modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Ijuí; Vozes: Fidene, 1988.

CASSOL, Ernesto. *Carlos Torres Gonçalves: vida, obra e significado*. Erechim: São Cristóvão, 2003.

_____. *Histórico de Erechim*. Passo Fundo: Instituto Social Padre Berthier, 1979.

CIMA, Sônia. M. *Padre Busato um protagonista na história de Erechim de 1926 a 1950: o personagem Busato instala-se em Erechim*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2002.

COPSTEIN, R. O trigo no continente de São Pedro. *Revista do IHGRGS*, Porto Alegre, n. 132, p. 29-92, 1998.

COSTA, R. De. *Álbum do Centenário da Imigração Italiana*. Porto Alegre: Edel, 1975.

DUARTE, Laura Maria Goulart. *Capitalismo e cooperativismo no R.G.S*. Porto Alegre: L&PM: Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisas em Ciências Sociais, 1986.

DUCATTI NETO, Antônio. *A vida nas colônias italianas*. Porto Alegre: Universidade de Caxias, 1979.

FABRIS, Neivo. A. A Revolução Federalista e o sertão do Alto Uruguai. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas /RS*, Getúlio Vargas, v, 1, p. 15-18, dez. 1996.

FELIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1996.

_____. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

GOLIN, Tau. *A fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GORENDER, Jacob. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GREGORY, Valdir. *Capitalismo, latifúndio, migração: a colonização do período republicano no Rio Grande do Sul – Zona norte e região do grande Santa Rosa: A formação da sociedade brasileira e a emigração européia no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - PUCRS, Porto Alegre, 1988.

GRITTI, Isabel. *A imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul: a emergência do preconceito*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.

_____. *A imigração judaica para o Rio Grande do Sul: a Jewish Colonization e a Colonização de Quatro Irmãos*. Porto Alegre: PUCRS, 1992.

HEINSFELD, *A questão de Palmas entre Brasil e Argentina: e o início da colonização alemão no baixo vale do Rio do Peixe - SC*. Joaçaba: Unoesc, 1996.

HERÉDIA, Vania B. *Processo de industrialização da zona colonial italiana*. Caxias do Sul: Educs, 1997.

IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigrantes e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado Rio Grande do Sul; Caxias do Sul: Educs, 2001.

JACOMELLI, Jussara. *A atuação da comissão de terras e colonização no projeto de ocupação da região da Grande Palmeira/RS: 1917-1930*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2004.

MAESTRI, Mário. *Os senhores da serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul 1875-1914*. 2. ed. Passo Fundo: Editora UPF, 2001.

MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Grafosul, 1975.

MARCON, Telmo. *Memória e cultura: modos de vida dos caboclos do Goioem (SC)*. 1998. Tese (Doutorado em História) - PUCSP, São Paulo.

_____. *Memória, história e cultura*. Chapecó: Argos, 2003.

MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.

MÜLLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec; Educ, 1989.

OLIVEIRA, Adão Russi de; FORLIN, Cleonice; CRENDENE, Maria Ângela. *Monografia do Município de Getúlio Vargas 1934-984*. Erechim: Gráfica Estrela, 1984.

OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. *Annaes do Município de Passo Fundo*. Aspecto geográfico. Passo Fundo: Gráfica e Ed. Universidade de Passo Fundo, v. 1, p 311-317, 1990.

ORTIZ, Helen Scorsatto. *O banquete dos ausentes: a Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade 1850-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) - UPF, Passo Fundo, 2006.

PESAVENTO, Sandra. *J. RS: agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

_____. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PIRAN, Nédio. *Agricultura familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai*. Erechim/ RS: Fapes, 2001.

PONT, R. *Campos realengos: formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Renascença, v. 2. 1983.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

RONCAGLIO, Vilson, J. Getúlio Vargas – 65 anos de história – Evolução histórica do Distrito de Rio Toldo, *Tribuna Getuliense*, Getúlio Vargas, ago. 1999.

RÜCKET, Aldomar, A. *A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul – 1827-1931*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

SILVA, Sueli Maria da. *O tropeirismo de porcos: processos mercantis e dinâmicas sócio-culturais na região Nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST Edições, 2007.

STORMOWSKI, M. S. Manufatura, artesanato e mercado em Caxias: um período de formação (1890-1910). *História & Cultura*, v. 4, n. 8, p. 307- 331, jul./dez, 2005.

STUMPF, Léo; RANZOLIN, Conrado. *Monografia do município de Getúlio Vargas*, 1952.

TAGLIETTI, Dáblio Batista. *Lei de Terras e colonização como pressupostos da normatização agrária do Médio Alto Uruguai*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.

TEDESCO, João Carlos. *Colonos, colônias & colonizadores: aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil*. Passo Fundo: Clio; Porto Alegre: EST Edições, 2008.

_____. *Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo: evoluções e contradições nas lógicas de desenvolvimento de Passo Fundo 1960-1980*. Porto Alegre: EST Edições, 2005.

_____. *De olho na balança! comerciantes coloniais do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX*. Passo Fundo. Porto Alegre: Méritos: EST Edições, 2008.

TEDESCO, João C.; SANDER, Roberto. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. Passo Fundo: Editora UPF, 2002.

TEDESCO, João. C.; ROSSETO; Valter. *Festas e saberes: artesanato, genealogias e memória imaterial na região colonial do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

WOLFF, Gladis. H. *Trilhos de ferro, trilhas de Barro – A ferrovia no norte do Rio Grande do Sul – Gaurama (1910-1954)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

ZANCANARO, Loreci; HOPEN PETRY, Maria , Tereza. *Erebango, novos tempos... novos rumos*. Erechim: Editores do Sul, 2005.

ZANELLA, Anacleto. *A trajetória do sindicalismo no Alto Uruguai gaúcho 1937-2003*. Passo Fundo: Editora UPF, 2004.

ZARTH, Paulo. *História agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Unijuí, 1997.

FONTES DE PESQUISA

- Acervo Histórico do Município de Erechim. Comissão de Terras e Colonização de Erechim – Relatório. 1º trimestre de 1919.
- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Dossiê: Terras Indígenas no Estado do Rio Grande do Sul: Histórico e Situação Atual.
- Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font. Erechim.
- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Ofícios expedidos 1925. I. T. N. José Bonifácio
- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Ofício nº 133, expedido em 20 de agosto de 1928 por José Bonifácio ao Cidadão Engenheiro Diretor de Terras e Colonização de Porto Alegre.
- Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Relatório do secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas do Rio Grande do Sul. 17 de julho de 1913.
- Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Comentários retirados da 2ª seção: Colonização, da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas. Apresentado ao Ex. Sr. Dr. Antônio A. Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de Estado João J. Pereira Parobé – Em 20 de Agosto de 1913.
- Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Relatório da Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul. Governo do Estado, 1950.
- Bispado de Santa Maria – Livro de Registro de Tombo nº 2 de Nossa Senhora da Imaculada Conceição – Getúlio Vargas – Santa Maria 01 de julho de 1946
- Correio Riograndense (Caderno Especial) – Caxias do Sul, 25 de julho de 2001 – 3 Jornal Correio Riograndense (Caderno Especial) “Tropeiros de Porcos” – Ano 93 Nº 4.742
- Curato de Nossa Senhora da Conceição. Livros de registro de batismos e casamentos de 1924 a 1932. Erechim – RS: Diocese de Santa Maria.
- De 01 a 07 de setembro de 2004. “Homenagem ao tropeiro a pé”
- Divisão de Terras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul. Ofícios expedidos 1925. I. T. N. José Bonifácio.
- Divisão de Terras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul. Livro de Cadastros de terras da região nordeste nº 4.
- Divisão de Terras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul. Requerimento enviado ao presidente do Estado do Rio Grande do Sul, requerendo lotes de terras da colônia Erechim no ano de 1911.
- Divisão de Terras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul. Requerimento enviado ao presidente do Estado do RS, requerendo lotes de Terras da colônia de Erechim no ano de 1912.
- Divisão de Terras Públicas. Relatório da colônia Erechim 1914 – 1915. Apresentado pelo respectivo chefe da Comissão de Terras e Colonização da mesma colônia Coronel Severiano de Souza e Almeida à Diretoria de Terras e Colonização.
- Divisão de Terras Públicas. Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas. Nº 488. Ofícios recebidos 1916. 4º L. T. Erechim.
- Divisão de Terras Públicas. Ofícios expedidos 1918. I. T. N. José Bonifácio.
- Divisão de Terras Públicas. Ofícios expedidos 1919. I. T. N. José Bonifácio.
- Divisão de Terras Públicas do Estado Rio Grande do Sul. Relatório da Região de Erechim do 1º semestre de 1921.
- Divisão de Terras Públicas. Retirado da proposta para o arrendamento da balsa datado em 6 de dez de 1924, encaminhado pelo solicitante Dorval Ribeiro.
- Divisão de Terras Públicas. Secretaria de Estado dos Negócios das Terras Publicas. Ofícios recebidos 1928. I. T. N. Jose Bonifácio. Nº 358.

Divisão de Terras Pública. Ofício recebido 1930. I. T. N. José Bonifácio.

Divisão de Terras Públicas do Estado Rio Grande do Sul. Relatório de 1938 – Inspetoria de Terras e Colonização de José Bonifácio.

Rio Grande do Sul. Constituinte Escolar. Secretaria de Educação. Porto Alegre - RS, 1999.

Rio Grande do Sul. Relatório enviado a Presidência do Estado pelo Secretário do Governo dos negócios das Obras Públicas (partes). De 1914, 1915 e 1916. Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas . Outubro/2001 – Síntese histórica – Professor Neivo Fabris. Nome do folder – Getúlio Vargas Que um dia foi Erechim

Jornal A folha Regional – 1 e 2 de novembro de 2001.

Jornal Correio do Povo - 26 de julho de 1908.

Jornal Tribuna Getuliense – 2ª quinzena de agosto/99

Lei nº 28, de 5 de outubro de 1899 e Regulamento aprovado pelo decreto nº 313, de 4 de julho de 1900. Terras Públicas, colonização e Florestas do Estado,

Livro de Baptismos de Erechim, Diocese de Santa Maria do período de Erechim, Diocese de Santa Maria do período de 11-08-1925 a 20-10-1926 – O livro é o nº 11 – Registros do vigário P. João Farinon através do secretário Custódio B. Bandeira

Livro de Baptismos do Curato de Nossa Senhora da Conceição de Erechim, Diocese de Santa Maria – batizados de 11-06-1924 a 28-08-1925 – livro nº 10 – Registros do vigário Frei Gentil e Padre João Farinon através do Secretário P. José Joaquim dos Santos Silva.

Livro de Cadastro da colônia Erechim dec.10, 2ª Secção Erechim – Floriano Peixoto – Lageado das Formigas – Rio Branco – Rio Bonito e Caçador. Seção Lageado das Formigas

Livro nº 3 – Casamento de 08-09-1924 a 01-09-1928 – Secretário do bispado Padre Custódio Rodrigues Bandeira – Casamentos realizados pelo Padre João Farinon

Livro nº 4 – Casamentos de 08-09-1928 a 18-06-1932 – Secretário do bispado Padre Custódio Bandeira – Casamentos realizados pelo Padre João Farinon

Livro tomo nº 1 da Paróquia Imaculada Conceição de Getúlio Vargas que serviu para transcrever os documentos emanados da Cúria Espiscopal e os demais retratos à administração paroquial do Curato de Erechim – Santa Maria 18 de outubro de 1912.

Panfletos: 12ª Cavalgada da Integração

Prefeitura Municipal de Getúlio Vargas – Secretaria geral

Regimento de Terras e Colonização 1940. Inspetoria de Terras e Colonização. Frederico Westphalen.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas / RS – 02/2005. Artigo O Município de Getúlio Vargas: Origem do nome Heitor José Filippon

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas / RS – 02/2005. A Revolução e a Religiosidade dos Imigrantes Ernesto Cassol

ENTREVISTAS

Acílio Gedoz
Afonso Cardoso
Alcides Pergher
Angelo Soccol
Dante Seminotti
Elza Pergher
Elvira Richetti
Iraci Bottin
Irlene Zanelato Bernardon
João Maria da Silva
José Roider
Mirtes Célia Tagliari
Nadir Prigol
Nestor Seminotti
Nilso Roider
Rosina Bottin